

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO
MESTRADO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

ALEXSANDRO WITKOWSKI

DISSERTAÇÃO

**DA LUZ NO FIM DO TÚNEL AO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU ESTADUAL
DO CARVÃO: O acervo documental da mineração na região carbonífera do
baixo Jacuí, Rio Grande do Sul (2009 – 2016)**

Porto Alegre

2019

ALEXSANDRO WITKOWSKI

DISSERTAÇÃO

**DA LUZ NO FIM DO TÚNEL AO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU ESTADUAL
DO CARVÃO: O acervo documental da mineração na região carbonífera do
baixo Jacuí, Rio Grande do Sul (2009 – 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Orientador: Prof.^o Dr. Valdir José Morigi

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Witkowski, Alexsandro

DA LUZ NO FIM DO TÚNEL AO ARQUIVO HISTÓRICO DO
MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO: O acervo documental da
mineração na região carbonífera do baixo Jacuí, Rio
Grande do Sul (2009 – 2016) / Alexsandro Witkowski. --
2019.

134 f.

Orientador: Valdir José Morigi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão.
2. Acervo documental da mineração. 3. Patrimônio
documental. I. Morigi, Valdir José, orient. II.
Título.

ALEXSANDRO WITKOWSKI

**DA LUZ NO FIM DO TÚNEL AO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU ESTADUAL
DO CARVÃO: O acervo documental da mineração na região carbonífera do
baixo Jacuí, Rio Grande do Sul (2009 – 2016)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre Museologia e Patrimônio pelo Programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof.^o Dr. Valdir José Morigi

Aprovado em: Porto Alegre, 28 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^o Dr. Valdir José Morigi – Doutorado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dra. Ana Celina Figueira da Silva – Doutorado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dra. Ana Maria Dalla Zen – Doutorado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dra. Glaucia Vieira Ramos Konrad – Doutorado
Universidade Federal de Santa Maria

Para Tassiane, com amor.
Vida longa e próspera aos que vivem
para a preservação do patrimônio.

AGRADECIMENTOS

À Tassiane Melo de Freitas, minha querida esposa e companheira em defesa e promoção do belo patrimônio da nossa região carbonífera do baixo Jacuí.

Ao orientador Prof.º Dr. Valdir José Morigi, pela atenção, paciência e compreensão.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente ao Programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, pela acolhida e apoio recebido de seu corpo docente e técnico-administrativo.

Às colegas Aline Portella Fernandes, Amanda Mensch Eltz, Carina Kaiser Miranda da Silva, Fernanda de Tartler Matschinske, Kalis Chiarani, Leticia de Cassia Costa de Oliveira, Lilian Santos da Silva Fontanari e ao colega Vitor Fruhauf de Oliveira pelas trocas de experiências e conhecimento.

Aos abnegados voluntários e companheiros do projeto *Uma luz no fim do túnel*. Graças aos nossos esforços, hoje o acervo documental da mineração é uma realidade.

Às equipes de trabalho e de organização do projeto *Acervo Documental da Região Carbonífera RS*. Graças ao seu empenho, dedicação e profissionalismo, hoje o acervo documental da mineração está à disposição da comunidade, dos pesquisadores e do público em geral.

À senhora Gertrudes Novak Hoff e demais membros da ACUB, responsáveis por salvar a massa documental acumulada da destruição. Esses documentos arquivísticos conceberam o acervo documental da mineração.

Aos senhores Paulo Junqueira Gomes (*in memoriam*) e Sérgio Sotelo (*in memoriam*), pelas suas inestimáveis contribuições sobre a história da mineração e de Arroio dos Ratos.

Aos membros das comunidades da região carbonífera que valorizam o nosso patrimônio, em especial o Museu Estadual do Carvão.

À equipe do Museu Estadual do Carvão, em especial à equipe da vigilância, pela dedicação que possibilita o acesso a este belo equipamento cultural.

À Chihiro, nossa *filhota* de quatro patas que veio do Museu.

RESUMO

Os municípios da região carbonífera do baixo Jacuí/RS tiveram sua economia e sociedade forjadas a partir da extração do carvão mineral. A documentação das antigas empresas mineradoras contém informações importantes sobre o território e a construção identitária daquelas comunidades. Este acervo é reconhecido pela função social de testemunho e de referência, caracterizando-o como patrimônio documental. O objetivo central da investigação é compreender o processo de salvaguarda da massa documental, os atributos que justificam seu reconhecimento como patrimônio cultural da mineração e a sua preservação no Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão. Após inúmeros combates e contratempos em defesa deste importante acervo documental, especialmente entre 2009 e 2016, hoje é colhido este importante fruto, resultado de um trabalho coletivo e comprometido. A organização da massa documental acumulada, tornando-a um acervo conservado num arquivo e disponível à pesquisa, ocorreu com a doação da documentação ao Museu Estadual do Carvão. A documentação tem relevante valor histórico (valor permanente), pois são conjuntos documentais relevantes para a história e o desenvolvimento social, cultural e científico. Através da perspectiva interdisciplinar, este estudo de caso segue a abordagem metodológica qualitativa, a revisão de literatura e a análise documental para: (a) contextualizar historicamente a mineração de carvão no Rio Grande do Sul, a formação da massa documental acumulada, sua constituição como acervo documental da mineração, e os acontecimentos e desdobramentos da enchente de São Miguel (1936) presentes até hoje na memória da comunidade; e (b) evidenciar os conceitos de patrimônio cultural, com ênfase ao patrimônio documental, memória, documento, documentação, entre outros, a transformação do patrimônio em herança cultural, relacionando-os com o acervo documental da mineração e o Museu Estadual do Carvão. As recentes publicações e pesquisas acadêmicas realizadas com a documentação, entre 2016 e 2019, têm demonstrado que o acervo documental da mineração é sim importante à (re)construção da história da região carbonífera do baixo Jacuí, trazendo informações e dados inéditos sobre temas como a saúde, o futebol, o operário, a justiça, entre muitos outros, enfim, acontecimentos até então desconhecidos sobre o cotidiano da região, do estado e até mesmo da história nacional.

Palavras-chave: Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão. Acervo documental da mineração. Patrimônio documental.

ABSTRACT

The municipalities of the coalfield of Baixo Jacuí/RS had their economy and society forged from the extraction of mineral coal. The documentation of old mining companies contains important informations about the territory and the identity construction. This collection is recognized by social function of testimony and reference, characterizing-or as documentary heritage. The central objective of the research is to understand the process of safeguarding the documentary mass, the attributes that justify its recognition as a cultural heritage of mining and its preservation in the historical archive of the Museu Estadual do Carvão. After numerous battles and setbacks in defense of this important documentary collection, especially between 2009 and 2016, today this important fruit is reaped, the result of a collective and committed work. The organization of the accumulated documentary mass, making it a collection preserved in an archive and available for research, occurred with the donation of documentation to the Museu Estadual do Carvão. Documentation has relevant historical value (permanent value), as they are documentary sets relevant to history and social, cultural and scientific development. Through an interdisciplinary perspective, this case study follows the qualitative methodological approach, literature review and documentary analysis to: (a) historically contextualize coal mining in Rio Grande do Sul, the formation of the accumulated documentary mass, its constitution as a documentary archive of mining, and the events and developments of the São Miguel flood (1936) present to this day in the memory of the community; and (b) highlight the concepts of cultural heritage, with emphasis on documentary heritage, memory, document, documentation, among others, the transformation of heritage into cultural heritage, relating them to the mining documentary archive and the Museu Estadual do Carvão. Recent publications and academic research conducted with the documentation, between 2016 and 2019, have shown that the documentary collection of mining is indeed important for the (re) construction of the history of the Baixo Jacuí coal region, bringing information and unpublished data on topics such as health, football, the worker, justice, among many others, finally, hitherto unknown events about the daily life of the region, the state and even national history.

Keywords: Historical archive of the Museu Estadual do Carvão. Mining documentary collection. Documentary heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul	29
Figura 2 – Mapa da região carbonífera do baixo Jacuí	30
Figura 3 – Reprodução de uma ação da Companhia das Minas	33
Figura 4 – Reprodução de fotografia do Poço da CMCPAR	33
Figura 5 – Reprodução da fotografia oficial do batizado do Poço Isabel	34
Figura 6 – Reprodução de fotografia do Poço Isabel	35
Figura 7 – Reprodução de fotografia do Poço 1 na década de 1910	41
Figura 8 – Fotografia parcial do Poço 1, Usina	42
Figura 9 – A usina termoelétrica e poço 1	44
Figura 10 – Hoje, o complexo cultural do Museu	44
Figura 11 – Antigo engenho Novak, em 2009	48
Figura 12 – Interior do antigo engenho Novak e a massa documental	49
Figura 13 – Interior do antigo engenho Novak e a massa documental	49
Figura 14 – Convite para a cerimônia de encerramento do projeto	55
Figura 15 – Projeto nas dependências do IFSul	55
Figura 16 – Apresentação do projeto Uma Luz no Fim do Túnel	59
Figura 17 – Apresentação do projeto Uma Luz no Fim do Túnel	60
Figura 18 – Oficinas do projeto Uma Luz no Fim do Túnel	61
Figura 19 – Folders (cartazes) das oficinas e cronogramas	62
Figura 20 – Convite do lançamento do projeto	65
Figura 21 – Antigo prédio do laboratório de análises químicas	66
Figura 22 – Prédio do laboratório no complexo do Museu (2011)	66
Figura 23 – Prédio restaurado e requalificado (2012)	67

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (continuação)

Figura 24 – Capa do Jornal Portal de Notícias	68
Figura 25 – Assinatura do TDE em 13 de novembro de 2013	69
Figura 26 – Contêiner com documentos do acervo CADEM	70
Figura 27 – Higienização básica da documentação no AHM	71
Figura 28 – Equipe da organização do acervo (2015)	98
Figura 29 – Professor Rafael Cabral realizando pesquisa no acervo	99
Figura 30 – Folder do lançamento do Guia Histórico (2016)	100
Figura 31 – Evento de lançamento do Guia Histórico	101
Figura 32 – Cartaz da exposição dos documentos no Museu	102
Figura 33 – Cartaz da exposição dos documentos no Memorial	102
Figura 34 – Imagem da exposição dos documentos no Memorial	103
Figura 35 – A enchente de 1936, em Arroio dos Ratos, Poço IV	108
Figura 36 – A enchente de 1936 em Arroio dos Ratos, Poço I	108
Figura 37 – Subsolo do Poço I, em 1937, durante o esgotamento	109
Figura 38 – Folha 3 do relatório de 1937	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Acordo de Cooperação Técnica
ACUB	Associação Cultural Butiaense
AHM	Arquivo Histórico da Mineração
AsF Brasil	Arquivistas sem Fronteiras do Brasil
CADEM	Consórcio Administrador de Empresas de Mineração
CCMB	Companhia Carbonífera Minas de Butiá
CCR	Companhia Carbonífera Rio-Grandense
CEFMSJ	Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
CGTEE	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CMCPAR	Companhia das Minas de Carvão de Pedra Arroio dos Ratos
COOPROGRAN	Cooperativa de Trabalho dos Professores da Grande Porto Alegre
COPELMI	Copelmi Mineração Ltda.
CRM	Companhia Riograndense de Mineração
FAPA	Faculdades Porto-Alegrense
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, campus Charqueadas
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAE/RS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
IPHAN/RS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência no Rio Grande do Sul
LIC	Leis de Incentivo à Cultura
MCAR	Museu Estadual do Carvão
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PROCERGS	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
SEDAC/RS	Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul
SEDACTEL/RS	Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul
SURYA	Surya Projetos Ltda.
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TDE	Termo de Doação com Encargos
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O PATRIMÔNIO CULTURAL DA MINERAÇÃO NA REGIÃO CARBONÍFERA DO BAIXO JACUÍ	29
2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	30
2.2 DE COMPLEXO CARBONÍFERO A COMPLEXO CULTURAL	40
3 UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL	47
3.1 OS PRIMÓRDIOS NA FAPA	50
3.2 O PROJETO EM PRÁTICA NO IFSUL	52
3.3 “FINALMENTE, AGORA EU VI A LUZ” NO MUSEU	58
3.3.1 O esgotamento das oficinas voluntárias	64
3.3.2 Uma nova fase: a profissionalização das atividades	68
4 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	72
4.1 ARQUIVOS, DOCUMENTOS E DOCUMENTAÇÃO	72
4.2 PATRIMÔNIO E PATRIMÔNIOS	77
4.3 MUSEUS E MEMÓRIAS	85
5 O PATRIMÔNIO DA MINERAÇÃO COMO ACERVO DOCUMENTAL	92
5.1 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO	94
5.2 A ENCHENTE DE SÃO MIGUEL	106
5.2.1 O dia 03 de outubro de 1936	107
5.2.2 Jornais e documentos	109
5.2.3 A memória coletiva na comunidade	115
5.2.4 As comunidades e o museu	118
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2012, no complexo do Museu Estadual do Carvão, localizado no município gaúcho de Arroio dos Ratos, região metropolitana de Porto Alegre, foi entregue o prédio restaurado do antigo laboratório de análise química e subprodutos de carvão, requalificado para ser a sede do Arquivo Histórico da Mineração (AHM) ou simplesmente Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão. Em novembro de 2013, a partir de doação da empresa Copelmi Mineração Ltda., iniciou-se a profissionalização das etapas de higienização, identificação e acondicionamento preliminar dos conjuntos documentais recolhidos ao AHM. Também foram adquiridos equipamentos e mobiliário específico para o armazenamento dos documentos.

Era um passo intermediário, iniciado em 2009 pelo projeto voluntário denominado *Uma luz no fim do túnel*, necessário para estagnar a degradação da documentação e iniciar um trabalho de difusão através de oficinas práticas com a comunidade da região carbonífera. Era uma ação preparatória à salvaguarda e organização preliminar daquela massa documental acumulada.

O grande passo iniciou-se em janeiro de 2015 com a reorganização do acervo, realizada pela ONG Arquivistas Sem Fronteiras do Brasil (AsF Brasil). É um projeto em parceria entre a AsF Brasil e a empresa promotora cultural Surya Projetos, contratada pela Copelmi, responsável pelo financiamento do projeto cultural através de lei de incentivo à cultura (LIC), conforme estabelecido em acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Estado da Cultural (SEDAC/RS) em 2012.

Em dezembro de 2016 foi lançada a obra *Museu Estadual do Carvão: Guia do Arquivo Histórico (1891-1936)*. Em 130 páginas são revelados dados e fundos arquivísticos sobre as empresas e a mineração carbonífera no estado do Rio Grande do Sul neste período (recorte). A partir deste lançamento, oficialmente parte do acervo estava disponível à pesquisa e à comunidade. O segundo período organizado, a partir de 1937, foi finalmente disponibilizado em 2018. A militância em favor deste patrimônio documental gerou o tão desejado fruto: o acervo completo agora está totalmente disponível, no Museu Estadual do Carvão. Enfim, após duas décadas de inúmeros combates e contratempos em defesa deste importante acervo documental, especialmente entre 2009 e 2016, hoje é colhido este importante fruto,

resultado de um trabalho coletivo e comprometido. Mas é apenas o começo.

Aproximar-se do objeto de estudo da presente pesquisa, o processo de salvaguarda da massa documental acumulada, os atributos que justificam seu reconhecimento como patrimônio cultural mineiro e a preservação do acervo documental da mineração no Museu Estadual do Carvão, na verdade, iniciou-se a partir de uma pesquisa de inicialização científica acerca de parte da história da região carbonífera do baixo Jacuí do Rio Grande do Sul, em 2005, mais precisamente com a pesquisa acadêmica sobre a fundação do sindicato dos mineiros de carvão da cidade de Butiá, no ano de 1933, em parceria com a colega de graduação Tassiane Mélo de Freitas¹.

Primeiro com a publicação de artigo científico² e posteriormente com a publicação de livro³. As fontes primárias utilizadas faziam parte da grande massa documental acumulada das antigas empresas mineradoras e do extinto Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM).

Esta documentação, que evidencia a história da mineração de carvão no Rio Grande do Sul e de seus trabalhadores, esteve entre 1996 e 2010 armazenada precariamente em diversos locais e até mesmo num antigo engenho de arroz na cidade de Butiá, o engenho Novak.

Do desinteresse da empresa que custodiava esta documentação, e a falta de políticas públicas que atendessem a salvaguarda adequada, surgiu um projeto voluntário a partir de um grupo de acadêmicos de universidades gaúchas a intervirem inicialmente através de um projeto de ação educativa aplicado na região carbonífera. Assim nasceu o projeto *Uma luz no fim do túnel* (2009).

Sete anos depois, o acervo estava parcialmente disponibilizado à consulta pública. Nove anos depois, o acervo está disponibilizado à consulta pública. A salvaguarda foi realizada em prédio tombado, restaurado e requalificado para ser o

¹ Graduada em História (Licenciatura Plena) pela Faculdade Porto-Alegrense (2009). Especialista em Gestão em Arquivos (UFSM, 2011) e em Rio Grande do Sul: história, memória e patrimônio (FAPA, 2011). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2015). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/3956983155940760>>. Acesso em 02 maio 2018.

² WITKOWSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane Mélo de. A fundação do sindicato dos mineiros de Butiá. *Cadernos FAPA*, v. 2, p. 90-103, 2005.

³ WITKOWSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane Mélo de. *Sobre os homens desta terra: a trajetória de fundação do sindicato dos mineiros de Butiá – Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: edição dos autores, 2006.

Arquivo Histórico da Mineração, localizado dentro do complexo cultural do Museu Estadual do Carvão. A importância do acervo documental da mineração está em seu conjunto inédito de fontes primárias (documentos) que possibilitarão a produção de conhecimento sobre o cotidiano das antigas empresas mineradoras e dos operários, especialmente dos mineiros do subsolo, conhecendo melhor sobre seus saberes e fazeres, desconstruindo estereótipos e preconceitos, valorizando a história dos trabalhadores e suas famílias.

Muitas vezes ouvimos, pelo senso comum, que aquela documentação era *papel velho*, sem importância, pois a história já estava contada nos livros dos pesquisadores e historiadores locais. Apesar dos membros do projeto saberem que aquela documentação era sim um importante patrimônio cultural, pela sua função social de testemunho e de referência, faltava o seu reconhecimento. E como conseguir esse reconhecimento? Além disso, o que justificava a preservação em sua localidade de origem? Ou melhor, qual a importância do acervo documental da mineração à (re)construção da história da região carbonífera?

O objetivo central da investigação é compreender o processo de salvaguarda da massa documental acumulada, os atributos que justificam seu reconhecimento como patrimônio cultural da mineração e a sua preservação no Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão.

Os objetivos específicos são: (a) contextualizar historicamente as origens da mineração de carvão na região a partir da documentação e da literatura, a fim de compreender o processo histórico de sua formação; (b) identificar as ações realizadas no projeto *Uma luz no fim do túnel*; (c) analisar na literatura especializada conceitos pertinentes à preservação do patrimônio cultural da mineração; e (d) analisar o processo de constituição do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão e as estratégias de preservação do patrimônio cultural, através do projeto *Acervo Documental da Região Carbonífera RS*, considerando a relação de apropriação e pertencimento com a memória coletiva das comunidades carboníferas.

O reconhecimento da importância da documentação somente aconteceria com a organização da massa documental acumulada, tornando-a um acervo conservado num arquivo, organizado e disponível (acesso) à pesquisa. Esse reconhecimento

aconteceu com a doação da documentação ao Museu Estadual do Carvão, mais precisamente com o acervo conservado em um prédio requalificado para ser o Arquivo Histórico da Mineração.

É o próprio poder público estadual reconhecendo a importância da documentação, justamente em um local de origem de grande parte do acervo, pois o atual complexo cultural carbonífero do Museu outrora foi o complexo industrial carbonífero de Arroio dos Ratos, entre 1908 e 1956. A documentação inicialmente possuía valor de prova e informação (valor corrente e intermediário) na época da mineração, mas aqueles que foram preservados têm relevante valor histórico (valor permanente) de grande importância, pois foram considerados pelo poder público estadual como conjuntos de fontes relevantes para a história e o desenvolvimento social, cultural e científico local, regional, estadual e nacional.

As recentes e diversas publicações e pesquisas acadêmicas realizadas com a documentação, entre 2016 e 2019, têm demonstrado que o acervo documental da mineração é sim importante à (re)construção da história da região carbonífera do baixo Jacuí, trazendo informações e dados inéditos sobre temas como a saúde, o futebol, o operário, a justiça, entre muitos outros, enfim, acontecimentos desconhecidos sobre o cotidiano da região, do estado e até mesmo da história nacional. É o museu cumprindo com sua função social, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento social, cultural e científico.

Os estudos precedentes da pesquisa, com propostas de investigação conjuntas ou similares, em linhas de pesquisa estabelecidas em áreas de concentração da mineração na região carbonífera do baixo Jacuí, que podem ser diretas ou complementares das informações do trabalho, iniciaram a partir de *links* de artigos, monografias, dissertações e teses a respeito da região carbonífera e que estão disponíveis no *blog* criado por Clarissa Wetzel, quando esteve participando das atividades do projeto *Uma luz no fim do túnel* no MCAR como bolsista e, depois, como estagiária do Museu (2011-2012)⁴.

Com relação à história da mineração, as obras de Silva (2007), Klován (2009; 2014), Speranza (2014), Freitas (2015) e Oliveira (2018) apresentam as origens do carvão mineral no estado do Rio Grande do Sul, o início da empreitada da extração

⁴ Blog do Museu do Carvão. Disponível em: <<http://museucarvao.blogspot.com/p/artigos.html>>. Acessos em 2017 e 2018.

do minério em meados do século XIX até o início e o fim do considerado período áureo da atividade extrativa do carvão na primeira metade do século XX.

A historiadora Cristina Ennes da Silva (2007), em sua tese de doutorado *Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do rio grande do sul (1883/1945)*, monta cronologicamente a história da indústria de extração de carvão mineral da região de São Jerônimo, a partir do estudo das estratégias das companhias de mineração e das rotinas de trabalho entre os anos de 1883 a 1945. Ela trabalhou inclusive com a massa documental acumulada depositada no engenho Novak, em Butiá, e com outros materiais dispersos pelas comunidades da região e que foram produzidos pelas companhias mineradoras, pelos poderes públicos, e até mesmo por membros da sociedade das vilas operárias. Com estes documentos, ela identificou uma rede de relações entre as companhias e delas com os poderes públicos e a comunidade local. Com a intenção de atrair e manter os trabalhadores nas minas, as companhias ofereciam pretensas facilidades para o cotidiano deles, tais como acesso à moradia, educação, saúde e lazer, entre outros.

O professor e historiador Felipe Figueiró Klovan (2009; 2014) em sua dissertação de mestrado, um desdobramento de seu trabalho de conclusão de curso (2009), intitulada *Sob o fardo do ouro negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930* (2014), a partir da criação do aparato sindicalista no governo provisório e constitucional de Getúlio Vargas, analisa as condições que possibilitaram as estratégias de resistência dos mineiros de São Jerônimo na década de 1930 contra a exploração e opressão a que estavam submetidos através do desgastante e perigoso trabalho nos subsolos, nas minas das vilas operárias. Os conflitos que ali surgiram, principalmente com as greves, entre as companhias e os mineiros auxiliam a compreender aspectos ainda presentes nessas comunidades: clientelismo, paternalismo, patrimonialismo, entre outros. Muitos documentos utilizados na pesquisa faziam parte do acervo do MCAR, posteriormente incorporados ao acervo do AHM, entre 2015 e 2016.

A obra da professora e historiadora Clarice Gontarski Speranza, *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)* (2014), surgiu a partir de sua tese de doutorado que examinou o processo de disputa em torno de direitos entre trabalhadores e

patrões nas minas de carvão do então município de São Jerônimo, no Rio Grande do Sul nas décadas de 1940 e 1950, no contexto das lutas no campo jurídico, utilizando como documentos os processos trabalhistas impetrados na Justiça do Trabalho. A análise inclui levantamentos quantitativos de um universo de quase 6 mil ações impetradas, abrangendo seus autores e motivações (companhias versus trabalhadores), de diversos enfrentamentos que marcaram o período a partir dos depoimentos realizados nas audiências, jornais e outros documentos, inclusive aqueles que faziam parte do acervo do Museu Estadual do Carvão e depoimentos do projeto *Memória Mineira*⁵.

A historiadora Tassiane Mélo de Freitas (2015) em sua dissertação de mestrado *De complexo carbonífero a museu: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983 – 1994)*, analisa o processo de patrimonialização de um lugar de trabalho ligado à indústria carbonífera – os remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, hoje Museu Estadual do Carvão. Neste local, além das atividades de extração, funcionou a primeira usina termoelétrica brasileira movida a carvão mineral, inaugurada no ano de 1924. Em 1956 a localidade de Arroio dos Ratos assistiu ao retraimento de sua economia baseada na extração do carvão, pós a transferência das atividades de mineração para a então vila de Charqueadas. A desindustrialização trouxe problemas econômicos e sociais para Arroio dos Ratos, além das marcas do abandono gradual da atividade mineira, que por anos foi o sustentáculo principal da região. Assim, os remanescentes do antigo complexo carbonífero estiveram por cerca de trinta anos à mercê tanto da ação humana, que dilapidava a antiga construção tirando-lhe os tijolos e tudo o que poderia ser aproveitado da sua estrutura, quanto do tempo, que se encarregava de oxidar as estruturas metálicas do espaço outrora dinâmico, até o processo de patrimonialização iniciado em 1983. As fontes documentais (processos, jornais, folders, fotografias, etc.) estavam no acervo do Museu Estadual do Carvão, muitos dos quais do acervo administrativo. Este foi o primeiro trabalho encontrado de pós-

⁵ Entrevistas realizadas pelo extinto Centro de História Oral do Rio Grande do Sul (CHO/RS), no ano de 2002, com fitas cassetes das entrevistas e disquetes contendo documentos (levantamentos bibliográficos, questionário, transcrição e texto limpo) produzidos pelo projeto e doados pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR) ao acervo do Museu Estadual do Carvão, em 2013.

graduação específico sobre o Museu Estadual do Carvão. Tassiane vivenciou todo processo de constituição do acervo documental da mineração, citado em sua obra. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – PPGH-UFSM (Linha de Pesquisa: Cultura, Migrações e Trabalho), onde desenvolve pesquisa inédita sobre as relações entre patrões e operários das minas de carvão do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1930 a 1950, por meio dos clubes de futebol das comunidades carboníferas.

Outra pesquisadora que acompanhou e trabalhou em grande parte do processo de constituição do acervo documental da mineração foi a historiadora e museóloga Clarissa Wetzel de Oliveira (2018). Em sua recente dissertação de mestrado “*Nós criamos uma raça*”: o discurso identitário na narrativa expositiva do Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos/RS), além de apresentar Arroio dos Ratos da primeira metade do século XX, quando a comunidade viu surgir e desaparecer uma importante indústria mineradora e o desmantelamento da vila operária, restando apenas ruínas, memórias e os sentimentos de perda e orgulho pelo árduo ofício. Ela descreve sobre a criação do MCAR nos remanescentes do poço 1 e da antiga usina termoelétrica e justifica que foi uma oportunidade de reconstrução para esta comunidade, coma sustentação de uma *identidade mineira* pulsante, mas também uma oportunidade à companhia mineradora e para o próprio estado. Neste contexto os espaços de memória são utilizados como aparatos fundamentais para a divulgação de determinadas mensagens, entre elas representações da memória e de identidades. Por fim, a pesquisa apresenta um estudo acerca das narrativas museológicas presentes no Museu Estadual do Carvão por intermédio de análise crítica do discurso expositivo veiculado pela instituição em dois momentos distintos, quando do restauro e requalificação parcial da usina (prédio dos geradores) para exposição do acervo museológico a partir de 1994 e duas décadas depois, em 2014, com o objetivo de identificar, avaliar e compreender as relações entre identidade, memória e as instituições museais.

Especificamente sobre o acervo documental da mineração, destaco três trabalhos de conclusão do curso, por três arquivistas que trabalharam na etapa profissional de organização do acervo, a partir de dezembro de 2013. Jéssica Fernanda Cherer Cardoso em sua monografia *A definição de tipologias documentais*

para o acervo da mineração (2014) apresenta a definição de tipologias documentais para o acervo do Arquivo Histórico da Mineração refletindo a partir da aplicação metodológica as atividades e funções das diferentes empresas que exerceram a atividade mineradora na região carbonífera. Ela aborda a aplicação da metodologia de análise tipológica para tratamento de massas documentais acumuladas em acervos permanentes. Conceitua o histórico das companhias de mineração, do Museu Estadual do Carvão e do Arquivo Histórico da Mineração bem como a importância do equipamento cultural na construção da identidade da região carbonífera.

Márcia Rodrigues de Sena em sua monografia *Memória e mineração do Rio Grande do Sul e sua relação com os arquivos* (2014) apresenta as possibilidades de como a preservação, análise e o acesso aos documentos podem ajudar a valorizar a memória da região carbonífera. Ela discute a relação da Arquivologia com a memória social e apresenta um breve histórico da trajetória da mineração no Rio Grande do Sul buscando contextualizar a forma pela qual as decisões tomadas pelas empresas mineradoras interferiram na vida dos moradores da região e como a sociedade se estruturou tendo suas vidas baseadas na extração de carvão.

Tiago Fernando Machado Nuñez em sua monografia *Organização da mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão* (2016) apresenta a análise da organização e classificação dos documentos cartográficos que compõem o acervo da mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão. Ele analisa a forma de arquivamento adotada, a partir da década de 1950, pelo Consórcio Administrador de Empresas da Mineração (CADEM). Seu objetivo era descobrir se o modo empírico de arquivamento adotado na época pode ser considerado aplicável ao acervo, segundo as teorias e os princípios atuais da arquivologia.

Por fim, uma referência básica e específica disponível sobre grande parte do acervo documental da mineração é a obra *Museu Estadual do Carvão: guia do Arquivo Histórico (1891-1936)* de 2016, organizada por Jorge Vivar, Sílvia Simões e Francisco Cougo Júnior, todos integrantes do projeto *Acervo Documental da Região Carbonífera RS*. O professor e arquivista Jorge Vivar foi o coordenador técnico do projeto. Desde meados do século XIX, a região carbonífera do baixo Jacuí tem sido cenário da indústria carbonífera. As atividades foram registradas em farto patrimônio

documental, desde 2013 custodiado pelo Museu Estadual do Carvão. Esta obra descreve, de forma precisa e com amplitude, quatro dos mais longevos fundos documentais deste importante Arquivo Histórico, a documentação produzida ou acumulada pelas empresas de mineração entre os anos de 1891 e 1936. O *guia* visava ampliar a divulgação e a localização de itens no acervo, disponibilizando parcialmente a documentação ao público. Desde agosto de 2018, mediante agendamento com a equipe do MCAR, todo acervo está disponível. Foram produzidos materiais de apoio à pesquisa e divulgação do acervo, com quadro de arranjo completo e textos registrando a extensa pesquisa documental realizada como apoio ao processo de organização. No entanto, faltava uma nova publicação revisada e atualizada do *guia* para uma maior difusão do acervo.

Com relação aos conceitos pertinentes ao conhecimento e à preservação do patrimônio cultural da mineração, reuni a literatura especializada indicada e utilizada nas aulas do mestrado, pelo orientador professor Valdir Morigi e outras pertinentes a questões de garantia de fruição do patrimônio (legislação). A observação e análise da relação histórica da comunidade com o MCAR e o processo de proteção e musealização desenvolvidos na pesquisa de Freitas (2015) colaborarão na compreensão da função social desempenhada pelo equipamento cultural na comunidade, seus desdobramentos e possibilidades de atuação com o acervo documental da mineração a partir do diálogo com a literatura especializada, apresentadas e debatidas (reflexões) na pesquisa.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a de estudo de caso, de acordo com as orientações de Creswell (2014). A pesquisa de estudo de caso começa com a identificação de um caso ou projeto específico. Apresenta o desenvolvimento de uma descrição e compreensão em profundidade – e análise – do caso e o seu contexto, coletando muitas formas de dados qualitativos. Os procedimentos para a condução pesquisa estão de acordo com as orientações do autor: possuir um caso claramente identificável e delimitado.

A pesquisa busca fornecer uma compreensão em profundidade. A coleta de dados é extensa, baseando-se em múltiplas e amplas fontes de informação. Nas atividades de coleta de dados no Museu Estadual do Carvão, no Arquivo Histórico da Mineração, na Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, entre outros,

houve um acesso e uma ligação de sintonia e empatia entre os sujeitos envolvidos, registro das informações e o armazenamento dos dados⁶.

Para a análise e representação dos dados da pesquisa, foi realizada a organização dos dados através da criação e organização de arquivos para os dados, a partir da realização de leituras e de lembretes (examinar o texto, anotações, etc.), a descrição e a classificação dos dados em categorias para estabelecer temas ou padrões. E, por fim, foi realizada a interpretação dos dados e sua representação e visualização.

Apresentaremos uma extensa descrição do histórico (origens) do acervo documental da mineração, de seu contexto e de questões de forma que o leitor possa compreender a complexidade do caso através da investigação das questões mais pertinentes. Finalmente, apresentaremos asserções do que entendemos sobre o caso e se as conclusões a que chegamos por meio da experiência pessoal, através da vivência e da experiência, foram alteradas conceitualmente ou questionadas.

Assim, a metodologia utilizada incluirá revisão de literatura e análise documental para: (a) contextualizar historicamente a mineração de carvão no Rio Grande do Sul, a formação da massa documental acumulada, sua constituição como acervo documental da mineração, e os acontecimentos e desdobramentos da enchente de São Miguel (1936) presentes até hoje na memória da comunidade; e (b) evidenciar os conceitos de patrimônio cultural, com ênfase ao patrimônio documental, memória, documento, documentação, entre outros, a transformação do patrimônio em herança cultural, relacionando-os com o acervo documental da mineração e o Museu Estadual do Carvão.

Realizamos a pesquisa de campo no Museu Estadual do Carvão e no Arquivo Histórico da Mineração, consultando o acervo documental da mineração e a própria documentação administrativa gerada através do processo de salvaguarda do acervo no andamento dos projetos voluntário e cultural: levantamento de documentos

⁶ O processo de coleta envolveu a classificação e organização dos documentos administrativos produzidos e recebidos pelo Museu (2011-2015), pelo projeto cultural (2014-2018), na Secretaria de Estado da Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (2011-2018) e a divulgação nas mídias impressas e eletrônicas (2011-2019), principalmente os jornais locais, com destaque ao Jornal Portal de Notícias, de São Jerônimo, sempre à disposição para publicar notícias sobre o Museu Estadual do Carvão.

administrativos (atas, ofícios, relatórios, etc.) e as notícias publicadas em jornais, periódicos, internet, etc.

Partindo da perspectiva interdisciplinar, este estudo de caso segue a abordagem metodológica qualitativa. Após a seleção dos documentos, a análise documental se propõe a reunir o objeto do estudo (problema e objetivos) e os documentos selecionados, refazendo a análise e observando os elementos mencionados. Nesta pesquisa os documentos são importantes fontes de informação, utilizados de forma associada e complementar com a revisão bibliográfica, analisando materiais (documentos) que ainda não foram editados ou que não receberam um tratamento analítico.

Destaco a metodologia utilizada na obra de Lopes (2009) de análise documental, utilizado na pesquisa para o trabalho com a farta documentação do acervo documental da mineração, inclusive os documentos administrativos da instituição e do projeto cultural em andamento, desde as tratativas de constituição do acervo até sua disponibilização à pesquisa. A trajetória da massa documental acumulada até a formação do acervo documental da mineração merece atenção dos historiadores e demais pesquisadores para novas perspectivas e a produção de outros conhecimentos, em especial da arquivologia e museologia, pois, o complexo cultural do Museu Estadual do Carvão é um local – e objeto – para a produção científica.

Só com a documentação administrativa do Museu, trabalhei com aproximadamente 590 conjuntos documentais (impressos e eletrônicos) entre 2011 e 2015, dentre os quais: circulares internas, memorandos, ofícios expedidos e recebidos, relatórios e outros documentos diversos. Destaque para ofícios e memorandos com informações sobre o projeto *Uma luz no fim do túnel*, o Arquivo Histórico da Mineração e o acervo documental da mineração, importantes à pesquisa sobre a trajetória da documentação no Museu e, por fim, no AHM.

Na ACUB, IFSul e MCAR, durante as ações educativas das oficinas de higienização básica e organização preliminar (2009-2014), foram higienizados aproximadamente 565 conjuntos documentais (registro em planilha eletrônica) da massa documental que foram recolhidos e incorporados ao acervo do AHM em 2015 durante o processo de organização do acervo documental da mineração.

Do próprio Museu Estadual do Carvão, aproximadamente 278 conjuntos documentos (registro em planilha eletrônica) de valor permanente referente à mineração foram recolhidos e incorporados ao acervo do AHM em 2015. Muitos desses documentos do acervo do Museu foram utilizados em pesquisas acadêmicas e outros são inéditos, pois foram encontrados no ano de 2012 em caixas, sem organização, em cima do forro da antiga casa branca da zeladoria, utilizada pela equipe da vigilância.

Nestas caixas em cima do forro da antiga casa branca da zeladoria havia livros e, principalmente, documentos administrativos do Museu (ofícios, livros de presença, projetos, periódicos, folders, correspondências diversas, etc.) da década de 1980 até a década de 2000. Ou seja, uma parte da história do próprio Museu estava armazenada em um local impróprio e de forma inadequada, inclusive com perdas por causa das intempéries e a ação dos agentes biológicos. Trabalhando profissionalmente no Museu (2012-2015), não tive dúvida e iniciamos o processo de higienização básica e organização preliminar dessa documentação.

Não posso deixar de registrar os devidos agradecimentos à equipe que trabalhou no salvamento e registro dessa importante documentação entre os anos de 2012 e 2014: Clarissa Wetzel, Roberta Matzembacher, Aline Guerreiro, Alda Leote e Sônia Bitencourt. São aproximadamente 369 conjuntos documentais (registro em planilha eletrônica) que estão em caixas-arquivo de polionda identificadas e que ficaram no acervo administrativo do Museu. Aliás, documentos importantes utilizados nas dissertações de Freitas (2015) e Oliveira (2018). Apresentado o objeto de estudo e o contexto no qual se insere, a metodologia adotada e uma breve descrição das informações e dados utilizados na pesquisa, passamos a uma breve apresentação dos capítulos que compõem o texto.

O capítulo 2 *O PATRIMÔNIO CULTURAL DA MINERAÇÃO NA REGIÃO CARBONÍFERA DO BAIXO JACUÍ* apresenta um breve contexto histórico da região carbonífera através dos memorialistas, historiadores e demais pesquisadores que produziram preciosas informações sobre a história do carvão mineral na região carbonífera do baixo Jacuí, com ênfase para o atual município de Arroio dos Ratos, onde estava localizado o antigo complexo industrial carbonífero do poço 1 e usina termoelétrica da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ).

Este complexo carbonífero que funcionou ativamente de 1908 até 1956, primeiramente como mina de carvão (poço 1) e depois, concomitantemente, como usina termoeétrica (1924-1956), foi desativado por trinta anos até seus remanescentes serem doados ao estado do Rio Grande do Sul e se transformarem no complexo cultural do Museu Estadual do Carvão (MCAR), órgão da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC/RS).

O capítulo 3 *UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL* apresenta as origens e ações de todo processo de salvamento da documentação que viria a ser o acervo documental da mineração. Essa documentação pertencia a empresa Copelmi Mineração Ltda. e seria descartada pela própria empresa que a gerou. Tratava-se do acervo do antigo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM) que administrou entre 1936 e 1964 as duas principais companhias mineradoras da região: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR)⁷.

A massa documental acumulada foi salva pelos membros da Associação Cultural Butiaense (ACUB) em 1996. Após indefinições e perdas, com a documentação deteriorada e sem perspectivas positivas por muitos anos, apresentaremos as ações dos sujeitos (personagens) que constituíram o projeto voluntário denominado *Uma luz no fim do túnel* para salvar a documentação, desde as ações educativas no Instituto Federal Sul-rio-grandense – campus Charqueadas (IFSul) e no Museu Estadual do Carvão até a participação em intermináveis reuniões e eventos, almejando uma solução.

A partir do Museu surgem novas situações e protagonistas. A empresa mineradora recolhe a massa documental e meses depois realiza a doação formal da documentação para o Museu Estadual do Carvão, inclusive doando as suas custas o restauro e a requalificação de um prédio tombado do complexo do Museu para ser a sede do Arquivo Histórico da Mineração. Finalmente, com o reconhecimento do valor histórico da documentação e o fim das oficinas voluntárias, inicia-se uma nova fase com a profissionalização das atividades através de projeto cultural, constituindo-se o tão sonhado acervo documental da mineração.

O capítulo 4 *MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL*

⁷ Posteriormente incorporada pela Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB).

apresenta reflexões que justificam a importância da preservação do acervo documental da mineração no Arquivo Histórico da Mineração, no complexo do Museu Estadual do Carvão. Neste capítulo faz-se a abordagem dos conceitos de arquivo, história, documento, museu, memória, patrimônio, entre outros.

A massa documental tornou-se um acervo documental (arquivístico), isto é, reconhecida sua importância histórica e cultural, deveria estar disponível à pesquisa, protegida e preservada de acordo com a legislação vigente. E, por óbvio, o acervo documental da mineração reconhecido como patrimônio.

Neste sentido, o Museu Estadual do Carvão está em sintonia com o acervo documental da mineração, pois este vai agregar fontes importantíssimas para historiadores e demais pesquisadores investigarem a importância cultural do Museu Estadual do Carvão, sua inserção social e política, temporalidades, legitimidades, revalorização de heranças do passado pelo presente, reconstruções históricas, entre outros.

O Museu é um local onde se cristaliza e se refugia a memória, pois preservar, requalificar ou restaurar uma estrutura arquitetônica ou um acervo que testemunhou as atividades cotidianas do homem de diferentes segmentos sociais é a forma mais coerente e democrática de preservar o patrimônio cultural e os seus vestígios, restos e testemunhos.

O capítulo 5 *O PATRIMÔNIO DA MINERAÇÃO COMO ACERVO DOCUMENTAL* apresenta as ações do projeto cultural *Acervo Documental da Região Carbonífera RS*, iniciado em novembro de 2013 no Museu Estadual do Carvão, primeiramente com recursos doados pela Copelmi e depois através de projeto cultural via lei estadual de incentivo à cultura. O projeto teve por objetivo principal identificar, registrar e desenvolver ações relacionadas à documentação, organizando-a em acervo arquivístico e desenvolvendo ações de preservação através de sua promoção (difusão).

Uma equipe de trabalho inicial foi constituída para a higienização, levantamento documental e registro de informações (2013-2014). Posteriormente, uma nova equipe foi constituída no trabalho integral à organização e estruturação dos fundos documentais. Este teve início em dezembro de 2014 com a formação de uma equipe interdisciplinar que realizaram um minucioso trabalho de pesquisa que permitiu,

através dos dados obtidos, reunir informações necessárias para uma melhor e mais adequada estruturação dos fundos documentais.

Durante a organização final do acervo documental da mineração, com alguns contratempos pelo caminho, o processo de desenvolvimento de uma descrição que permitisse a elaboração de instrumentos de pesquisas que facilitassem o acesso aos fundos já organizados gerou a publicação do “guia” em dezembro de 2016. E como estratégia de preservação, a partir da promoção (difusão) da documentação, foram realizadas duas exposições museológicas da documentação.

Por fim, apresentamos um breve recorte histórico através do acervo documental da mineração⁸ e outros documentos, referente a enchente de São Miguel, ocorrida em Arroio dos Ratos em 3 de outubro de 1936 e que marcou tragicamente na memória coletiva e no imaginário da comunidade de arroio-ratense. Esse fato histórico está diretamente relacionado ao local do complexo industrial carbonífero (poço 1 e usina termoelétrica), hoje Museu Estadual do Carvão.

⁸ A denominação *acervo documental da mineração* expressa na obra se refere ao acervo documental arquivístico, localizado no Arquivo Histórico da Mineração do Museu Estadual do Carvão. Essa denominação, mesmo que possa parecer ampla e sugerir outras formas de documentos, que serão apresentadas no capítulo 4, está registrada nas comunicações e nos projetos culturais desenvolvidos na preservação desta documentação arquivística.

2 O PATRIMÔNIO CULTURAL DA MINERAÇÃO NA REGIÃO CARBONÍFERA DO BAIXO JACUÍ

No Rio Grande do Sul, a Região Carbonífera do Baixo Jacuí compreende os municípios de Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo. Esta área está compreendida na região centro-sul, com cinco municípios incluídos na região metropolitana da capital Porto Alegre: Arroio dos Ratos, Charqueadas, Eldorado do Sul, São Jerônimo e Triunfo. Neste território, encontra-se ainda uma subdivisão: a chamada região carbonífera tradicional, formada pelos municípios onde o carvão foi descoberto e que deram origem à exploração do minério em escala industrial: Arroios dos Ratos, Butiá, Charqueadas, Minas do Leão e São Jerônimo.

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul: região carbonífera do baixo Jacuí em destaque (verde).



Fonte: Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS (2017).

Figura 2 – Mapa da região carbonífera do baixo Jacuí: nove municípios.



Fonte: Movimento Democrático Brasileiro, Diretório Estadual do RS – MDB/RS (2018).

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Conforme abordado nas obras clássicas de memorialistas, Dahne (1893), Simch (1943) e Sulzbach (1989a; 1989b), e de pesquisadores, Silva (2007), Klován (2009; 2014), Speranza (2014) e Freitas (2015), o carvão mineral, no estado do Rio Grande do Sul, foi descoberto no final do século XVIII, porém somente na segunda metade do século XIX teve início a empreitada da extração do minério. De 1872 a 1888 algumas empresas dedicaram-se à extração do carvão na região, porém, a partir de 1889, com a constituição da *Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo* (CEFMSJ), em Arroio dos Ratos, é que teve início o considerado período áureo da atividade extrativa do carvão.

Conforme Simch (1943), a descoberta do carvão mineral no Rio Grande do Sul ocorreu no final do século XVIII. Um soldado português que vagava pela região deparou-se com o minério e tratou logo de encaminhar a amostra extraída para a maior autoridade da capitania naquele período, Rafael Pinto Bandeira.

A partir daí os interesses em torno da exploração do carvão foram transparecendo através das várias sondagens feitas no solo na tentativa de explorar o mineral, porém somente na segunda metade do século XIX teve início a empreitada da extração do minério. A contratação de um experiente mineiro inglês, James Johnson, em 1853, e a concessão de recursos do governo imperial para a atividade foi garantida com o forte apoio do Visconde de Sinimbu, presidente da província neste período (1852-1855)⁹.

Em 1866, o governo imperial concedeu a Johnson e a Ignacio José Ferreira de Moura o privilégio para explorar as minas de carvão, no entanto, sem auxílio do governo imperial. O decreto do governo sob o número 4.921, de treze de abril de 1872, concedeu a autorização de funcionamento à empresa formada por Johnson e Moura, a *The Imperial Brazilian Collieries C. Limited*. Esta é considerada a data oficial que marca o início da indústria carbonífera no Brasil¹⁰.

A *The Imperial* construiu uma estrada de ferro que interligava as minas de Arroio dos Ratos a São Jerônimo, onde era feito o escoamento da produção. Além disto, importaram da Inglaterra máquinas e todo material necessário para a empreitada (DAHNE, 1893).

Mesmo diante da importância que o minério foi adquirindo, não demorou muito para que a companhia inglesa viesse à falência. “Os problemas graves e diversificados” (SULZBACH, 1989a, p. 52) afastaram Johnson do empreendimento e levaram a empresa à ruína no ano de 1878. Entre os problemas, ressaltava-se a questão do escoamento do minério em meio a estradas ruins ou com o arroio dos Ratos¹¹ cheio durante a maior parte do ano.

⁹ Sinimbu descreve seu entusiasmo e convicção do sucesso da indústria carbonífera nos relatórios de 1853, 1854 e 1855. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em 07 abr. 2018.

¹⁰ Oliveira (2018) atribuiu essa data como motivo da comemoração oficial do aniversário de Arroio dos Ratos, escolhida pelos envolvidos no processo de emancipação. No entanto, hoje, o feriado municipal é em 12 de abril, data da posse do primeiro prefeito e da primeira legislatura municipal (eleitos em 04 de abril de 1965). Anteriormente, o aniversário era comemorado na data de emancipação política, em 28 de dezembro (1964), mas, de acordo com a comunidade, a data prejudicava o comércio com mais um feriado entre o natal e o ano novo. Enfim, a data de comemoração do aniversário de Arroio dos Ratos gera controvérsias até hoje na comunidade. Meu posicionamento é favorável ao dia que o município foi oficialmente criado, através da Lei estadual nº 4.902, de 28 de dezembro de 1964 (cria o município de Arroio dos Ratos).

¹¹ A origem do nome do município de Arroio dos Ratos está vinculada ao arroio homônimo, um curso d'água que banha o município de um extremo (sul) a outro (norte). Arroio dos Ratos foi distrito de São Jerônimo até 1964, quando foi emancipado. Sua história está diretamente ligada ao carvão mineral,

Diante da falência do empreendimento de Johnson e Moura, a empresa *Holtzweissig e Cia.*, que já possuía direitos na lavra do carvão em outros lugares, arrematou a companhia inglesa e continuou os trabalhos em Arroio dos Ratos, num período de concessão de trinta anos. Os problemas persistiram, especialmente em relação à comercialização do carvão. A empresa desistiu da empreitada, antes mesmo do período concedido a ela para lavra mineral (SULZBACH, 1989a).

Em 1883 foi então formada a *Companhia das Minas de Carvão de Pedra Arroio dos Ratos* (1883-1888), empresa que contribuiu para a construção da nova estrada de ferro para o porto de Charqueadas, local onde o carvão passou a ser embarcado para a comercialização. Foi a primeira empresa mineradora formada inteiramente a partir de capitais nacionais. Por esta companhia foram construídos lavadouros de carvão e fábrica de briquetes na localidade de Charqueadas (DAHNE, 1893).

Dois anos após a formação desta companhia carbonífera, Arroio dos Ratos recebeu a visita da princesa Isabel e de sua comitiva. Na oportunidade um poço de mineração recebeu o nome de *Poço Isabel*. Na carta de 13 de janeiro de 1885¹², quando da visita da família imperial à mina de Arroio dos Ratos, a princesa Isabel relatava sobre a “sorte penosíssima dos mineiros obrigados a 8 horas de trabalho, por dia, nessas profundezas apertadas” (D’EU, 1957, p. 79).

Este poço, aberto entre 1883 e 1884, já existia e estava em pleno funcionamento, no entanto, foi batizado de *Poço Isabel* em homenagem a visita da sucessora do Império do Brasil e, assim, criando uma situação, uma forma de atrair simpatia do Governo Imperial à exploração carbonífera em solo gaúcho, diante da importação do carvão estrangeiro. No entanto, esta empresa também não resistiu às dificuldades, vindo a falir em 1888. O preço do carvão inglês não permitia ao carvão nacional concorrer com vantagem. Havia uma forte oposição em apoiar a indústria

que gerou um importante ciclo econômico, elevando-o durante décadas à condição de principal polo da indústria carbonífera do Brasil. O nome do município apareceu pela primeira vez em um mapa elaborado pelo padre Tomás Clark, da paróquia de Triunfo, quando foi organizado, no ano de 1756 (Sulzbach, 1989a). A hipótese mais correta para esta denominação está relacionada a uma espécie de roedor aquático, popularmente conhecido como *ratão do banhado*. Estes animais, na época, outrora abundantes na região, tinham a pele aproveitada na indústria chapeleira, além de possuírem uma carne apreciada. Hoje, em menor número, é considerado como uma espécie em extinção e sua caça proibida.

¹² A reprodução da carta está disponível no acervo do Museu Estadual do Carvão. O conjunto de cartas escritas pela Princesa Isabel durante sua viagem pelo Rio Grande do Sul, de 30 de dezembro de 1884 a 31 de janeiro de 1885, foram publicadas no *Anuário do Instituto Anchieta de Pesquisas*, em 1957.

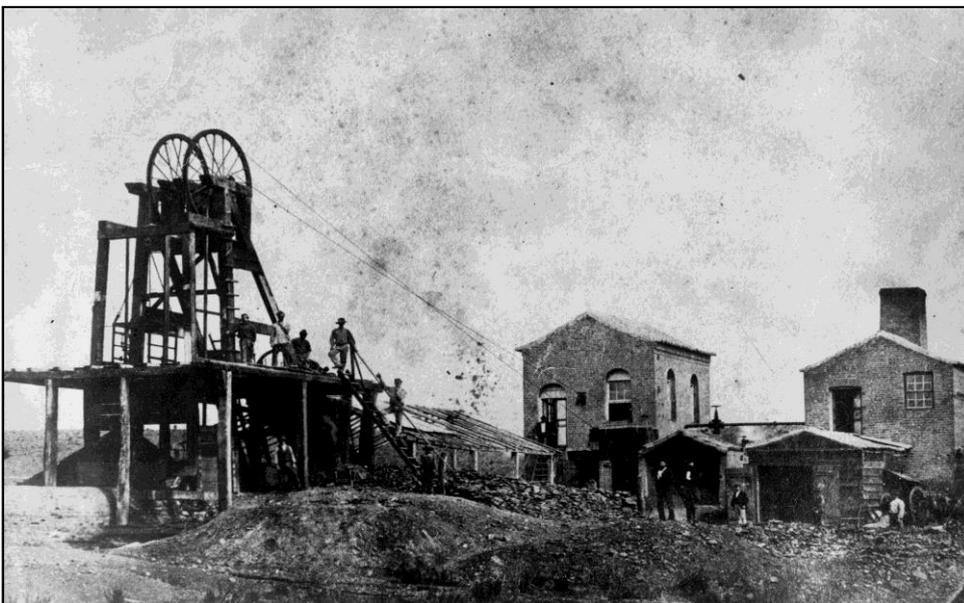
carbonífera nacional por parte dos negociantes do carvão inglês (DAHNE, 1893).

Figura 3 – Reprodução de uma ação da Companhia das Minas de Carvão de Pedra Arroio dos Ratos, em abril de 1884. É possível identificar a foto/desenho do poço que foi batizado de *Poço Isabel*, em 13 de janeiro de 1885.



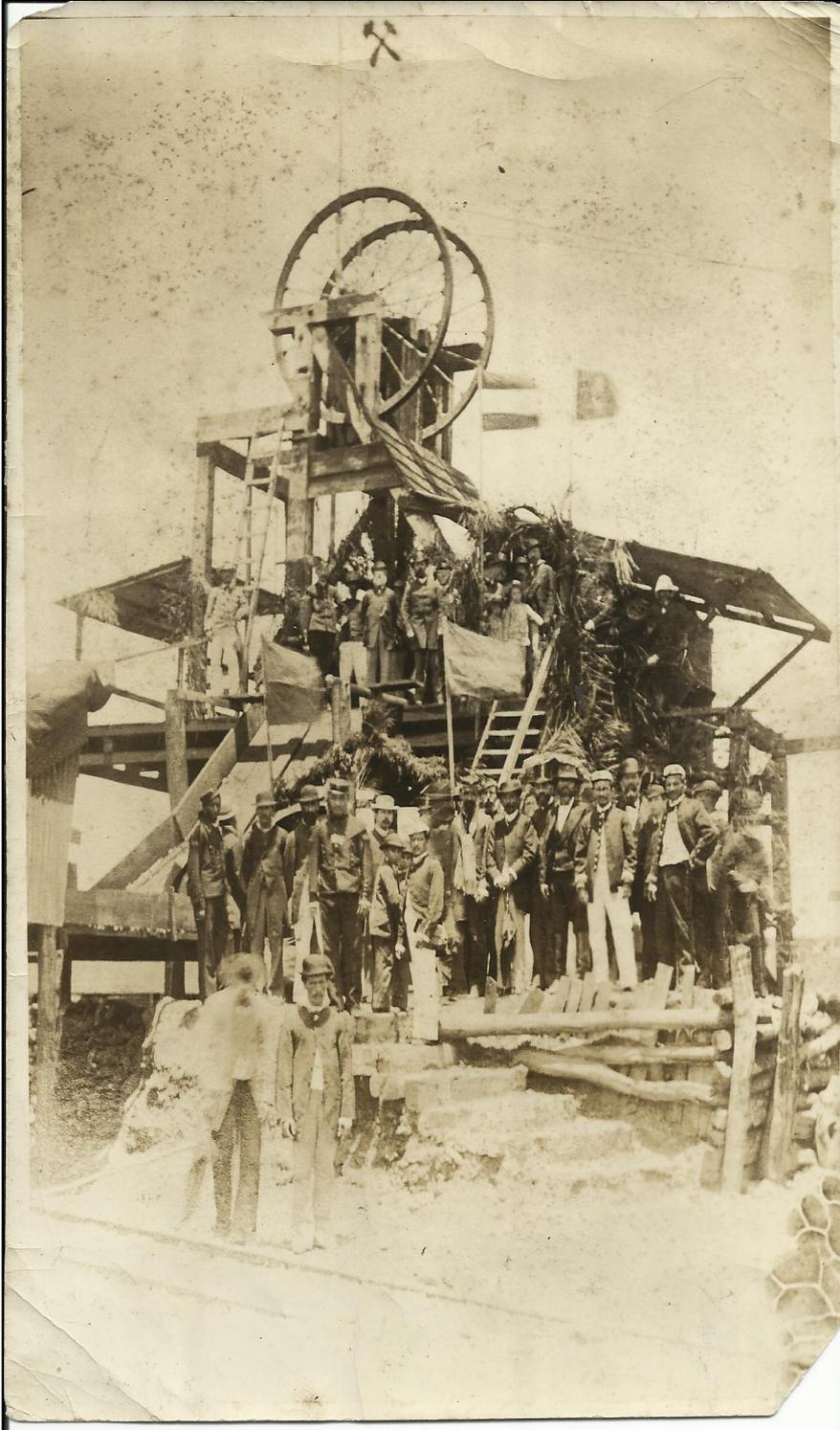
Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 4 – Reprodução de fotografia do Poço da CMCPAR. Imagem utilizada na ação da Companhia em 1884 (figura 3).



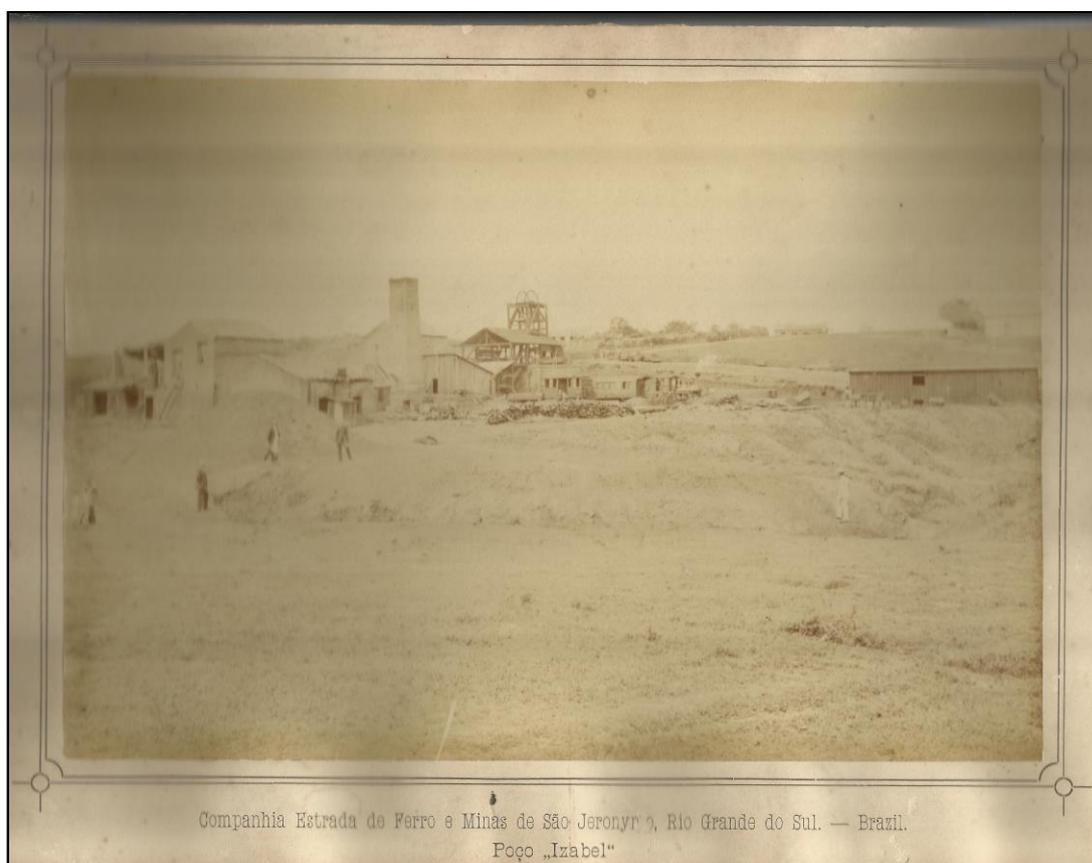
Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 5 – Reprodução da fotografia oficial do batizado do Poço Isabel, em 13 de janeiro de 1885, com a presença da princesa Isabel e família.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 6 – Reprodução de fotografia do Poço Isabel, no final do século XIX.



Fonte: DAHNE (1893). Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Em 1889 uma nova firma se instalou em Arroio dos Ratos, após várias tentativas anteriores e a liquidação forçada da Companhia das Minas de Carvão de Pedra Arroio dos Ratos. Tratava-se da *Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo* (CEFMSJ), responsável pela expansão da exploração do carvão em Arroio dos Ratos. O advento desta empresa contribuiu para a nova configuração da pequena localidade. Tem início o considerado período de estabilidade da atividade extrativa do carvão no início do século XX.

O complexo carbonífero em Arroio dos Ratos modificou consideravelmente o panorama econômico e social daquela comunidade. Quando foi instalada em Arroio dos Ratos, a CEFMSJ encontrou as minas de carvão existentes em péssimo estado de conservação e quase perdidas. Mesmo em meio às dificuldades encontradas, a reestruturação da indústria carbonífera rendeu à empresa a medalha de prata da exposição universal de Paris, em 1889 (DAHNE, 1893).

A CEFMSJ foi responsável pelo aumento considerável da produção de carvão, a partir do século XX, devido à abertura de novos poços de extração no final do século XIX. Nas minas de Arroio dos Ratos, de propriedade da CEFMSJ, existiam os poços 5 (Poço Velho), 6 (Presidente), 7 (Isabel), 8 (Caridade), 9 (Surpresa) e o 10 (Fé), no ano de 1983. A população era de cerca de mil habitantes, entre famílias estrangeiras e brasileiras, dispostos em aproximadamente 200 casas, das quais a CEFMSJ alugava 50 casas aos mineiros. (DAHNE, 1893; VIVAR et al., 2016).

O Poço Fraternidade, aberto em 1908, era popularmente denominado como o *Poço 1* porque foi o primeiro poço de extração aberto pela empresa Companhia Minas Sul-Riograndense que arrendou a mina de Arroio dos Ratos no mesmo ano, mas sendo incorporada pela CEFMSJ em 1915 (VIVAR et al., 2016).

A localização da *boca* do Poço 1 é no espaço do atual complexo cultural do Museu Estadual do Carvão. Os remanescentes das estruturas da *boca* (superfície) ainda são visíveis. Ainda neste mesmo espaço, em 1924, a empresa inaugura a Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos, considerada a primeira usina a gerar energia elétrica no Brasil através da queima do carvão mineral. (SILVA, 2007).

Da implantação da primeira indústria carbonífera no Brasil (1872) até o ano de 1932, o processo de beneficiamento do carvão para venda e utilização em diversas áreas que dele necessitava ocorreu de forma lenta, gradual e intermitente. A falta de apoio dos órgãos públicos, conforme citado na tese de Silva (2007), é apresentada como uma das dificuldades no processo de implantação da indústria carbonífera no país.

Além disso, desde o século XIX, os elevados custos que envolviam a atividade de extração de carvão dificultavam o progresso dos negócios. Todo o aparato que abarcava a atividade, desde a extração ao transporte do minério, exigia altos valores das empresas mineradoras. Além disso, a concorrência com o carvão inglês, que por sua vez não pagava imposto de importação, era um obstáculo (DAHNE, 1893).

Diante das limitações, a exploração do carvão mineral, em escala industrial, se desenvolveu dentro de uma estrutura de trabalho precária que empregou centenas de homens, inclusive vindos de outros países de tradição mineira. Originou-se então, em Arroio dos Ratos, uma “[...] microcivilização mineira e católica” sob a égide do paternalismo (ECKERT, 2012, p. 18).

O trabalho, em torno do qual se formou a comunidade carbonífera de Arroio dos Ratos e o processo de desindustrialização sofrido por esta, são aspectos que auxiliam na compreensão da trama que envolve os vestígios materiais e imateriais da época áurea do carvão e a forma de apropriação da comunidade arroio-ratense em relação a estes.

Os primórdios da extração de carvão no Rio Grande do Sul foram marcados por aspectos rudimentares que ofereciam riscos à mão de obra empregada nesta atividade. Através dos processos trabalhistas dos mineiros de carvão da região de São Jerônimo, entre os anos de 1940 e 1950, Speranza (2012) faz uma análise do processo de disputa em torno de direitos entre trabalhadores e patrões nas minas de carvão¹³ no contexto das lutas no campo jurídico, utilizando como documentos as ações e/ou processos trabalhistas impetrados na Justiça do Trabalho. Nesta documentação é constatado que os mineiros de Arroio dos Ratos e Butiá (e seu distrito de Minas do Leão) sofriam um regime de intensa exploração em vilas fábricas montadas pelas empresas mineradoras.

A obra apresenta a situação enfrentada pela mão de obra mineira durante este período. A partir desta análise sugerem-se possibilidades sobre o que fora enfrentado pelos mineiros dos anos anteriores, tendo em vista que as técnicas pouco se desenvolveram dos primeiros anos da atividade mineradora, até aproximadamente a década de 1960.

Em 1936, a CEFMSJ autorizou a assinatura do contrato com o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), acompanhado da Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR) de Butiá. Conforme relatório da empresa apresentado aos seus acionistas, o fator determinante para esta comunhão de lucros e perdas e administração conjunta está diretamente associado à superprodução do carvão.

Os excedentes da produção seriam danosos para ambas as companhias, mesmo com o posterior estabelecimento de novas cotas de consumo do carvão nacional, conforme estabeleceu o Decreto federal nº 1.828, de 21 de julho de 1937. Dessa forma, a administração da CEFMSJ e da CCR foi passada à Sociedade Civil formada por aquele Consórcio até o ano de 1964 (VIVAR et al., 2016).

¹³ Arroio dos Ratos e Butiá eram vilas operárias até se emanciparem de São Jerônimo, em 28 de dezembro de 1964 e 9 de outubro de 1963, respectivamente.

Em Arroio dos Ratos, observa-se que o território, outrora eminentemente rural, vai se redefinindo em função da indústria carbonífera. As casas e vilas operárias são vestígios destas redefinições, que foram ocorrendo a partir do século XIX até aproximadamente a década de 1950. O paternalismo imperante fazia com que a empresa mineradora concedesse casas, mas esperava que seu operariado “[...] mantivesse uma postura correta em relação ao trabalho e à própria empresa” (SILVA, 2007, p. 246).

Conforme Simch, as empresas “construíram prédios para suas necessidades industriais e boas casas para os funcionários, onde as de maior conforto, como é justo, cabiam aos engenheiros e auxiliares de categoria” (1942, p. 102). E o aparente desenvolvimento socioeconômico vivido por Arroio dos Ratos (escolas, clubes, cinema, hospital, etc.) entre as décadas de 1920 e 1940 esteve arraigado no paternalismo e contrastou-se com o processo rudimentar de extração mineral que muitas vidas ceifaram através da disseminação de doenças pulmonares e tragédias no subsolo.

E, diferente do que se possa aparentar, não era uma benesse de graça ao operário, pois eram realizados descontos no salário. Esses descontos estão registrados nos recibos de pagamento da companhia mineradora, referentes ao aluguel da casa (chamado de “Quota Zeladoria”: a título de conservação e limpeza dos prédios), mensalidade do Sindicato, farmácia dos empregados, cooperativa de gêneros diversos (chamado de “barracão”), hospital, empréstimos, impostos, entre outros descontos (KLOVAN, 2009; 2014).

Para complicar a situação, este cenário foi brutalmente desestabilizado pelo processo de desindustrialização ocorrido na década de 1950. O fim das atividades de mineração em Arroio dos Ratos, associado ao fechamento da usina termoelétrica (1956) e o desmantelamento do complexo industrial, é relatado como um processo difícil para a cidade. Segundo Eckert, “[...] o centro minerador perde o ‘status’ de ser a cidade símbolo da mineração do carvão” (1985, p. 161).

Evidencia-se até hoje o sentimento de comoção da população em relação a este processo de desindustrialização, quando as atividades mineiras foram transferidas para a localidade de Charqueadas, promovendo desta maneira o êxodo da mão-de-obra (FREITAS, 2015).

Diante da vitória do petróleo sobre o carvão, após o período da II Guerra Mundial, a população viu com muita tristeza o desmonte da estrada de ferro, a paralisação da usina, a paralisação da vila operária. A comunidade testemunhou a retirada dos trilhos da ferrovia. A transformação da vila berço da indústria carbonífera nacional em *vila fantasma* ou *dormitório* é relato constante nas falas dos moradores, mesmo após cerca de seis décadas do fechamento das minas. O impacto gerado por este processo atravessou gerações, de forma que as justificativas em relação ao ínfimo desenvolvimento econômico do município de Arroio dos Ratos ainda atrelam-se a justificativas relacionadas a este ponto de ruptura.

Nas obras de Sulzbach (1989a; 1989b) constam relatos das funções dos trabalhadores nas minas e alguns malefícios causados não só pela extração do carvão e as condições de trabalho, causadora de riscos de toda sorte (doenças, mutilações, incapacidade parcial ou permanente, choques, mortes, etc.), mas também de *longa duração*, causados pela dependência dos milhares de trabalhadores diante das empresas mineradoras.

Simch (1943, p. 103), médico das minas em Arroio dos Ratos e posteriormente prefeito de São Jerônimo nas décadas de 1930 e 1940¹⁴, também citou que as “empresas mineiras construíram um estado dentro do Município. Era o regime do feudalismo onde nem o Governo do Estado e do Município podiam intervir”.

Manoel Jover Telles foi mineiro nas décadas de 1930 e 1940 em São Jerônimo/RS e, posteriormente, eleito deputado estadual do Rio Grande do Sul pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947, quando proferiu na Assembleia discursos sobre a exploração do trabalho mineiro pelo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração¹⁵ (CADEM), além das doenças e constantes acidentes (SILVEIRA, 2013). Há diversos discursos sobre os males da exploração por parte das empresas mineradoras.

¹⁴ Posteriormente, quando saiu das minas, foi eleito suplente do senador Ernesto Dornelles pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Social Democrático (PSD) em 1947. Com a eleição de Dornelles para o governo do estado em 1950 e sua posse em janeiro do ano seguinte, Alfredo Simch assumiu a cadeira no Senado exercendo o mandato até o final da legislatura, em janeiro de 1955. Faleceu em Porto Alegre no dia 29 de julho de 1967. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/simch-alfredo>>. Acesso em julho de 2019.

¹⁵ O CADEM (1936-1964) administrou as duas grandes empresas mineradoras da época: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (Arroio dos Ratos) e Companhia Carbonífera Rio-Grandense (Butiá), posteriormente denominada Companhia Carbonífera Minas de Butiá, na década de 1940. Em 1964 essas empresas foram incorporadas pela hoje Copelmi Mineração Ltda.

O orgulho do passado da mineração contrasta-se com a realidade de uma cidade que hoje pouco tem a oferecer em termos de emprego e renda. Um efêmero ou ilusório passado glorioso ao lado de um presente sem grandes oportunidades. Arroio dos Ratos necessitava de uma imagem heróica, refletida através da figura do mineiro, uma forma de sobrevivência simbólica à crise sofrida após anos de extração do carvão e posterior processo de desindustrialização (FREITAS, 2015). A comunidade arroio-ratense neste momento de ruptura perdeu sua referência essencial, aquilo que dava sentido a sua trama social. A falta deste identificador remete ao sentimento de desânimo.

No entanto, a memória e a identidade de uma comunidade, construídas em torno do trabalho nas minas de carvão, estão envoltas de elementos saudosistas, complexos e contraditórios. E as marcas da indústria carbonífera daquela época continuam presentes em meio a comunidade arroio-ratense, na forma de vestígios materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), especialmente no antigo complexo industrial carbonífero do poço 1 e usina termoelétrica, atual complexo cultural do Museu Estadual do Carvão.

2.2 DE COMPLEXO CARBONÍFERO A COMPLEXO CULTURAL

O complexo carbonífero de Arroio dos Ratos é uma destas estruturas industriais que resistiu parcialmente ao arrasamento. Porém, resistir sob a forma de um bem tombado e musealizado não garante que ao longo do tempo, por diversos fatores, tais como uma gestão ineficiente, o patrimônio não venha sofrer alguns reveses. Assim, se faz necessário realizar a apresentação deste importante espaço histórico que consideramos o maior exemplar do período áureo da industrialização do carvão no Rio Grande do Sul¹⁶. Deste local era extraído do subsolo o carvão mineral que abastecia as locomotivas, as indústrias, a usina termoelétrica local e de outras regiões até a década de 1950, inclusive a sua *irmã* mais nova, a Usina do Gasômetro (1928-1974), hoje Centro Cultural Usina do Gasômetro, em Porto Alegre.

¹⁶ O estudo inédito deste patrimônio industrial do Rio Grande do Sul está disponível na dissertação de FREITAS (2015). Além de abarcar a busca pela compreensão das memórias do trabalho e da organização social da comunidade mineradora, é uma forma de conhecer, proteger, conservar e promover os vestígios de uma cultura industrial ainda tão pouco valorizada no Brasil.

Uma breve descrição do surgimento do Poço 1, a partir do acervo documental da mineração, está disponível na obra *Museu Estadual do Carvão: guia do Arquivo Histórico (1891-1936)*:

Chegado o ano de 1908, a CEFMSJ suspendeu a exploração de carvão, e arrendou a mina de Arroio dos Ratos, por um período estipulado em trinta anos, à Companhia Minas Sul-Riograndense, pertencente a Manoel Buarque de Macedo & Cia.

[...]

Utilizando mão de obra estrangeira e nacional, acrescentou-se aos trabalhadores da Companhia Minas Sul-Riograndense, um grupo de mineiros espanhóis que chegou com suas famílias à região. A partir daí a Companhia intensificou os trabalhos de sondagem na área, abrindo o Poço 1, também conhecido como 'Poço Fraternidade', e continuando com a exploração do Poço Fé, de propriedade da CEFMSJ (VIVAR et. al., 2016, p. 34-35).

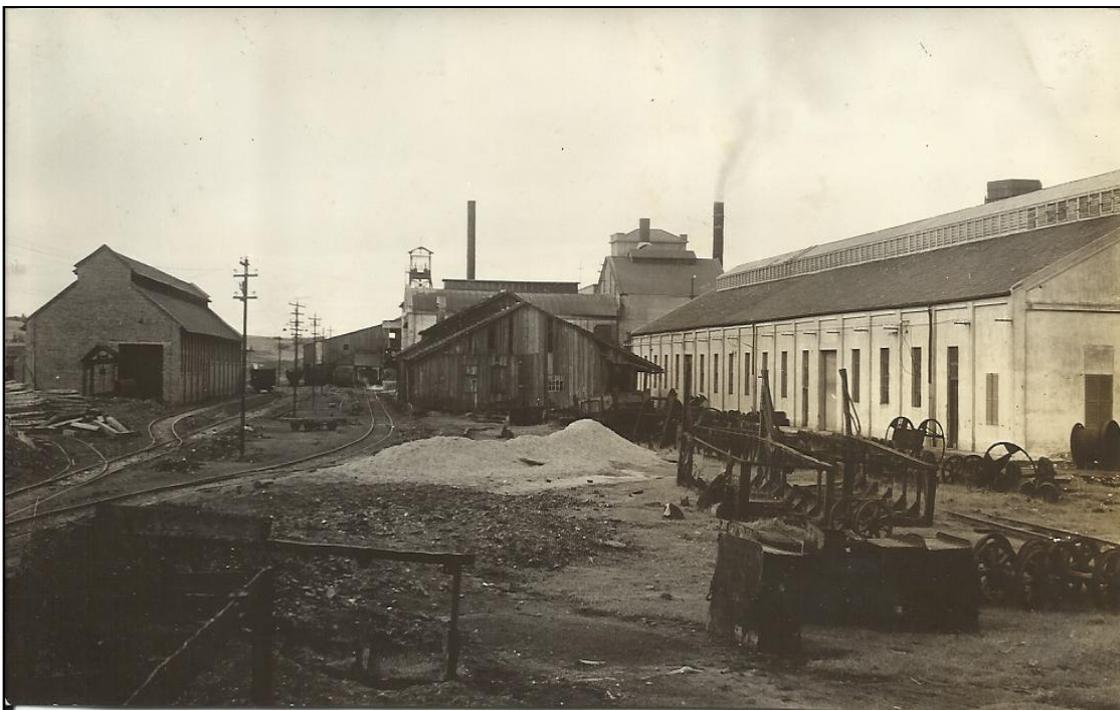
Figura 7 – Reprodução de fotografia do Poço 1 na década de 1910.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

O Poço Fraternidade ou Poço 1 foi a primeira estrutura instalada neste complexo. Posteriormente, concomitantemente com a construção e instalação da Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos, em 1924, ao espaço agregou diversas outras novas estruturas arquitetônicas (oficinas, almoxarifado, laboratório, lavador, depósitos, escritório, etc.).

Figura 8 – Fotografia parcial do Poço 1, Usina, estrada de ferro e oficinas em 1935.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Seus remanescentes hoje formam o Museu Estadual do Carvão (MCAR), órgão da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC/RS). O equipamento cultural tem como missão básica preservar o patrimônio histórico-cultural da mineração de carvão. Seu objetivo é proporcionar a interação das comunidades da região carbonífera do Baixo Jacuí com a sua produção técnica, científica e cultural. É ainda responsável por promover a transformação do patrimônio em herança cultural. O Museu do Carvão é essencialmente um museu histórico e um patrimônio industrial a ser preservado. É também um espaço reflexivo onde se desenvolvem atividades voltadas para a comunicação, preservação patrimonial, pesquisa, pluralidade cultural, educação, cidadania, trabalho e meio ambiente, etc. (MUSEU, 2014; WITKOWSKI; FREITAS, 2015).

Conforme a professora Maria Luiza Flores Chaves Barcellos (198-?), primeira diretora do Museu do Carvão (1984-1991), a iniciativa da criação do museu no local das ruínas da antiga usina termoelétrica surgiu com em 1980 com Antônio Augusto Fagundes, então diretor do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, ao apresentar o espaço a um grupo de professores(as), do qual Maria fazia parte.

Prontamente, ela iniciou as tratativas para a criação do museu, inclusive conseguindo a doação da área de 2.126,70m² (dois mil, cento e vinte e seis e sete décimos de metros quadrados) das ruínas da antiga usina termoelétrica junto à empresa Copelmi em 1983. Dois anos após é iniciado administrativamente o processo de tombamento do espaço e criação do Museu do Carvão.

Após o encerramento das atividades (1956), gradualmente a usina termoelétrica teve suas estruturas dinamitadas. Vários são os motivos levantados pela população arroio-ratense para tal ação, mas foi a própria companhia que viabilizou a implosão, pois desejava desmantelar a estrutura em desuso. O resultado foi parcial, pois boa parte da estrutura permanece estável (FREITAS, 2015).

De qualquer maneira, por cerca de trinta anos, este espaço esteve à mercê tanto da ação humana, que dilapidava a antiga construção tirando-lhes os tijolos e tudo o que poderia aproveitar da estrutura, quanto do tempo que se encarregava de oxidar as estruturas metálicas e cobrir com vegetação daninha o espaço outrora dinâmico.

O Museu Estadual do Carvão foi oficialmente criado através do decreto estadual nº 32.211, de 31 de março de 1986, publicado no Diário Oficial do Estado (fl. 2). A portaria nº 01/1986, de 10 de março de 1986, determinou o tombamento de parte dos remanescentes da antiga usina termoelétrica de Arroio dos Ratos. Posteriormente, através da portaria nº 14/1993, de 13 de outubro de 1993, foi tombado o restante da área onde estão localizados os demais remanescentes (estruturas anexas e entorno).¹⁷

De parte do município de Arroio dos Ratos, a Lei municipal nº 639/89, de 18 de abril de 1989, decretou o tombamento dos remanescentes históricos da mineração (ARROIO DOS RATOS, 1989a). E, alguns meses depois, a Lei municipal nº 646/89, de 26 de junho de 1989, instituiu as normas de proteção para o entorno da área tombada, onde se localiza parte dos remanescentes da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos – Poço 1 (ARROIO DOS RATOS, 1989b). Hoje, o Museu do Carvão possui uma área de aproximadamente onze hectares¹⁸. Nesse espaço

¹⁷ Os bens foram inscritos no Livro do Tombo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro tombamento contém a inscrição número 34 (1986), e o segundo é o número 73 (1994). Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

¹⁸ O complexo cultural do Museu possui 107.894,10m² (cento e sete mil, oitocentos e noventa e quatro, e um décimo de metros quadrados).

destacam-se os antigos prédios do escritório, das oficinas, do almoxarifado, do laboratório e dos geradores da usina, outrora pertencentes à principal empresa responsável pela mineração de carvão em Arroio dos Ratos: a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), hoje Copelmi Mineração Ltda.

No local também se encontram outros remanescentes (ruínas) das galerias das caldeiras (subsolo), frontão, chaminé e resfriador da usina termoelétrica, as ruínas da boca do poço 1, carregadora, lavador de carvão e vestígios diversos de pisos e estruturas da época de funcionamento desse complexo industrial carbonífero.

Figura 9 – A usina termoelétrica e poço 1 do complexo de Arroio dos Ratos (1935).



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 10 – Hoje, o complexo cultural do Museu Estadual do Carvão (2014).



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

O equipamento cultural possui um importante acervo museológico e arquivístico, que registra a história da mineração e dos mineiros de carvão no Rio Grande do Sul. Encontram-se neste acervo diversos utensílios, ferramentas e materiais utilizados no interior das minas, nas oficinas, laboratório, escritório, etc. Além destes objetos, é destaque o acervo documental da mineração, isto é, a documentação produzida ou acumulada pelo antigo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM) e pelas antigas empresas mineradoras da região.

Conforme a pesquisa detalhada de Freitas (2015), apesar da inscrição do bem ter sido feita no livro do tombamento histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do RS (IPHAE/RS), os dossiês apontam que os estudos históricos acerca dos remanescentes durante os dois processos foram escassos e superficiais. Aspectos detalhados, por exemplo, sobre o funcionamento das máquinas e ferramentas que hoje compõem o acervo museológico e o cotidiano dos saberes e fazeres dos trabalhadores (ofício de mineiro) não foram enfatizados.

Estes, assim como os diversos outros aspectos – sociais, econômicos, tecnológicos etc. –, constituem uma lacuna a respeito da história do local. É importante destacar que são poucas as referências que apresentam os detalhes sobre o funcionamento da antiga usina e do complexo como um todo, sendo a principal obra *Monografia de São Jerônimo* (1943), de Carlos Alfredo Simch, que ainda assim revela poucas informações. O acervo documental da mineração tem muito a contribuir neste processo investigativo.

Ainda em relação aos aspectos históricos é importante ressaltar que, durante os dois processos de patrimonialização, carecia-se de trabalhos acadêmicos que abordassem o mundo do trabalho nas minas de carvão da região do Baixo Jacuí (as greves, o emprego de menores, os acidentes etc.), que pudessem confrontar os discursos até o momento existentes em torno da indústria do carvão naquele lugar e o que representou tanto em termos econômicos quanto sociais. Avançando em sua proposta de atuação como equipamento cultural multifacetado, em fevereiro de 2011, o Museu Estadual do Carvão acolheu o projeto *Uma luz no fim do túnel*. O projeto foi criado em 2009 e era constituído de universitários voluntários vinculados à Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenados pelo Professor Benito Schimdt da UFRGS.

O objetivo era a preservação da massa documental da mineração que estava em avançado estado de degradação, depositado em um antigo engenho de arroz, no município de Butiá. Em 1996, graças a ação da comunidade, especialmente da Associação Cultural Butiaense (ACUB), foi impedido que essa massa documental fosse descartada pela Copelmi, empresa responsável pela documentação das antigas empresas mineradoras que foram incorporadas em 1964.

A partir dessa iniciativa, criaram-se novos projetos, termos e acordos de cooperação técnica. Foi assinado Termo de Doação com Encargos entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Copelmi Mineração Ltda., com a finalidade de realizar oficinas de higienização de documentos, incluindo a doação da documentação das antigas empresas de mineração ao acervo do Museu, isto é, milhares de documentos: fichas, correspondências, ofícios, memorandos, carteiras de trabalho, registros do cotidiano da mineração e das empresas, etc.

Portanto, a baliza temporal da pesquisa está justamente embasada nos anos que correspondem ao início do processo efetivo de salvaguarda da outrora massa documental, a partir do projeto *Uma luz no fim do túnel* (2009), até a disponibilização pública da primeira parte do acervo documental da mineração à pesquisa (2016), no Arquivo Histórico da Mineração, localizado no Museu Estadual do Carvão.

A importância da pesquisa da trajetória do acervo documental salvaguardado no MCAR justifica-se pelo seu conjunto inédito de fontes primárias que possibilitarão a produção de conhecimento sobre o cotidiano das antigas empresas mineradoras e dos operários, especialmente dos mineiros do subsolo, para que possamos conhecer melhor sobre seus saberes e fazeres, desconstruindo estereótipos e preconceitos, valorizando a história dos trabalhadores e suas famílias.

O complexo cultural do Museu reforça, ainda, o papel dos museus na sociedade ao se aproximar continuamente das comunidades onde está inserido, valorizando a sua relevante participação no desenvolvimento científico/cultural, estimulando o debate e ações, apontando – em conjunto com as comunidades – novos horizontes para o desenvolvimento regional, pois o museu deve ser entendido como instituição a serviço da sociedade e com importante papel (função social) na formação da consciência das comunidades.

3 UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL

No ano de 1996, a Associação Cultural Butiaense¹⁹ (ACUB) foi comunicada acerca de um ato desfavorável à preservação do patrimônio histórico da região carbonífera gaúcha: a ameaça de incineração de aproximadamente dez toneladas de documentação pela própria empresa que a gerou. Tratava-se do acervo do antigo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM). De 1936 a 1964, este consórcio administrou as duas grandes empresas privadas de exploração do carvão mineral no Estado: a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (Arroio dos Ratos/RS) e a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (Butiá/RS). Quando o CADEM foi extinto, as duas mineradoras foram incorporadas pela atual Copelmi Mineração Ltda., que continua as atividades de extração de carvão no Rio Grande do Sul.

A massa documental do CADEM foi salva, parcialmente, e esteve por doze anos sob a guarda da ACUB, em local desfavorável à sua preservação²⁰. Entre 2004 e 2008, com o importante apoio dos docentes do curso de História da Faculdade Porto-Alegrense (FAPA), nós, Alexandro e Tassiane, então acadêmicos de graduação, participamos de seminários, fóruns, eventos, encontros, congressos, reuniões, etc., e neles apresentamos diversos trabalhos, inclusive a publicação de artigo e livro com o objetivo de promover a trajetória da documentação e também despertar nos demais pesquisadores o interesse pela história dos trabalhadores da mineração carbonífera no Rio Grande do Sul²¹.

Era o alerta necessário para a salvaguarda das fontes primárias que estavam em local inadequado, sem catálogo e não organizadas conforme os diversos assuntos a serem abordados sobre a mineração e o cotidiano do mineiro nas décadas iniciais do século XX.

¹⁹ Esta associação cultural tem sede em Butiá/RS.

²⁰ A massa documental após ter sido recolhido pela ACUB, em 1996, ficou sob a guarda dessa associação até junho de 2010. Durante esse período (1996-2010), esteve em diversos prédios de Butiá (cada mudança representava uma perda) e, por último, ficou acondicionada no prédio de um antigo engenho de arroz (engenho Novak), de propriedade da professora de história Gertrudes Novak Hoff, associada da ACUB.

²¹ Ver as obras de Witkowski e Freitas (2005 e 2006). Destacamos a oportunidade dos autores em promover a documentação do CADEM no VIII Encontro Estadual de História: História e Violência, realizado em 2006 na Universidade de Caxias do Sul (UCS), com a apresentação do pôster *A fundação do sindicato dos mineiros de Butiá*. Lá mantivemos o primeiro contato com os professores Benito Bisso Schimdt e Clarice Speranza.

Figura 11 – Antigo engenho Novak, Butiá/RS, em 2009.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 12 – Interior do antigo engenho Novak e a massa documental, em 2009.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 13 – Interior do antigo engenho Novak e a massa documental, em 2009.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

3.1 OS PRIMÓRDIOS NA FAPA

No primeiro semestre do ano de 2004 ingressei²² no curso de graduação em História – Licenciatura Plena, pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA)²³. Naquele mesmo ano, a partir da investigação voltada para o estudo da formação do Sindicato dos Mineiros de Butiá/RS, apresentado pela acadêmica Tassiane Mélo de Freitas à disciplina de Sociologia I, iniciou minha trajetória acadêmica e cidadã na pesquisa acerca da história, memória e patrimônio cultural da região carbonífera do baixo Jacuí/RS.

No final do mesmo ano iniciou o meu contato direto, no antigo engenho Novak, no município de Butiá/RS, com a massa documental que estava em estado precário: a documentação das antigas empresas mineradoras da região. Através das disciplinas de Introdução à Metodologia Científica e Museologia²⁴, Tassiane e eu utilizamos em nossa pesquisa uma pequena amostragem daquela documentação. Publicamos um artigo científico em *Cadernos FAPA*²⁵ e de forma impressa (livro), com patrocínio da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

Constatamos que os documentos revelavam a história da região carbonífera através de seus inúmeros sujeitos, entre eles as empresas mineradoras, com suas

²² Normalmente prefiro não falar na primeira pessoa do singular, mas como faço parte (sujeito) deste processo de salvaguarda da documentação que hoje compõe o acervo documental da mineração, posicionarei a respeito das minhas experiências, como acadêmico e profissional.

²³ A Faculdade Porto-Alegrense – FAPA tinha mais de quatro décadas de tradição em Porto Alegre, mas, no momento, oferece apenas o curso de graduação em direito. Hoje o *campus FAPA* faz parte da rede *Laureate International Universities* (2014) e as vagas para o curso de História não vem sendo ofertadas desde o primeiro semestre de 2015, por causa do processo de descontinuidade pelo qual passa a instituição. Disponível em <<https://www.uniritter.edu.br/files/editor/files/ppc-hist-fapa.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2019.

²⁴ Disciplinas ministradas pelas professoras Sandra Careli e Véra Barroso, respectivamente. No primeiro semestre da disciplina de Metodologia Científica, o objetivo era fazer o projeto de pesquisa, no segundo semestre o artigo científico. No primeiro semestre da disciplina de Museologia, o conteúdo era referente aos arquivos, no segundo semestre era referente aos museus. Na época de minha graduação (2004-2009), o curso de História – Licenciatura Plena formava professores para a educação básica com competência para relacionar o processo histórico com teorias e metodologias que identifiquem a produção do conhecimento na área. O egresso tinha condições de articular a docência com o envolvimento inerente à pesquisa e à preservação do patrimônio histórico-cultural. Poderia atuar como pesquisador, assessor e gestor cultural em programas culturais e de preservação do patrimônio histórico, de educação patrimonial e de turismo histórico, em espaços culturais, centros históricos e instituições de memória, como arquivos e museus.

²⁵ *Cadernos FAPA* era uma publicação eletrônica que veiculava trabalhos de acadêmicos de graduação e de pós-graduação, bem como de docentes da FAPA e de outras Instituições de Ensino Superior. Trabalhos esses desenvolvidos nas áreas de História, Letras, Educação, Ciências e Matemática, Administração e Ciências Contábeis.

formas de administração e controle, e os trabalhadores das minas de carvão, especialmente o mineiro do subsolo, em sua dura e perigosa rotina de trabalho e de suas formas de resistência às situações de controle e exploração. Como esta documentação (documentos diversos, livros, mapas, plantas, carteiras de trabalho, etc.), estava depositada de maneira totalmente inadequada no antigo engenho de arroz abandonado, iniciamos uma incipiente higienização da documentação, a partir do aprendizado em cursos de extensão oferecidos pela FAPA²⁶.

Imediatamente, iniciamos a procura por parcerias que pudessem auxiliar na salvaguarda adequada desta massa documental, pensando em sua organização como um acervo e o recolhimento para um espaço (prédio) específico: um arquivo permanente²⁷. O nosso apelo no final do livro era claro:

Nosso objetivo, mais do que buscar compreender as primeiras relações sindicais da mineração na região do baixo Jacuí, neste momento, situa-se também em um projeto maior e mais ousado, que é a **construção de um arquivo que possa abrigar os valiosíssimos documentos da região carbonífera**, sendo o material recolhido, conservado e disponível à comunidade. Com esta publicação, esperamos que possam surgir ideias e ações que respondam a esta urgência (WITKOWSKI; FREITAS, 2006, p. 43, grifos meus).

Com a conclusão da graduação, no ano de 2009, após uma série de reuniões em Butiá e Porto Alegre, iniciamos o processo de formação de um grupo de universitários voluntários²⁸ interessados em salvaguardar adequadamente a documentação ameaçada de destruição pelas intempéries, agentes biológicos e do

²⁶ Através do curso de preservação de documentos, conhecemos a historiadora e conservadora-restauradora em suporte papel, Maria Lúcia Souto. Ela proporcionou o encontro com a arquivista Maria Osmani e ambas foram conhecer a documentação em Butiá (2005). Voluntariamente nos auxiliaram nos primórdios do projeto de preservação do patrimônio documental da mineração.

²⁷ A professora Vera Barroso agendou em 2007 reuniões no Arquivo Público do Estado (APERS), com a diretora Rosane Feron, para a possibilidade de recolhimento da massa documental. No entanto, devido a precariedade da documentação e a falta de espaço no APERS, não obtivemos sucesso. O próprio Sindicato dos Mineiros de Butiá, através de seu presidente, Sr. Oniro Camilo, ofereceu um espaço na sede do sindicato para a construção do arquivo, mas não havia recursos para a construção do prédio e a ideia não prosperou.

²⁸ O grupo inicial era constituído de universitários voluntários vinculados à Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) e à UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), coordenado pelo professor do Departamento de História da UFRGS, Dr. Benito Bisso Schimdt. Através deste grupo de trabalho foi possível conseguir adesões importantes, tais como a da UFRGS, do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – campus Charqueadas, e, posteriormente, da Secretaria de Estado da Cultura, através do Museu Estadual do Carvão e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE/RS), e da Copelmi Mineração Ltda.

descaso humano. Diante das circunstâncias, a principal meta estabelecida foi a de iniciar um projeto voltado para a ação educativa em patrimônio, que envolvesse a comunidade escolar pertencente aos diversos municípios da região carbonífera. Surgiu o projeto *Uma Luz no Fim do Túnel*, uma alusão ao trabalho do mineiro de carvão, que, após uma jornada exaustiva no fundo escuro das galerias, encontrava a luz ao sair do poço da mina.

Após diversos “nãos”, “talvez”, “quem sabe”, “veja bem”, etc. em diversas reuniões e encontros na ACUB e em Porto Alegre, sem perspectiva a curto e médio prazo para salvaguardar a massa documental, resolvemos avançar através de um projeto de ação educativa com a documentação e que possibilitasse uma maior visibilidade dentro da comunidade da região carbonífera, além de uma higienização básica e uma mínima organização do material. Surgiu a ideia de realizar as oficinas no IFSul, em Charqueadas.

3.2 O PROJETO EM PRÁTICA NO IFSUL

Foram realizadas, no primeiro semestre de 2009, reuniões com a direção do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) – campus Charqueadas, apresentando a proposta de ação educativa e a realização voluntária de palestras, oficinas de higienização básica (mecânica) e organização preliminar da massa documental das antigas empresas mineradoras que estavam em posse da Associação Cultural Butiaense (ACUB)²⁹.

Para nossa felicidade, a proposta foi aceita e teve início no segundo semestre, com Tassiane Freitas³⁰ organizando com sucesso no IFSul a *1ª edição do projeto Uma luz no fim do túnel: Universidade e Escola salvando a documentação das minas da Região Carbonífera do Baixo Jacuí* (2009).

²⁹ A Prof.^a Carla Renata Gomes ministrou uma oficina de conservação de documentos em Butiá, promovida pela ACUB, em setembro de 2009, na Escola Cenecista Prof. Alcides Conter, com duração de 08h. O público-alvo foram os professores da rede local de ensino e a comunidade em geral. O conteúdo: (a) a importância da educação patrimonial; (b) higienização e conservação dos documentos; e (c) organização básica inicial da documentação. A Prof.^a Carla Renata também colaborou e participou das primeiras reuniões do projeto *Uma Luz no Fim do Túnel*, inclusive na primeira reunião com a direção do IFSul, no campus Charqueadas (2009).

³⁰ Tassiane é servidora pública federal desde 2007, lotada no IFSul – campus Charqueadas.

As palestras e oficinas foram ministradas à comunidade escolar da Instituição e às comunidades da região carbonífera. O IFSul forneceu os certificados e o espaço adequado para a realização das palestras e oficinas, que foram realizadas voluntariamente pelos membros do projeto *Uma Luz no Fim do Túnel*³¹.

Concomitantemente, Tassiane e eu estivemos presentes na Audiência Pública para tratar sobre a guarda e gestão dos acervos históricos do Rio Grande do Sul, realizada pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa, no dia 15 de setembro de 2009, no período matutino (09h30) com a participação de Juliana Erpen, representando a então Secretária de Cultura Mônica Leal; Simone Monteiro, Coordenadora do Sistema de Museus do RS; professora Zita Possamai, da FABICO/UFRGS; Elizabete da Costa Leal, Presidente da Associação Nacional de História; Ana Maria Moreira Marchesan, Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente/RS; Beatriz Muniz, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e Luiz Antônio Assis Brasil, escritor e Coordenador do Espaço de Documentação e Memória Cultural – Biblioteca Geral da PUC/RS e Presidente da Associação dos Profissionais de Museus³².

Nas inscrições para manifestações do público, a manifestação do Sr. Telmo Padilha César³³ falou sobre “a situação da vasta documentação sobre a história do carvão em Butiá, e que não há um local adequado para guardar e conservar tal acervo” (COMISSÃO, 2009). Em conjunto com o apelo à Assembléia e ao Ministério Público para resolver o problema, foi entregue ao Presidente da Comissão, Deputado Mano Changes, o nosso livro sobre a trajetória da fundação do sindicato dos mineiros de Butiá. Por fim, a promotora Ana Marchesan fez a sugestão ao escritor Assis Brasil para que a PUC/RS recolhesse a documentação de Butiá³⁴.

³¹ Integrantes: Aleksandro Witkowski, Tassiane Melo de Freitas, Benito Bisso Schmidt (Coordenador), Elton Decker, Felipe Klován, Clarissa Wetzel, Clarice Gontarski Speranza e Carmen Regina Mendonça Colman de Moraes. Posteriormente, a partir de 2012, tivemos os acréscimos de Camila Petró, Giovanni Storniolo Garcez e Lara Sampaio Thoms.

³² Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da AL/RS. Data Reunião: 15/09/2009, 09h30. Local: Sala Prof.º Salzano Vieira da Cunha. Audiência Pública. Ata nº 41. Publicado no D.A. de 07/10/2009. Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/Comissoes.aspx?IdComissao=8>>. Acesso em 20 jul. 2019.

³³ Então presidente da Oscip Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico, de Cachoeira do Sul. Telmo esteve em Butiá no ano de 2006 e conheceu a documentação depositada no antigo engenho Novak. A Defender assinou um protocolo de parceria com a ACUB, mas o projeto não avançou. Tassiane e eu estávamos presentes na assinatura do protocolo.

³⁴ Naquele momento, com boa intenção, parecia ser a única solução viável para salvar a documentação, com a Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS) adotando os documentos. Foi uma

No entanto, a Audiência Pública (2009) não teve nenhum resultado prático para o acervo naquele momento. Retornando ao projeto no IFSul, a Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS concedeu uma quota de bolsa do programa de Popularização da Ciência ao professor Benito Bisso Schmidt, parceiro dessa iniciativa. Desse modo, através do Programa Ciência na Sociedade, Ciência na Escola – BIPOP/UFRGS, foi encaminhada uma vaga para bolsista de História da UFRGS³⁵, com carga horária de vinte horas semanais, ao denominado *Projeto de educação patrimonial – Uma Luz no Fim do Túnel: universidade e escola salvando a documentação das minas de Arroio dos Ratos, Butiá e Charqueadas*.

Aprovada a proposta, a primeira etapa dessa ação foi realizada nas dependências do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) – campus Charqueadas, de 24 de outubro a 8 de dezembro de 2009, com palestras, noções básicas sobre patrimônio e educação patrimonial, organização arquivística e higienização mecânica (básica) de documentos, oficinas práticas com a documentação histórica e encerramento das atividades do primeiro ciclo³⁶.

A ação educativa teve como objetivo promover a higienização, salvaguarda e elaboração de um inventário inicial do então denominado *acervo CADEM*, bem como posterior produção de banco de dados e ferramentas virtuais para divulgação do acervo. Ao final, foram conferidos certificados aos participantes que obtiveram 75% de presença nas atividades. Essa primeira etapa teve um total de trinta e dois participantes, entre ministrantes (oito) e comunidade (vinte e quatro).³⁷

A segunda etapa do projeto no IFSul – campus Charqueadas começou em janeiro de 2010, com a elaboração do convênio entre UFRGS, IFSul e ACUB. Estava programado para o segundo semestre de 2010 mais um ciclo de palestras e oficinas práticas. No entanto, em junho a equipe do projeto foi comunicada que a documentação havia retornado à empresa de origem.³⁸

sugestão que também não avançou. Curiosamente, dois anos depois, o escritor Assis Brasil era o Secretário de Estado da Cultura (SEDAC/RS) quando a documentação foi doada ao Museu Estadual do Carvão (2011).

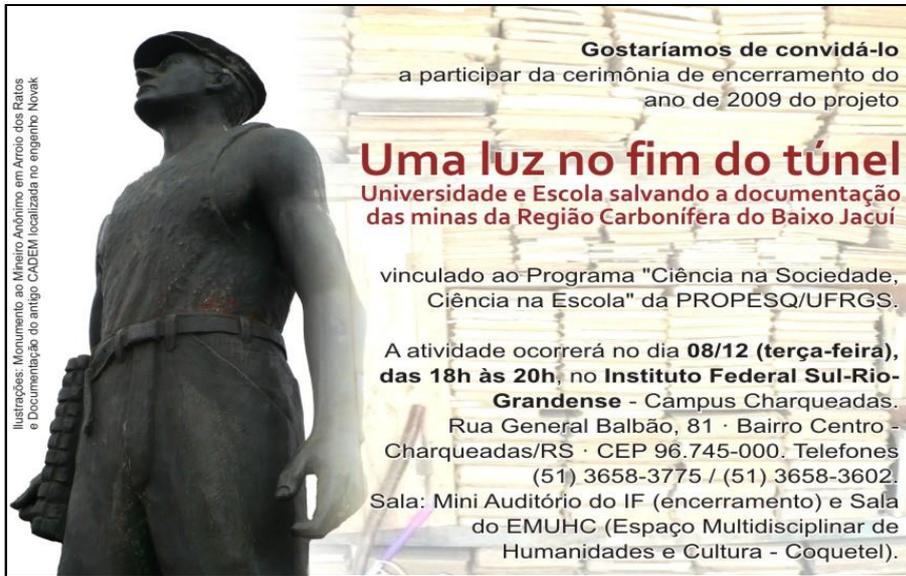
³⁵ Clarissa Wetzel, de 2009 a 2011.

³⁶ O material utilizado (luvas, máscaras, pincéis, espátulas, lápis 6B, etc) nas oficinas dependia de doações da comunidade da região carbonífera, arrecadadas através do chamado *livro ouro*, onde era anotado o nome do doador e o valor e/ou material doado.

³⁷ Acervo do Museu Estadual do Carvão, pasta *Projeto Uma Luz no Fim do Túnel*.

³⁸ A remoção do *acervo CADEM* aconteceu devido a problemas infraestruturais graves (ameaça de queda do telhado do antigo engenho Novak, onde ainda estava armazenado). O acervo passou a ser

Figura 14 – Convite para a cerimônia de encerramento do projeto em 2009.



Gostaríamos de convidá-lo
a participar da cerimônia de encerramento do
ano de 2009 do projeto

Uma luz no fim do túnel
Universidade e Escola salvando a documentação
das minas da Região Carbonífera do Baixo Jacuí

vinculado ao Programa "Ciência na Sociedade,
Ciência na Escola" da PROPESQ/UFRGS.

A atividade ocorrerá no dia **08/12 (terça-feira),
das 18h às 20h, no Instituto Federal Sul-Rio-
Grandense - Campus Charqueadas.**
Rua General Balbão, 81 · Bairro Centro -
Charqueadas/RS · CEP 96.745-000. Telefones
(51) 3658-3775 / (51) 3658-3602.
Sala: Mini Auditório do IF (encerramento) e Sala
do EMUHC (Espaço Multidisciplinar de
Humanidades e Cultura - Coquetel).

Ilustrações: Monumento ao Mineiro Arãozinho em Arroio dos Ratos
e Documentação do antigo CADEM localizada no engenho Novak

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 15 – Projeto nas dependências do IFSul – campus Charqueadas (2009).

Página 8

Campus Charqueadas:

Oficinas Educativas : valorizando o pessoal terceirizado

A parceria entre os servidores responsáveis pelos Serviços de Psicologia, Assistência Social e Coordenação de Manutenção Geral do campus Charqueadas teve como fruto a execução do projeto de capacitação dos funcionários terceirizados do Campus. Nomeado de Oficinas Educativas, este trabalho teve como objetivo principal realizar inicialmente levantamento das necessidades do grupo para que, no andamento das atividades tais questões fossem contempladas, valorizando o papel dos terceirizados, através de suporte técnico que enfatize a qualificação profissional.

Os temas e técnicas utilizados foram variados, os encontros tiveram início em abril e final em agosto, sendo a frequência mensal e a duração de cada Oficina aproximadamente de duas horas.

Em sintonia com as novas diretrizes para implementação das ações de extensão do Instituto, o projeto foi construído de modo a fornecer certificado para os participantes que apresentarem frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) dos encontros.

As avaliações feitas em todos os encontros apontam para a importância de ações como essa: "estamos sempre aprendendo, nunca sabemos tudo... E o conhecimento a pessoa leva consigo para sempre!"

Formação dos bolsistas

As atividades dos bolsistas estão sempre voltadas às atividades relacionadas ao seu próprio curso. Os alunos do Curso de Informática, por exemplo, atuam na manutenção e controle de hardware e software dos computadores do Campus.

Os alunos de Mecatrônica atuam nos laboratórios de Mecânica e de Eletroeletrônica. Algumas das atividades constam a confecção de bancadas para aulas de solda, construção de bicicletário, desenvolvimento de projetos arquitetônicos em Solid Works para confecção de móveis, manutenção de equipamentos diversos e controle da utilização de ferramentas e máquinas nos laboratórios.

As práticas dos alunos desses cursos e as reuniões realizadas periodicamente, favorecem a aquisição de novos conhecimentos, além de favorecerem as relações interpessoais com os colegas, docentes e técnico-administrativos.

Segundo o Coordenador de Área Física do Ensino, técnico em Eletromecânica, Marcos Prieto, as experiências vividas por ele no período em que foi bolsista no antigo CEFET-RS, foram importantes para a sua inserção na indústria, através de seu estágio, o que o motiva a desenvolver um trabalho com esses alunos, aproximando-os das práticas do mundo do trabalho.

Projeto "Uma Luz no Fim do Túnel"

No dia 21 de novembro, o campus Charqueadas foi sede de mais um encontro do projeto "Uma Luz no Fim do Túnel", com aula prática para preservação de documentos históricos. O projeto é uma parceria que conta com o apoio da Direção-geral do Campus Charqueadas, e da Pró-reitoria de Extensão do IFSul, juntamente com um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse projeto vem sendo desenvolvido por um grupo de historiadores de universidades gaúchas e visa salvar da deterioração parte do acervo do antigo Cadem (Consórcio Administrador das Empresas de Mineração), empresa que deu origem à Copelmi. O grupo está promovendo um curso sobre a história da mineração na região e também sobre higienização e restauro de documentos.

Participam do projeto cerca de 20 alunos do campus Charqueadas, dos cursos de Informática e Mecatrônica, bem como integrantes da comunidade e ex-mineiros. No encontro do dia 21, os estudantes aprenderam a higienizar e organizar documentos que integram um acervo atualmente abrigado provisoriamente no Engenho Novak, em Butiá. Constam deste acervo – cujo volume é estimado em 10 toneladas – jornais antigos, atas e ofícios da empresa, carteiras de trabalho, documentação endereçada aos sindicatos, mapas e outros.



Fonte: Posteiro – Out./nov. 2009, publicação do IFSul. Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

acondicionado em dois contêineres na empresa Copelmi (2010), onde ficou até a doação ao MCAR (2011), a conclusão das reformas no prédio do Arquivo Histórico da Mineração (2012), localizado no complexo do Museu, e o início da etapa profissional de organização do acervo (2013).

Após diversos contatos realizados pelo professor Benito Schmidt, a empresa Copelmi informou que naquele momento não desejava liberar a documentação para as oficinas do projeto, pois, primeiramente, pretendia organizar a documentação e, posteriormente, se manifestaria a respeito com a equipe do projeto. Diante da situação, duas alternativas foram executadas: (a) a bolsista da UFRGS continuou com a higienização e organização da documentação ainda disponível no IFSul e imprópria para as oficinas, devido ao estado avançado de deterioração dos documentos; e (b) a realização de projeto de iniciação científica com os alunos do IFSul sobre assuntos correlacionados, até a solução do impasse.

Em outubro de 2010, no IX Fórum FAPA, na categoria Mostra de Experiências de Jovens Pesquisadores, foi apresentado, na modalidade pôster, o trabalho *Uma Luz no Fim do Túnel: construindo propostas para revitalização e potencialização do Museu Estadual do Carvão – Arroio dos Ratos/RS*, de autoria dos estudantes Gabriel e Henrique Pizzio Mattos, então alunos do IFSul – campus Charqueadas e residentes em Arroio dos Ratos/RS. O trabalho recebeu uma distinção na categoria Ciências Sócio-Históricas. Foi um estímulo para aproximar o projeto *Uma Luz no Fim do Túnel* do Museu Estadual do Carvão, especialmente com a grande possibilidade de o equipamento cultural salvaguardar a documentação histórica do CADEM³⁹.

Conforme Gohn (2001), a educação informal é aquela transmitida por pais, amigos, livros, revistas, etc., ou seja, decorre de processos naturais e espontâneos. Partindo desse pressuposto, o acervo documental da mineração deveria ser compreendido como objeto capaz de atrair espontaneamente a comunidade local a participar de um processo educativo informal, através do projeto *Uma Luz no Fim do Túnel*.

Observa-se, assim, o acervo como objeto dentro de um percurso de desenvolvimento histórico e social. Através dele busca-se associar o conhecimento a partir do objeto (a documentação), para elencar elementos que facilitassem a compreensão da história da comunidade e, conseqüentemente, gerando um processo de sentimento de apropriação e de pertencimento.

Concomitantemente ao projeto voluntário, entre 2009 e 2011, Tassiane e eu estávamos cursando duas pós-graduações, em nível de especialização: *Gestão em*

³⁹ Acervo do Museu Estadual do Carvão, pasta *Projeto Uma Luz no Fim do Túnel*.

Arquivos, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e *Rio Grande do Sul: história, memória e patrimônio*, pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Foram adquiridos conhecimentos pertinentes para nossa atuação cultural nos anos seguintes. Em 2010 tivemos o nosso primeiro contato com Ana Lúcia Goelzer Meira, professora na especialização da FAPA e então superintendente do IPHAN/RS.

Realizamos uma visita na sede do IPHAN/RS e conversamos com a Prof.^a Ana Meira sobre a documentação, de nossos anseios e dificuldades, do projeto de ação educativa no IFSul que estava paralisado desde junho e sem perspectivas. Enfim, explicitamos nossa aflição e solicitamos apoio e auxílio para salvar a documentação, preservando o patrimônio documental da região carbonífera do baixo Jacuí.

Alguns meses depois, um processo de licenciamento ambiental referente a um licenciamento de área de mineração, em Arroio dos Ratos, estava no IPHAN/RS. Era o processo nº 01512.000693/2009-70⁴⁰, o solicitante era a Copelmi Mineração Ltda. O IPHAN/RS justamente solicitou como ação compensatória às atividades de mineração a requalificação do Museu do Carvão⁴¹, incluindo a documentação que estava no antigo engenho Novak, em Butiá.

Em fevereiro de 2011, com a situação ainda indefinida a respeito da documentação, mas agora com novas perspectivas⁴², os voluntários do projeto *Uma Luz no Fim do Túnel* levaram a proposta de palestras, oficinas práticas e organização preliminar da massa documental do CADEM à direção do Museu Estadual do Carvão.

O diretor Manoel Henrique Paulo aceitou a proposta. Os encaminhamentos necessários iniciaram-se através de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) via IPHAN/RS, o que gerou em maio de 2011 um Termo de Doação com Encargos

⁴⁰ O assunto era a solicitação de licenciamento ambiental. Levantamento do potencial arqueológico, histórico e cultural, realizado numa área tradicional de mineração de carvão, em Arroio dos Ratos, para obtenção do licenciamento ambiental junto a Fundação Estadual de Proteção Ambiental do RS (FEPAM). Arquivo do IPHAN/RS.

⁴¹ MINISTÉRIO (2012), páginas 311 e 395 (licenciamento de projetos) e páginas 398 e 402 (ações mitigadoras de impacto sobre o patrimônio cultural).

⁴² Diferentemente do ano de 2010, agora foi a Copelmi quem teve a iniciativa e entrou em contato com o Prof.^o Benito Schmidt para a retomada do projeto *Uma luz no fim do túnel*, inclusive para salvaguardar a documentação em um local adequado. Como o IFSul não tinha interesse em receber a documentação em definitivo e o antigo engenho Novak estava com problemas estruturais e era uma propriedade particular, o Museu Estadual do Carvão foi a próxima alternativa para o andamento do projeto. O espaço era um dos locais em que a documentação foi produzida na época da mineração.

(TDE)⁴³, e, posteriormente, a elaboração de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a SEDAC/RS (janeiro de 2012). Concomitantemente, o programa de Popularização da Ciência/UFRGS agora teve suas atividades transferidas ao MCAR, em maio de 2011.

3.3 “FINALMENTE, AGORA EU VI A LUZ” NO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO

Nas reuniões que antecederam ao reinício do projeto *Uma luz no fim do túnel* no Museu Estadual do Carvão, o ânimo era bom e o sentimento era de que os obstáculos estavam diminuindo e estávamos alcançando nosso objetivo de, finalmente, conseguir um local para armazenar a documentação. No entanto, as experiências – e conflitos – anteriores calejavam aqueles lutadores para as novas dificuldades que iriam surgir. Lembro como se fosse hoje o meu comentário a respeito das novas perspectivas. Sempre ponderado, evitando qualquer comemoração antecipada, mas desta vez, fazendo uma alusão ao título do projeto, afirmei que “finalmente, agora eu vi a luz no fim do túnel”.

No dia 13 de maio de 2011, foi assinado o Termo de Doação com Encargos entre SEDAC/RS, através do Museu Estadual do Carvão e da Copelmi Mineração Ltda., com a finalidade de a empresa: (a) doar, em caráter definitivo e irrevogável, o domínio, posse e direto que possui sobre a documentação histórica do denominado acervo do antigo CADEM, constituído por cerca de 150 metros lineares de pacotes que contém documentos, fotos, mapas, jornais, entre outros, ao acervo do Museu Estadual do Carvão, e que dele se aposse, disponha e usufrua; (b) realizar, às suas expensas, as obras necessárias (mão de obra e material), conforme projeto a ser apresentado e aprovado, no Museu Estadual do Carvão, no local indicado pela direção da instituição para a guarda do acervo; e (c) responsabilizar-se pelas despesas relativas ao material para a higienização e organização do acervo, e das diárias ao professor responsável pelas oficinas e ao aluno bolsista que acompanhará as atividades do projeto⁴⁴.

⁴³ Para solicitar a cópia do termo ao IPHAN, que faz parte do TAC, é preciso enviar e-mail para arquivo.rs@iphan.gov.br com os seguintes dados: Processo nº 01512.000693/2009-70 (licenciamento ambiental), volume 2, folhas 186-192. No acervo do Museu Estadual do Carvão também há uma cópia do termo, na pasta *Projeto Uma Luz no Fim do Túnel*.

⁴⁴ Termo de Doação com Encargos, de 13 de maio de 2011. Acervo do Museu Estadual do Carvão,

Os principais materiais fornecidos pela Copelmi foram pincéis, trinchas, lápis, apontadores, extratores de grampos, bisturis, estantes de metal, aventais, luvas e máscaras descartáveis, envelopes, caixas-arquivo de polionda, tecido TNT, etc. As palestras e oficinas práticas foram desenvolvidas com a comunidade entre 21 de maio e 3 de dezembro de 2011.

Concomitantemente, o antigo prédio do laboratório de análises químicas e subprodutos das minas de carvão, localizado na entrada do complexo do Museu, popularmente conhecido como “a casa branca” foi restaurado e requalificado, com a supervisão do IPHAE/RS, para ser a sede do Arquivo Histórico da Mineração (AHM) ou Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão: salvaguarda do acervo CADEM.

As atividades do projeto foram divididas novamente em dois blocos: no primeiro aconteceu um ciclo de palestras, que trouxe como temas a história da mineração de carvão no Rio Grande do Sul e dos trabalhadores mineiros; noções de patrimônio, organização e higienização de documentos. Durante o segundo bloco, foram realizadas oficinas práticas de higienização básica, organização e descrição preliminar da massa documental.

Figura 16 – Apresentação do projeto *Uma Luz no Fim do Túnel*, no primeiro semestre de 2011, no MCAR, com o diretor Manoel Henrique Paulo.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 17 – Apresentação do Projeto Uma Luz no Fim do Túnel, no primeiro semestre de 2011, no MCAR, com a comunidade da região carbonífera. À esquerda, professores Benito Schmidt e Clarice Speranza; à direita, Alda Leote e Paulo Junqueira Gomes (ex-mineiro *in memoriam*) e atrás, ao centro, a professora Gertrudes Novak Hoff.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

As oficinas eram acompanhadas pelas equipes de voluntários e do Museu, por segmentos da comunidade e pelo bolsista cedido pelo programa Ciência na Sociedade Ciência na Escola (UFRGS). Com a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs: luvas, máscaras, óculos, etc.), o processo de higienização básica da documentação foi realizado com o auxílio de pincéis e trinchas de cerdas macias, fazendo parte do procedimento a retirada manual de todos os grampos, cliques e demais objetos metálicos que fossem encontrados na documentação.

Durante a leitura do documento higienizado, foi preenchida uma ficha de identificação de documentos, solicitando estes dados: tipo e título do documento, data(s)-limite, localidade(s) abrangente(s), número de páginas, estado do documento, interventor, localização provisória e breve descrição, utilizando-se palavras-chave que identificassem os assuntos de modo claro e direto. Essa ficha foi revisada, e a localização provisória preenchida, conforme o fundo pré-determinado ao qual se refere o documento (caixa-arquivo e envelope, respectivamente).

Os documentos foram devidamente acomodados em envelopes brancos (neutros) numerados e salvaguardados numa caixa-arquivo de polionda. A numeração da caixa-arquivo está associada ao fundo,⁴⁵ identificado por uma letra. O cadastro do inventário preliminar do acervo foi realizado numa planilha eletrônica, com diversas cópias de segurança.

Através do trabalho com os documentos, alunos e comunidades da região carbonífera foram convidados também a relacionar o conteúdo das inúmeras carteiras de trabalho, das cópias administrativas dos processos trabalhistas entre as empresas mineradoras e os trabalhadores, dos mapas de mineração e das plantas de prédios (muitos deles ainda existentes), entre outros, aos objetos da exposição de longa duração do Museu Estadual do Carvão. Nesse trabalho, tanto o documento quanto o objeto, prédios e ruínas que compõem o antigo complexo carbonífero promoveram fascínio, conversas e troca de experiências.

Figura 18 – Oficinas do projeto *Uma Luz no Fim do Túnel* no MCAR, em 2011.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

⁴⁵ Letras: A – documentos da área pessoal; B – área de negócios ou relações comerciais; C – documentos para área contábil; D – área da comunicação; E – documentos técnicos; F – Sindicato; G – correspondência expedida/recebida; Z – para poucos temas, bem menores e/ou não identificados.

O trabalho desenvolvido pelo projeto *Uma Luz no Fim do Túnel* não teve como intenção escolarizar o Museu, mas promover uma forma de ação educativa, num espaço de educação não formal, que aproximasse estudantes e comunidades da região carbonífera da sua história e da sua memória, de maneira a problematizá-la e redescobri-la, e, agindo como protagonistas (agentes) desse processo (GOHN, 2001), comprometendo-se com sua preservação, em seu conceito amplo: conhecer, proteger, conservar e promover o patrimônio cultural.

Figura 19 – Folders (cartazes) das oficinas e cronogramas, em 2011.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Neste período de atividades voluntárias como oficineiro, fui convidado a trabalhar no Museu Estadual do Carvão pelo então diretor Manoel Henrique Paulo, através de cedência⁴⁶. Desde junho de 2011 estávamos, Tassiane e eu, em processo de mudança em definitivo para Arroio dos Ratos. Seria uma ótima oportunidade de trabalhar profissionalmente no MCAR, especialmente com a documentação arquivística.

⁴⁶ Sou servidor público estadual desde 1996, técnico-administrativo da Procuradoria-Geral do Estado (PGE/RS), atualmente designado Chefe Adjunto da Seção de Digitalização e Arquivo, responsável pelo Arquivo Central da PGE/RS.

No entanto, em vez de trabalhar inicialmente como parte da *equipe técnica* acabei aceitando o convite para ser o diretor do Museu Estadual do Carvão a partir de 2 de janeiro de 2012, pois o Sr. Manoel foi nomeado Diretor Artístico da SEDAC/RS, em Porto Alegre. Se por um lado teria outras prioridades e obrigações, por outro lado teria um aliado na SEDAC/RS para solicitar o – e incomodar em favor do – bom andamento dos projetos a serem desenvolvidos no Museu, especialmente com o acervo documental da mineração.

No período de janeiro de 2012 a agosto de 2015, atuei como gestor público encarregado de coordenar, promover e fiscalizar as atividades do Museu; organizar o calendário de atividades do Museu, promovendo exposições de curta, média e longa duração, palestras, cursos, oficinas e outras iniciativas culturais; representar e divulgar o Museu em eventos e encontros; realizar a visitação mediada pelo complexo cultural, pesquisar nos acervos museológicos e arquivísticos para a produção de conhecimento, elaborar o esboço do regimento interno e plano museológico do Museu; enfim, proporcionar a integração com a comunidade, fomentando o sentimento de apropriação e pertencimento com o complexo cultural; incentivar a reflexão no espaço do Museu e a preservação em seu sentido amplo, entre outras atividades em parceria com a prefeitura municipal de Arroio dos Ratos, a comunidade carbonífera e outras instituições.

Dentro dos limites de recursos materiais e humanos, conseguimos desenvolver um positivo trabalho profissional e voluntário, acompanhando e participando do projeto voluntário e, posteriormente, sem vínculo, do projeto cultural. Nestes quase quatro anos de atuação no MCAR, pude observar com mais propriedade as condições de preservação e a relação da comunidade carbonífera com este importante legado da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul: o Museu Estadual do Carvão, um belo equipamento cultural com enorme potencial para desenvolver diversos projetos, inclusive de arqueologia industrial⁴⁷.

Este local que abrigou um importante segmento da indústria sul rio-grandense, a indústria carbonífera, e, após trinta anos de encerramento de suas atividades originais (1956), passou por dois processos de tombamento: o primeiro efetivado em

⁴⁷ Maiores informações estão disponíveis nos Relatórios anuais de atividades de 2012 a 2014, disponíveis no MCAR e encaminhados por meio eletrônico à SEDAC/RS no primeiro semestre de 2015. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

1986 e o segundo em 1993, que por sua vez não garantiram de maneira plena a sua manutenção, sendo possível observar esta situação através dos vários “desusos” sociais do espaço até recentemente⁴⁸, inclusive causando alguns conflitos e atritos entre o gestor (eu) e o poder político local (executivo e legislativo)⁴⁹.

3.3.1 O esgotamento das oficinas voluntárias

No dia 17 de janeiro de 2012, em solenidade realizada no Museu Estadual do Carvão, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado da Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, do Museu Estadual do Carvão e da Copelmi Mineração Ltda., objetivando a restauração das estruturas arquitetônicas do complexo do Museu Estadual do Carvão e o desenvolvimento de projetos culturais.

No mesmo evento, foi inaugurado o Telecentro Comunitário⁵⁰ – em parceria com a Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM) e Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) –, além da entrega do prédio restaurado do Arquivo Histórico da Mineração (AHM), mas que ainda carecia de equipamentos e mobiliários adequados para sua funcionalidade como arquivo⁵¹.

⁴⁸ Ver a pertinente obra de Freitas (2015) sobre o histórico de ações do – e no – Museu e a (pouca) participação dos membros da comunidade no uso social do bem, causando entraves à conservação e à gestão do bem cultural até os dias atuais.

⁴⁹ Por causa desses conflitos e atritos, em fevereiro de 2014, o Sr. Manoel Henrique Paulo assumiu novamente a direção do MCAR para apaziguar os ânimos do poder executivo municipal por causa da minha decisão de proibir o evento de som automotivo dentro ou no entorno do Museu. Era uma situação de descaso com a preservação do patrimônio cultural. A realização do evento de som automotivo no estacionamento localizado em frente ao espaço das ruínas não foi previamente comunicada à direção do Museu. Há legislação específica de proteção do entorno do MCAR e que define o espaço (inclusive o estacionamento) como Zona de Proteção Ambiental Rigorosa (ZPAR). Mesmo alertado, o poder executivo municipal autorizou a realização do evento apesar de contrariar a legislação e dos perigos que representava ao patrimônio devido às fortes vibrações sonoras. Com o apoio da sociedade civil organizada, da Defender e do Ministério Público, o evento foi realizado em outro local. Permaneci no Museu como *equipe técnica* e continuei fazendo normalmente minhas atividades e atendendo a comunidade até o final de 2014. Retornei à direção em janeiro de 2015 até agosto, quando do término de minha cedência. Esta e muitas outras situações acontecem em diversas comunidades do interior. Agir (ou silenciar) é uma opção. Sem ressentimentos, continuo na comunidade, como cidadão, atuando voluntariamente em defesa e promoção do nosso patrimônio cultural e natural. E, claro, especialmente do Museu Estadual do Carvão.

⁵⁰ O Telecentro está desativado desde setembro de 2015. Apenas permanece o sinal *wi-fi* gratuito.

⁵¹ Foi entregue apenas o prédio restaurado e requalificado para ser o AHM.

Figura 20 – Convite do lançamento do projeto de revitalização do Museu, em 2012.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

A transferência das atividades do projeto *Uma Luz no Fim do Túnel* para o espaço do Museu Estadual do Carvão foi capaz de estreitar os vínculos entre o museu e a comunidade. A partir do envolvimento do Museu nessas atividades, foi possível repensar necessidades e atrair soluções. A continuidade das oficinas do projeto, a partir de 21 de março a 1º de dezembro de 2012 e de 23 de março a 7 de dezembro de 2013, teve o investimento de aproximadamente nove mil reais em equipamentos, materiais e despesas doados pela Copelmi (2011-2013).

Nestes três anos de atividades, considerando apenas as oficinas no Museu, realizadas no Auditório ou no segundo pavimento da Usina, em seis edições, aproximadamente 200 membros da comunidade, entre professores, estudantes e população em geral passaram pelas palestras e oficinas. O MCAR forneceu os certificados apenas àqueles participantes que realizaram a carga horária de 20h ou 30h de atividades por edição (foram 22 certificados)⁵².

No entanto, demonstrou que o ritmo das atividades voluntárias era lento devido à falta de recursos materiais e humanos necessários para agilizar a higienização e organização do acervo. Era preciso uma equipe dedicada para trabalhar com a documentação. Além disso, o AHM precisava ser equipado e mobiliado para exercer suas funções inerentes: recolher, organizar (preservar) e, principalmente, servir à comunidade e à sociedade em geral (BARROSO, 2002).

⁵² Acervo do Museu Estadual do Carvão, pasta *Projeto Uma Luz no Fim do Túnel*.

Figura 21 – Antigo prédio do laboratório de análises químicas e subprodutos das minas de carvão da CEFMSJ (1935)



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 22 – Prédio do laboratório no complexo do Museu (2011). Estava descaracterizado e abandonado há anos.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Figura 23 – Prédio restaurado e requalificado, Arquivo Histórico da Mineração (2012)



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Um fato importante para a mudança de rumo do projeto está descrito no Memorando nº 009/2013, de 07 de junho de 2013, encaminhado pelo MCAR ao então diretor do IPHAE/RS, o arquiteto Eduardo Hahn, onde relatamos que o projeto não estava “avançando com relação à aceleração da higienização e organização preliminar da massa documental”, devido a falta de apoio e da ampliação do projeto. A falta de perspectiva de avanço por parte da Copelmi Mineração Ltda. com relação ao projeto *Uma luz no fim do túnel* foram assim relatados:

Neste momento, todas as solicitações do Prof.º Benito Schmidt junto à direção da Copelmi para o avanço do projeto estão sendo negadas: aumento dos bolsistas, contratação de uma equipe especializada, transporte de parte da documentação mediante autorização do Museu para Porto Alegre para acelerar o processo de higienização e organização, entre outras (MUSEU, 2013).

O projeto estava cumprindo uma função social com a comunidade. No entanto, era preciso avançar da *etapa voluntária* do projeto à *etapa profissional*, acelerando o processo de higienização básica e organização preliminar da massa documental com uma equipe de trabalho maior e especializada, pois, após dois anos de projeto com apoio da Copelmi, uma pequena documentação estava à disposição da

sociedade. Era necessária a profissionalização das atividades.

Sabedor de que a Copelmi se comprometeu com o avanço do projeto em 2011 através de Termo de Doação com Encargos, mas que o projeto estava estagnado e com problemas no que se refere aos compromissos acertados, atendendo nossa solicitação, um novo TDE foi negociado entre os diretores do Departamento Artístico Cultural (DAC) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE).

3.3.2 Uma nova fase: a profissionalização das atividades

Finalmente, em 13 de novembro de 2013, foi assinado novo Termo de Doação com Encargos entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Copelmi Mineração Ltda., prevendo a doação de R\$ 152 mil (cento e cinquenta e dois mil reais) ao Museu Estadual do Carvão para o financiamento e aquisição do mobiliário e equipamentos necessários para o prédio do Arquivo Histórico da Mineração (AHM). Acrescenta-se, de vital importância, a previsão de contratação de mão de obra especializada para organizar a massa documental, preparando-a preliminarmente para torná-la em um acervo arquivístico disponível à pesquisa.

Figura 24 – Capa do Jornal Portal de Notícias, de 14 de novembro de 2013, com a foto de Luiz Antônio de Assis Brasil (à direita) no momento da assinatura do TDE, com a manchete “PARA PESQUISA” e a legenda “Museu do Carvão recebe recursos para preservação de documentos históricos”.

Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 25 – Assinatura do TDE em 13 de novembro de 2013. Da esquerda para a direita: Alexsandro Witkowski (MCAR), Manoel Henrique Paulo (DAC), Luiz Antônio de Assis Brasil (Secretário da Cultura), Carlos Weinschenck de Faria (Copelmi), Luis Roberto Lutkemeier (Copelmi), Miriam Sartori (IPHAE/RS) e Joel Santana (SEM/RS).



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Foram adquiridos equipamentos e mobiliários específicos (caixas-arquivo de polionda, estantes de aço, mesas higienizadoras, desumidificadores e aparelhos de ar-condicionado tipo *split*) para o armazenamento e conservação dos documentos. A equipe contratada por seis meses para organizar a massa documental era formada por duas acadêmicas do oitavo semestre de Arquivologia (UFRGS) e por quatro profissionais de História da região carbonífera⁵³, sob a supervisão do arquivista e historiador Alexandre Veiga, do Núcleo de Acervo e Memória (NAM)⁵⁴ da Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ). As atividades iniciaram em dezembro de 2013.

⁵³ A equipe de trabalho constituída para a higienização, levantamento documental e registro de informações era formada pelas arquivistas Jéssica Cherer Cardoso e Márcia Rodrigues de Sena, e pelas historiadoras Alda Leote Gomes, Rejane Ávila Pedroso, Jéssica Dias Oliveira, Vilma Teixeira Kuhn e Sônia Jussara Machado Bittencourt (estagiária do Museu, cedida ao projeto).

⁵⁴ O Núcleo de Acervo e Memória (NAM), localizado no segundo andar da ala administrativa da CCMQ, zela pela preservação e disponibilidade de acesso aos acervos de memória da Casa e de outras instituições de cultura sediadas nesse prédio histórico. O NAM também trabalha com documentação administrativa de instituições estaduais de Cultura.

A equipe de trabalho contratada solicitou e foi providenciado o recolhimento e a identificação do restante da documentação que ainda estava em containeres na Copelmi, na Mina do Recreio, em Butiá/RS. Em abril de 2014 toda a documentação foi recolhida da Copelmi e estava no prédio do Arquivo. Esse fato proporcionou consideravelmente a brevidade na higienização, identificação, levantamento, registro e no acondicionamento dos conjuntos documentais.

Figura 26 – Contêiner com documentos do acervo CADEM, na Copelmi (2014).



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 27 – Higienização básica da documentação no AHM, em abril de 2014.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Aproximadamente 1.000 (mil) caixas-arquivo passaram pelo processo de higienização básica (mecânica). A primeira etapa da nova fase do projeto se estendeu por quase todo o ano de 2014 até sua conclusão. Em 19 de dezembro de 2014, através de projeto cultural via Lei de Incentivo à Cultura (LIC) foi iniciada a execução do processo de arranjo⁵⁵, conforme a metodologia da arquivologia. Com essas condições, estrategicamente, seria possível elaborar projetos de pesquisa e atividades acadêmicas relacionadas à mineração carbonífera na região, além de novas ações educativas e culturais com as comunidades, em especial as comunidades escolares e acadêmicas.

As oficinas semestrais de higienização básica e organização preliminar com as comunidades foram interrompidas no Museu a partir de 2014 com essa nova fase profissional do projeto *Uma luz no fim do túnel*. No entanto, continuaram sendo oferecidas em forma de palestras e/ou amostragem⁵⁶ no Museu e em outros espaços da comunidade, como por exemplo no IFSul – campus Charqueadas, durante a realização da VIII Mostra de Ciências e Tecnologias (Mocitec), em agosto de 2014, e em outras visitas de escolas, faculdades e universidades.

⁵⁵ Processo de fornecimento de informação sobre a estrutura interna, ordem e/ou sistema de arranjo da unidade de descrição. Arranjo é a ordenação dos documentos em: a) fundos; b) as séries dentro dos fundos; e, se for conveniente, c) os itens documentais dentro das séries. Mais informações em CONSELHO (2001) e DICIONÁRIO (2005).

⁵⁶ Foram utilizados documentos descartados pelo projeto (estavam em branco, sem informações).

4 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Esta pesquisa justifica-se, sobretudo, pela necessidade de refletir sobre a importância da preservação do acervo documental da mineração no Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão, inclusive neste processo de transformação do patrimônio em herança cultural. Neste capítulo faz-se necessária a abordagem dos conceitos de arquivo, história, documento, museu, memória, patrimônio, entre outros.

A partir de dezembro de 2014 iniciou-se uma nova fase do projeto, com a profissionalização das atividades. A massa documental tornou-se um acervo documental arquivístico, isto é, estando reconhecida sua importância histórica e cultural, disponível à pesquisa, apto à proteção e preservação a partir da legislação vigente. E, por óbvio, reconhecido como patrimônio.

Anteriormente ao processo técnico de dois anos, com algumas interrupções por causa das apreciações e aprovações dos projetos culturais, de dezembro de 2014 até dezembro de 2016, quando parte do acervo documental da mineração foi disponibilizado à pesquisa, a documentação tecnicamente era denominada de massa documental⁵⁷ porque era um conjunto de documentos que não estavam organizados para cumprirem seu fim e função (SILVA, 2014).

Mas o que justificava sua preservação em seu local de origem? Não poderia ser em outro arquivo? A propósito, para que serve um arquivo? A realidade dos arquivos passou por diversas transformações históricas, sejam econômicas, políticas e sociais. Ao longo deste processo histórico, foram muitas transformações que de certa forma trouxeram impactos também para outras áreas do conhecimento.

4.1 ARQUIVOS, DOCUMENTOS E DOCUMENTAÇÃO

Começando pela antiguidade até o presente, a origem dos arquivos está intimamente ligada às primeiras formas de escrita, ou seja, assim que foi

⁵⁷ Massa documental ou massa documental acumulada é um conjunto de documentos de arquivo de uma entidade que não foi objeto de classificação e avaliação (MAMBRO, 2013). No caso, a massa documental do CADEM e das antigas empresas mineradoras estiveram acumuladas por 18 anos, no antigo engenho Novak (1996-2010) e na Copelmi (2010-2014), em Butiá, até o recolhimento em sua totalidade – e em definitivo – ao Museu Estadual do Carvão (2014).

desenvolvida esta forma de registro (a escrita) em diversos suportes: em pedra, papiro, tabuinha, papel, etc. E então foi possível planejar na forma com que estes registros seriam guardados a fim de serem utilizados em inúmeras finalidades, entre elas contabilizar os produtos comercializados, administrar os impostos arrecadados, o levantamento da estrutura das obras, etc. (WITKOWSKI, 2010).

A Revolução Francesa criou os arquivos nacionais, ordenou a publicidade dos arquivos (1794) e realizou a abertura ao público dos museus (século XVIII). Ficou conhecido como a era dos museus públicos e nacionais. Mas o objetivo agora não era refletir e questionar sobre a revolução, mas apenas comemorar e contemplar a revolução (LE GOFF, 2003).

Se os arquivos originalmente foram criados para atender aos interesses de poucos, ou seja, era uma das muitas estruturas criadas para consolidar o poder – de poucos perante muitos – através de documentos que garantiam posses e informações ou a veracidade e comprovação de fatos, garantindo-se privilégios e a manutenção da ordem vigente, hoje estes princípios estão sendo revisados e reestruturados, garantindo o direito (democrático e social) de acesso aos arquivos e seus acervos, apesar das dificuldades habituais, reafirmando a função principal dos arquivos: servir.

Os documentos são todas as informações registradas em um suporte material (papel, fita, disco óptico, etc.) utilizada para consulta, estudo, prova ou pesquisa, pois comprovam fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época. Os documentos de arquivos são instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento social e científico e como elementos de prova e informação. A Lei federal n.º 8.159/91⁵⁸, popularmente conhecida como a “lei dos arquivos”, assim estabelece o que são arquivos, públicos e privados:

Art. 1º – É dever do Poder Público a gestão documental e a **proteção especial a documentos de arquivos**, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 2º – Consideram-se **arquivos**, para os fins desta Lei, os

⁵⁸ Mas somente após duas décadas, com a publicação da “Lei de Acesso à Informação” (Lei federal nº 12.527, de 2011) e do seu respectivo decreto regulamentador (Decreto federal nº 7.724, de 2012), a qualquer cidadão foi garantido o direito fundamental de acesso à informação, ampliando o conceito de documento para unidade de registro de informações, quaisquer que sejam os seus respectivos suportes ou formatos (PEREIRA FILHO et al., 2015).

conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

[...]

Art. 7 – Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

[...]

Art. 11 – Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 12 – Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de **interesse público e social**, desde que sejam considerados como **conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional** (BRASIL, 1991, grifos meus).

Consideramos muito pertinente o artigo 12, pois a documentação oriunda do CADEM e das empresas mineradoras são testemunhos de acontecimentos de grande relevância histórica, cultural e social. São registros únicos do cotidiano da mineração na região carbonífera do baixo Jacuí (SENA, 2014).

Estes documentos de arquivo⁵⁹, de valor permanente, doados ao Museu Estadual do Carvão, local em que funcionou o poço Fraternidade e a Usina termoelétrica de Arroio dos Ratos, entre 1908 e 1956, possuem mais do que um significado teórico ou conceitual. Como acervo documental da mineração possui o reconhecimento legal de interesse público e social, de “proteção especial” por parte do estado⁶⁰, hoje responsável pela sua guarda, manuseio e custeio. Qualquer cidadão pode acionar os órgãos públicos competentes ou a justiça caso essa proteção seja negligenciada aos documentos. No *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*, o conceito de documentação remete à noção de conjunto de documentos, bem como se refere às ações de coleta, processamento técnico e disseminação de informações. O termo documentação pode ser compreendido como:

⁵⁹ “Os documentos de arquivos são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos ou legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa” (BELLOTTO, 2006, p. 37).

⁶⁰ Sabemos que somente uma lei – ou mais leis – não basta, pois a preservação dos monumentos ou documentos históricos é antes de tudo uma mentalidade (CHOAY, 2006).

[...] prática com e/ou sobre algum documento ou conjunto documental. Importa destacar a característica de evidenciar vários tipos de registros, garantindo a permanência da informação ao longo dos diferentes contextos históricos. Muito além de agregar as múltiplas expressões do conhecimento humano, a documentação assume a função de representar ideias e objetos que nos informam sobre algo. (PEREIRA FILHO et al., 2015).

A relação entre o arquivo e a história deve ser pensada sob a perspectiva do valor histórico do documento. Conforme Le Goff (2003), até o início do século XX, o documento escrito era concebido, sob o olhar positivista, com uma prova histórica em si mesma. Posteriormente, percebe-se a necessidade da reflexão, do diálogo com a documentação para analisarmos devidamente como um documento para a história, interpretando-o corretamente e compreendendo quem o produziu e quais as circunstâncias de sua criação, possibilitando uma compreensão e construção da história numa visão mais ampla e crítica do processo histórico. O documento não é nocivo e não é imparcial, é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas, esquecido ou não, durante as quais continuou a ser manipulado por aqueles que o selecionaram e o interpretaram.

Conforme TANUS et al. (2012), os conceitos de arquivos e documentos na arquivologia estão associados às funções do arquivo: avaliação, aquisição, classificação, descrição, comunicação e conservação dos documentos gerados em decorrência do exercício das atividades funcionais. Além dessas (e outras) funções técnicas, desdobram-se dos documentos outros entendimentos essenciais para o funcionamento dos arquivos, como os princípios da proveniência ou do respeito aos fundos, da territorialidade, do respeito à ordem natural, da pertinência ou princípio temático, e o princípio da reversibilidade.

Na museologia há uma proximidade entre museus e documentos, pois dentro dos museus existem diversos tipos de documentos, alguns cujo suporte é o papel, outros que utilizam qualquer outro suporte disponível (pedra, metal, osso, madeira, entre outros). E o documento se desdobra em objetos, livros, papéis, coleção e em patrimônio cultural e natural. O objeto é visto como um documento, considerando-o como um suporte de informação. Assim, cabe ao pesquisador, por meio do objeto, interpretar com seu olhar as informações que lhes fornece (TANUS et al., 2012).

De acordo com a obra *Conceitos-chave de museologia* (2013), a respeito do conceito de coleção, de modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, espécimes, saberes e fazeres, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que é comunicada a um público. E que é importante não confundir coleção e fundo (terminologia arquivística), pois, contrariamente a uma coleção, nos fundos não há seleção e raramente há a intenção de se constituir um conjunto coerente.

E apesar do Decreto-lei n.º 25/1937 não explicitar o termo documento ou documentação, pode-se compreendê-los como parte integrante daquilo que se qualifica como “conjunto de bens móveis e imóveis” (Art. 1º). Apesar do tombamento de acervos documentais não ser uma prática recorrente nas instituições de patrimônio, o ato de se registrar ou atribuir valor à documentação ocorre em situações de promoção para acervos considerados representativos ou em situações de risco iminente de perda dos mesmos.

O programa *Memória do Mundo*, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), têm lançado luz sobre o patrimônio documental considerado “em perigo” ou “valeroso”. É o recente e relevante caso do acervo histórico do Tribunal Regional do Trabalho – 4ª Região (TRT4), reconhecido como patrimônio público e patrimônio da humanidade – título conferido pela UNESCO aos processos trabalhistas do de 1935 a 2000⁶¹.

No caso do acervo documental da mineração, atualmente não mais em perigo, mas valeroso pelo ineditismo, consideramo-nos patrimônio documental pelos fundos documentais que foram produto da atividade administrativa das antigas empresas mineradoras e do CADEM, desde o final do século XIX, de caráter singular, organizados e custodiados no Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão, disponíveis à pesquisa para novas reflexões sobre a nossa história e memória,

⁶¹ O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO – MOWBrasil, reunido nos dias 27 e 28 de novembro de 2013, aprovou 8 (oito) das 17 (dezesete) candidaturas ao Edital MOWBrasil 2013, incluindo a acervo histórico do TRT4. Um fundo que compõe o acervo é o de São Jerônimo, período de 1938 a 1970, em suporte papel e digital, aproximadamente 260 (duzentos e sessenta) processos, com a predominância de processos envolvendo mineiros de carvão. Disponível em: <<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/acervo/processos>>. Acesso em 16 jul. 2019.

cultura e patrimônio, e, especialmente, o papel do museu na comunidade local.

E articulada à atividade de pesquisa, a documentação se mostra um bem cultural imprescindível para as ações preservacionistas do patrimônio local. Os dois se nutrem mutuamente, na medida em que podem trazer à tona registros do passado e do presente, suscitando questionamentos, reflexões, olhares, percepções e problematizações sobre os nossos diversificados acervos e bens. Ações estas que são fundamentais para a constante produção do conhecimento interdisciplinar a partir das múltiplas (re)interpretações e (re)apropriações da documentação e do patrimônio (PEREIRA FILHO et al., 2015).

4.2 PATRIMÔNIO E PATRIMÔNIOS

A cultura é dinâmica, ou seja, está em constante transformação, se modifica conforme o contexto dos diversos grupos sociais que compõem as sociedades. E a cada mudança, por menos que seja, representa numerosos conflitos entre os grupos, pois cada sociedade é palco de embates entre as tendências conservadoras e as inovadoras.

Da mesma forma, a noção de patrimônio surge através de um processo lento e gradual, desde a Revolução Francesa⁶². A noção de patrimônio implica em um

[...] conjunto de posses que devem ser identificadas como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha, finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade. (POULOT, 2009, p. 203).

A ampliação do conceito de patrimônio abriu novas perspectivas e também trouxe novas questões⁶³. O conceito tornou-se mais inclusivo, começando a ser

⁶² Sobre a trajetória do conceito de patrimônio, especialmente o patrimônio histórico, representado pelas edificações, até o conceito de patrimônio cultural (Recomendação de Paris, 1972), sugiro a leitura da obra de CHOAY (2006).

⁶³ O conceito de patrimônio, tal como atualmente é concebido, surgiu no século XIX. Acrescentou-se a este termo a ideia de atribuição de determinado valor – nacional, histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, afetivo, entre outros – aonde irá se operar a definição daquilo que será considerado patrimônio, portanto digno de preservação (POSSAMAI, 2000). Os processos e as práticas de

utilizado por camadas populares e comunidades tradicionais. Patrimônio é o que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconhecem como parte integrante e importante de – e para o – seu cotidiano.

A produção do patrimônio é uma questão de atribuição de valores e construção de sentidos. Por exemplo, a gestão compartilhada (IPHAN) valoriza a inserção do patrimônio na vida cotidiana e procura equacionar o preceito de responsabilidades concorrentes entre a sociedade civil e as esferas federal, estadual e municipal do poder público (ARANTES, 2009).

Sob uma perspectiva do desenvolvimento sustentável do patrimônio, para Hugues de Varine (2012), devem-se colocar no mapa do município os elementos considerados patrimônio através de um método interativo (educação em patrimônio). A importância do inventário patrimonial compartilhado visando o desenvolvimento local está no fato de tornar o patrimônio vivo e dinâmico a fim de que possa ser vivido, preservado e ter seu sentido de herança presente em casa morador. De forma pertinente, o autor recomenda os usos do patrimônio da seguinte forma:

O patrimônio, enquanto recurso, deve servir concretamente a todos e ao conjunto das dimensões do desenvolvimento, isto é, não apenas à cultura e ao turismo, à economia, à educação, à identidade e à imagem, ao emprego ou à inserção social, etc. (VARINE, 2012, p. 83).

Para o autor, o patrimônio é a base de toda proposta de desenvolvimento. Seu método é tomar conhecimento de uma região, percorrendo-a a pé, com os habitantes (tornam-se guias), e fazendo-os falar de seu patrimônio (aquilo que realmente importa, aquilo que é importante). O patrimônio:

[...] é o resultante, material e imaterial, da atividade criadora contínua

construção dos patrimônios agora também são conduzidos por atores específicos e em circunstâncias específicas (FONSECA, 2009). O patrimônio cultural constitui hoje um campo de rápida expansão e transformações inclusive as ações de preservação dos acervos documentais (CASTRIOTA, 2009). É importante salientar a observação feita por Castro (1991) quanto ao conceito de preservação, pois, segundo a autora, é um conceito genérico em que podemos compreender toda e qualquer ação do estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais da nação. A noção de patrimônio e de preservação é analisada por Chuva (2009), desde a construção da noção de estado brasileiro até o presente. Hoje, a ressignificação de patrimônio, do valor econômico para a sua referência cultural, ampliou sua territorialidade, isto é, os sentimentos de pertencimento e apropriação de uma comunidade, isto é, em referência ao patrimônio local (VARINE, 2012).

e conjunto do homem e da natureza [...] ele é também o trampolim a partir do qual a iniciativa de desenvolvimento local pode engrenar e tomar seu impulso [...]. O patrimônio é, antes de tudo, local, antes de ser nacional ou mundial. Seu uso principal é reservado a seus detentores, proprietários no sentido jurídico, municipalidade no sentido político e comunidade de vizinhança no sentido moral e cultural. Sua gestão deve, assim, ser o fruto da cooperação entre todos os atores do território, mesmo se ela se traduz por vezes em conflitos e rupturas [...]. Para servir ao desenvolvimento sustentável, o patrimônio deve ser considerado com um todo, em sua complexidade e na interdependência de seus elementos (VARINE, 2012, p. 229).

O conceito de patrimônio como herança cultural coletiva tem evoluído e se pode dizer que o patrimônio, mais que um conjunto de bens, é uma construção social. Isso porque é a sociedade quem dá sentido e conteúdo ao patrimônio, reconhecendo determinados bens e costumes como sendo relacionados a nossa identidade coletiva (NUNEZ, 2016).

A Recomendação de Paris, em 1972, na convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, aprovada pela conferência geral da UNESCO em sua décima sétima reunião em Paris, definiu assim o conceito de patrimônio cultural:

Artigo 1º – Para fins da presente convenção serão considerados como patrimônio cultural:

* os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

* os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

* os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal e excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (Recomendação de Paris, em 1972).

Conforme Dal Bó e Machado (2000), de uma forma mais ampla, o patrimônio cultural pode ser definido como bens e valores materiais e/ou imateriais, transmitidos por herança às gerações futuras na trajetória de uma comunidade. É o conjunto de

manifestações culturais. Assim, a história está relacionada ao patrimônio ao atribuir um valor histórico, o que pressupõe a compreensão da escolha pela sociedade do patrimônio escolhido, ou seja, a participação e importância da sociedade civil na – e para a – preservação do patrimônio⁶⁴.

E na acepção mais moderna, a expressão patrimônio cultural deve ser compreendida como todos os bens materiais e imateriais que possuem referências à identidade; às formas de expressão; os modos de fazer, criar e viver; às expressões artísticas, científicas e tecnológicas; às obras, objetos, monumentos naturais e paisagens (MIRANDA; NOVAIS, 2008). Definição esta que vai ao encontro do que é constituído o patrimônio cultural brasileiro, estabelecido pela Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, grifos meus).

De acordo com Rodrigues (2016), referente a categoria do patrimônio documental, ainda não há uma definição explícita, em nível nacional, porém, deverá aumentar o interesse e a preocupação da sociedade e dos governos com a preservação desta categoria patrimonial com a crescente preocupação teórica e jurídica. Mas há conceitos fundamentais relativos à temática do patrimônio cultural, com ênfase na busca por uma definição de patrimônio documental.

A autora define o patrimônio cultural como o conjunto de manifestações materiais e imateriais de uma comunidade que é passado de uma geração a outra. E

⁶⁴ Os autores lembram que antes é necessário que a sociedade seja estimulada a refletir e valorizar seu patrimônio, criando um sentimento de apropriação e de pertencimento com o seu local de convivência através da leitura do mundo que o rodeia, levando à compreensão do universo sociocultural e da trajetória espaço-temporal em que está inserido.

que o patrimônio material (tangível), por sua vez, pode ser constituído de diferentes categorias de elementos, dentre os quais se encontra o patrimônio documental.

Em relação à definição de patrimônio documental, o Programa Memória do Mundo da UNESCO o define como aquele que se encontra em bibliotecas, em arquivos e que constitui uma parte primordial desta memória do mundo e que reflete a diversidade dos povos, das línguas e das culturas. Trata-se de uma lista do patrimônio documental mundial em que os critérios de seleção para a inscrição de um acervo estão relacionados à sua importância mundial e ao seu destacado valor universal⁶⁵.

A noção de patrimônio documental, ou seja, um conjunto de bens patrimoniais de natureza documental, poderia ser categorizado em patrimônio documental arquivístico, patrimônio documental bibliográfico, patrimônio documental audiovisual, patrimônio documental cartográfico, patrimônio documental digital, entre outros. Com base nestes conceitos, de forma mais ampla, definiríamos o patrimônio documental de uma nação como o conjunto de manifestações intelectuais, científicas ou artísticas, oriundas da atividade intelectual de seus cidadãos, através dos mais diversos suportes de registro do conhecimento humano (RODRIGUES, 2016).

Se o Decreto-lei n.º 25/1937 não apresenta uma definição do que vem a ser o patrimônio documental da nação, ao menos reconhece “os manuscritos e livros antigos ou raros” (Art. 26) como bens culturais dignos de preservação, firmando a proposição de preservação de um patrimônio considerado documental. E duas importantes instituições nacionais – a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional – explicitam o que vem a ser *patrimônio documental bibliográfico* e *patrimônio documental arquivístico* em função dos gêneros documentais que cada instituição gerencia (RODRIGUES, 2016).

No que se refere à Biblioteca Nacional, sua missão principal é de preservar, atualizar e divulgar esse patrimônio documental, constituído de todas as publicações realizadas no – e sobre – o país, nos diferentes suportes, com o objetivo de garantir a todos os cidadãos, desta e das futuras gerações, o acesso a toda a memória cultural que integra seu acervo (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2004).

O Arquivo Nacional tem por finalidade realizar a política nacional de arquivos,

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/explore/memoria-mundo>>. Acesso em 25 jul. 2019.

definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do governo federal, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento (ARQUIVO NACIONAL, 2015).

A Constituição Federal de 1988, principal instrumento legal de efetivação da cidadania, salienta a necessidade de preservação e valorização do patrimônio cultural constituído da nação (Art. 216, inciso IV). Ou seja, também está incluindo-se o patrimônio documental. Considerando essa necessidade de preservar, valorizar, difundir e socializar o patrimônio documental, a fim de proporcionar condições aos cidadãos de acessar e estudar estas fontes de informação, ampliando assim seus conhecimentos, estar-se-á contribuindo à formação de sua consciência histórica e ao seu reconhecimento identitário local ou regional (RODRIGUES, 2006).

Com relação à categoria do patrimônio industrial, as obras de Freitas (2015) e Oliveira (2018) apresentam pertinentemente conceitos, reflexões e relações com o Museu Estadual do Carvão. Mesmo não sendo objeto específico desta pesquisa a reflexão do conceito de patrimônio industrial com o MCAR, a partir da reconhecida Carta de Nizhny Tagil (2013) sobre o patrimônio industrial, não podemos deixar passar em branco esse relevante tema que merecerá novos estudos e pesquisas sobre o potencial do complexo do Museu como museu da indústria e/ou ecomuseu.

Freitas (2015) faz a análise do processo de patrimonialização de um lugar de trabalho ligado à indústria carbonífera – os remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos –, o seu processo de desindustrialização que trouxe problemas econômicos e sociais, além das marcas do abandono da atividade mineira, que por anos foi o sustentáculo da região, até chegar na relação da comunidade arroio-ratense com o espaço dos remanescentes, agora um complexo cultural, o Museu Estadual do Carvão, percorrendo detalhadamente o processo de proteção e musealização (1983-1994).

Oliveira (2018) analisa a criação do Museu Estadual do Carvão, a partir dos remanescentes do antigo poço I e da antiga usina termoeletrica de Arroio dos Ratos, como uma oportunidade de reconstrução de uma identidade mineira para a

comunidade, a companhia mineradora e para o próprio Estado. Destas relações, a autora apresenta um estudo das narrativas museológicas presentes no MCAR a partir da análise das exposições de 1994 (exposição no prédio restaurado dos geradores da usina) e de 2014 (20 anos depois). A autora apresenta uma reflexão sobre o MCAR não se intitular ou se perceber como museu da indústria a partir de ponderações sobre o patrimônio industrial, pois sua proposta de intervenção neste espaço museológico abarca não apenas o acervo, mas também sua paisagem, seus prédios e demais remanescentes.

Realmente, apesar de alguns documentos administrativos do MCAR terem citações pertinentes sobre os cuidados na preservação do Museu, justamente pelo seu reconhecimento como patrimônio industrial⁶⁶, e nas postagens publicadas no *blog* do Museu⁶⁷, entre 2012 e 2015, constarem outras citações ou notícias sobre o tema, ainda é pouco perante o potencial que o equipamento cultural apresenta para discussão ou reconhecimento como tal.

A principal ação educativa a respeito do Museu como patrimônio industrial aconteceu quando foi firmado em 23 de setembro de 2014 um acordo de cooperação técnica entre a Secretaria Estadual da Cultura (SEDAC/RS) e a Cooperativa de Trabalho dos Professores da Grande Porto Alegre (COOPROGRAN) para realização de um projeto interdisciplinar de arqueologia industrial no Museu Estadual do Carvão, considerado um patrimônio industrial histórico-cultural, com importante valor arquitetônico, social e científico.

O Projeto Interdisciplinar de Arqueologia no Museu, em parceria com a Cooprogran e o Colégio Mesquita, de Porto Alegre/RS, ocorreu efetivamente entre fevereiro e junho de 2015, com os professores Gabriela Peruffo (história) e Guilherme Guerra (geografia) levando professores e alunos para conhecerem o histórico de Arroio dos Ratos, da mineração na região, e do Museu Estadual do Carvão com visitas orientadas no complexo do Museu.

⁶⁶ Ofício MCAR nº 014/2013, de 06 mar. 2013; Relatórios de 2012, 2013 e 2014; e esboço do Planejamento Museológico, de jun. 2014. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

⁶⁷ Ver “Museu Estadual do Carvão = Patrimônio Industrial!”, de jul. 2014, disponível em: <<https://museucarvao.blogspot.com/2014/07/museu-estadual-do-carvao-patrimonio.html>>. Acesso em 09 jul. 2019. Ver “Colégio Mesquita: projeto Museu do Carvão!”, de mar. 2015, disponível em: <<https://museucarvao.blogspot.com/2015/03/colegio-mesquita-projeto-museu-do-carvao.html>>. Acesso em 09 jul. 2019. A cópia do acordo de cooperação técnica entre a SEDAC/RS e COOPROGRAN está disponível no acervo do Museu Estadual do Carvão, na pasta COOPROGRAN.

Nas oficinas, os(as) professores(as) do Colégio Mesquita realizaram ações educativas em patrimônio, com oficinas práticas de arqueologia industrial (história e geografia), cinema e de botânica (biologia) pelo complexo. Era só o começo. As perspectivas eram de ampliação do projeto para 2016. Mas com o fim de minha cedência, em 31 de agosto de 2015, o Museu ficou acéfalo de direção até janeiro de 2017 e, infelizmente, o projeto não teve continuidade pela ausência de contrapartida do Museu, isto é, a falta do acompanhamento técnico (mediação).

A partir do conteúdo da Carta de Nizhny Tagil (2003), as estruturas e remanescentes arquitetônicos do antigo complexo industrial de Arroio dos Ratos, hoje Museu Estadual do Carvão, são considerados exemplares do patrimônio industrial pelos seus valores tangíveis e intangíveis, com a preservação de suas características atuais, de acordo com a legislação vigente, evitando inclusive a alteração da ambiência do local que seria danoso ao meio ambiente cultural, à harmonia e ao contexto histórico do local.

O patrimônio industrial consiste dos vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetural ou científico. Esses vestígios consistem de prédios ou máquinas, oficinas, moinhos e fábricas, **minas** e locais para processamento e refinamento, armazéns (*warehouses*) e galpões, de **locais onde a energia é gerada, transmitida e utilizada**, transporte e toda a sua infraestrutura, assim como de locais usados para atividades sociais relacionadas à indústria, tais como habitação, locais para culto e para a educação. A arqueologia industrial é um método interdisciplinar de estudar toda a evidência material e imaterial de documentos, artefatos, estratigrafia e estruturas, habitação e paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais. Utiliza de métodos de investigação mais adequados a aumentar a compreensão do passado e do presente industriais. (CARTA, 2003, grifos meus).

Os vestígios materiais deixados pela atividade carbonífera resultaram em muitos anos de descrédito em relação à ativação e consequente preservação dos bens representativos da cultura industrial do carvão. As dificuldades encontradas durante o processo de patrimonialização do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, atual Museu Estadual do Carvão, estão disponíveis na obra de Freitas (2015).

Todavia, a obrigação de aprofundar o tema do patrimônio industrial com o

Museu é um debate necessário, pois devemos conhecer, proteger, conservar e promover continuamente os novos paradigmas⁶⁸ para a preservação do patrimônio industrial, inclusive o MCAR, a partir do conhecimento da legislação vigente e do conteúdo apresentado na Carta de Nizhny Tagil (Rússia, julho de 2003) sobre o patrimônio industrial, preparada pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH).

4.3 MUSEUS E MEMÓRIAS

A obra de Lopes (2009) é um trabalho pioneiro ao afirmar que as instituições científicas, no caso, os museus, são percebidas enquanto locais nos quais as questões relativas ao conhecimento estão relacionadas com as demandas políticas e sociais. Assim, os museus, lugares sim de produção do conhecimento, especialmente na segunda metade do século XIX e meados do século XX no Brasil⁶⁹, foram elementos importantes no processo de institucionalização das ciências naturais no país, inclusive no contexto internacional⁷⁰.

Se outrora o museu tinha por objetivo apenas conservar as coleções que se justificavam por seus valores científico-natural ou pela história e memória nacional (ou universal), Brefe (1998) destaca as transformações que esses espaços culturais passaram, seja pelas novas problematizações e reflexões, seja pelo modo a qual hoje se organizam e apresentam suas coleções ao público. Não apenas o enfoque da história em relação ao museu mudou, mas a sua interação com a sociedade é outra— deve conduzir a uma visão crítica do universo político-social⁷¹.

O museu é o lugar em que a cultura material é elaborada, exposta, comunicada e interpretada. Se a conservação pode justificar o apagamento do passado, o museu também pode ser o conservatório e local de estudo e de produção do conhecimento.

⁶⁸ BRAGHIROLI (2017).

⁶⁹ Aproximadamente até a década de 1920, pois a partir desse momento a pesquisa científica inicia um processo de migração dos museus para as universidades. Assim, gradualmente, em geral, os museus perderam o *status* de instituições científicas.

⁷⁰ A metodologia utilizada por Lopes (2009) de análise documental foi um caminho seguido no trabalho com a farta documentação do acervo documental da mineração, inclusive os documentos administrativos da instituição e do projeto cultural iniciado em 2014 e concluído em 2018, desde as tratativas de constituição do acervo até sua disponibilização total à pesquisa.

⁷¹ Pode-se conceituar o museu como a forma pela qual nossa sociedade institucionalmente transforma objetos materiais em documentos. Por isso, ele tem que funcionar, também, como centro de documentação (MENESES, 1992).

Esse é o desafio para o historiador: investigar a importância cultural do museu, sua inserção social e política, temporalidades, legitimidades, revalorização de heranças do passado pelo presente, etc., isto é, avançar na investigação sobre os museus através de novas abordagens (BREFE, 1998).

Neste sentido, o acervo documental da mineração vai agregar fontes importantíssimas para historiadores e demais pesquisadores investigarem a importância cultural do Museu Estadual do Carvão, sua inserção social e política, temporalidades, legitimidades, revalorização de heranças do passado pelo presente, reconstruções históricas, entre outros. Aliás, os próprios objetos museológicos do museu também serão pesquisados a partir desta documentação arquivística.

De acordo com os textos e contextos de Rússio (BRUNO, 2010), o objeto da museologia é o fato museal, isto é, a relação profunda entre homem e objeto. Essa relação significa percepção, envolvimento e memória. E se estabelece no recinto institucionalizado do museu, desde o pequeno museu quanto o museu tradicional, passando pelo ecomuseu. O museu é o local do fato museal, mas é necessário musealizar os objetos que são vestígios, provas da existência do homem e seu ambiente, de seu meio natural ou modificado por ele próprio.

O processo de musealização se preocupa com a informação trazida pelo objeto em termos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade. Onde (a) documentalidade pressupõe documento, cuja raiz é a mesma de *docere* (ensinar); (b) testemunhalidade pressupõe testemunho, cuja origem é *testimonium* (testificar, atestar algo, fato ou coisa); e (c) fidelidade, no sentido de veracidade, a fidedignidade do documento ou testemunho. A preservação enquanto ação museológica reaproxima objetos e homens (realidade), proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de uma *identificação*, de uma herança reconhecida como tal. A preservação do patrimônio cultural é um ato e um fato político (BRUNO, 2010).

Neste contexto, com a relação específica do homem com a realidade, entre homem e objeto, especialmente com a função básica do MCAR referente às pesquisas científicas e funções culturais educacionais, onde a difusão do acervo documental da mineração colabore com a (re)construção de diversas memórias que permitam o reconhecimento de identificações, de heranças reconhecidas como tal.

Especialmente dos grupos sociais mais humildes, dos antigos trabalhadores e operários das minas de carvão, os antepassados de grande parcela das populações da região carbonífera, enfim, daqueles que trabalharam naquele espaço, no outrora complexo industrial carbonífero.

O processo de musealização se preocupa com a informação trazida pelo objeto em termos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade. Uma comparação apropriada com a legislação vigente em defesa e promoção do patrimônio cultural e ambiental⁷² são os valores relevantes de documento, isto é, como referência e testemunho do patrimônio cultural, sob a tutela do patrimônio ambiental (natural), abrangendo os grupos sociais formadores da população brasileira, não considerando mais apenas a questão da monumentalidade e memorialidade. Assim, o acervo documental da mineração é incluído neste processo como patrimônio cultural, mais especificamente como patrimônio documental.

Outro ato e fato político é almejarmos os museus como lugares de democratização do saber. E a museologia crítica está presente nos museus como zonas de conflito (contato), desconstruindo o museu tradicional ao transformar o sujeito como protagonista. Padró (2003) apresenta três tipos de culturas institucionais para compreensão das políticas nos museus: (1) museologia tradicional (formalista), com a dicotomia entre conteúdos e suas traduções, enaltecendo as funções de adquirir, conservar e investigar dos museus, separação entre especialistas e novatos, onde os visitantes são passivos no processo; (2) museologia democratizadora (analítica), do entretenimento, procura atender uma massa de visitantes (massificação), o discurso é do museu (instrutor), separação entre profissionais e artesãos; e (3) museologia crítica, onde o museu é um lugar de reflexão, um modelo em rede, com diferentes visões e versões.

A autora considera os dois primeiros tipos como museus tradicionais, onde muitas vezes os museus possuem suas missões e funções deturpadas, transformados em parques de eventos (entretenimentos). A museologia crítica apresentada pela autora é a zona de contato, de conflito, de reflexão, comunicação, pesquisa e de preservação em seu sentido amplo: conhecer o museu, protegê-lo, conservá-lo e, por fim, promovê-lo (difusão). Assim, o acervo documental faz parte

⁷² Especialmente a partir da análise minuciosa do Decreto-Lei nº 25/1937 (MIRANDA, 2014) e da Constituição Federal de 1988, artigos 215, 216 e 225 (MARCHEZAN, 2007).

desse processo na promoção do complexo cultural do MCAR como uma instituição de visão crítica. Afinal, os museus também são locais – e objetos – de pesquisa.

Conforme consta na obra de Giraudy e Bouilhet (1990), o ecomuseu é um espelho no qual a população olha para si mesma para reconhecer-se. Um espelho que se estende a seus hóspedes e visitantes para fazer-se melhor entender o que foi e o que é o seu cotidiano, seus trabalhos, atividades, comportamentos e o seu papel num mundo em constante transformação. É a integração do espaço com seus atores (população) participando também com a ecologia da região rural ou industrial (ou de seus remanescentes), se apropriando do espaço, sentido de pertencimento, com suas histórias e memórias, seus amores e sofrimentos.

O complexo cultural do Museu Estadual do Carvão tem potencial para ser um ecomuseu, de acordo com os autores. Um ecomuseu com a metodologia da museologia crítica. No entanto, precisamos compreender porque grande parte da população olha para o espelho (Museu) e não se reconhece (FREITAS, 2015). A integração do espaço com seus atores (população) e apropriações de acordo com a função social do lugar ainda são precários. A participação é pequena comparada às potencialidades que o lugar oferece. A pesquisa no acervo documental da mineração colaborará nesta compreensão e, esperamos, contribuirá para outros recortes sobre este belo equipamento cultural.

Conforme Halbwachs (2006), história e memória andam juntas, mas não se confundem, pois a história é crítica e reflexiva, havendo conflito nas relações. A memória é harmoniosa, íntima, uma fonte para a história. A memória histórica realiza a reconstrução do fato, a memória coletiva opera a sua reconstituição.

Desta forma, o autor afirma que a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais. A memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva. Halbwachs parte de uma oposição entre o universo da memória (situada em termos da experiência vivida) e o da história (situada em termos de uma crítica, de um problema, de conceitos).

A formulação de tal dicotomia permitiu a demonstração dos mecanismos da constituição de uma memória coletiva, ou seja, ela mostrou as modalidades do seu

enraizamento e da sua ligação a comunidades concretas. Desse modo, a história começaria onde terminaria a tradição (SILVA, 2002).

A memória não se manifesta de imediato ou de forma linear. Ela é seletiva, um fenômeno construído que passa por uma organização. A memória é uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence a uma época passada. Deve ser entendida também como fenômeno construído pela comunidade e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes (COUTINHO, 2001).

No entanto, a memória também é uma fonte de informação. Mas, conforme Le Goff (2003), a memória pode conduzir à história ou distanciar-se dela. A memória coletiva é diferente da memória histórica (confusão entre o papel dos memorialistas e historiadores), pois esta se utiliza de documentos escritos do passado com o auxílio de testemunhos orais do presente. Cabe aos profissionais científicos da memória fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da objetividade científica.

Pollak (1989) pertinentemente lembra que se a memória é socialmente construída (representações), então, é óbvio que toda documentação também o é. Para o autor não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. Cabe ao pesquisador realizar a crítica da fonte, independente do suporte⁷³.

Devemos confiar na memória? Se sim, em qual memória confiar? Bem, o importante não é em qual memória confiar, mas ter noção que nada é imparcial. Seja a memória oral, escrita, edificada, monumentalizada, etc., não importa, pois a informação e seu surgimento foram gerados, voluntariamente ou involuntariamente, de acordo com o interesse de quem produziu. Estamos conscientes que há somente um fato, mas sempre haverá interpretações dos documentos, independente do suporte em que estejam as informações salvaguardadas.

O MCAR é um local onde se cristaliza⁷⁴ e se refugia a memória, pois preservar,

⁷³ A questão da memória como fonte de informação também está presente nas obras de Eclea Bosi (1994), Alessandro Portelli (2001), Etienne François (2010), Janaína Amado (1995) e Pierre Nora (1993).

⁷⁴ No sentido de clareza, límpido e transparente, para que os pesquisadores possam adequadamente ter acesso à memória no – e do – museu. Faço aqui uma referência a Alberto Pasqualini, em seu discurso de 17 de novembro de 1940, onde afirmava que a administração pública deveria ter “paredes de cristal” para que cada cidadão verificasse como era empregada a contribuição (impostos) exigida pelo poder público (SIMON, 1994, p. 184). O museu está aberto de segunda a sexta (atendimento presencial). Sábado e domingo somente visitação na área externa. A pesquisa no AHM é mediante agendamento. Maiores informações em: <<https://cultura.rs.gov.br/museu-estadual-do-carvao>>.

requalificar ou restaurar uma estrutura arquitetônica ou um acervo, que testemunhou as atividades cotidianas do homem de diferentes segmentos sociais, é forma mais coerente e democrática de preservar o patrimônio histórico e os seus vestígios, restos e testemunhos do que já passou. Enfim, o lugar de memória é um espaço e um movimento que articula memória e história, pois intencionalmente se busca preservar os vestígios, impedindo a ação do esquecimento (LUPORINI, 2000).

Dentro destas questões e os inúmeros significados e ressignificados que os espaços podem abarcar, questionamos: qual espaço realmente é capaz de preservar⁷⁵ a memória da mineração carbonífera gaúcha? Não é tão fácil assim, não é como escolher um item ou produto em algum estabelecimento comercial. Este debate deve insistir em reflexões mais amplas do que o simples gosto pessoal ou pretense esclarecimento de um *intelectual orgânico* ao selecionar espaços significativos. Deve estar comprometido com a comunidade local, enfim, com a sociedade, em analisar a infraestrutura e a superestrutura presente nesta realidade.

Tomando posicionamento, reafirmo que o Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão, o prédio e o acervo documental da mineração, é um patrimônio cultural que deve ser valorizado e devidamente preservado, inclusive para que os historiadores cumpram com sua função social, ou seja, possam registrar diversas histórias, inclusive e muito particularmente, a história de grupos sociais esquecidos e, assim, como afirmou pertinentemente Le Goff (2003), a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens, permitindo a inclusão da sociedade nas benesses do desenvolvimento econômico e cultural.

E de acordo com Possamai (2008), o atual profissional da história deve estar assentado sobre um tripé: pesquisa, ensino e ação cultural. Deve apropriar-se de conceitos como memória, patrimônio, documento, museu, arquivo, entre outros. É preciso *conhecer* o patrimônio cultural (memória coletiva, história oral, fontes primárias, fontes secundárias, etc.), *proteger* (leis, regimentos, planos, ações da sociedade civil, etc.), *conservar* (ação e manutenção constante) e *promover* (educação patrimonial, ações educativas, comunicação, difusão, etc.).

No caso do acervo documental da mineração, este patrimônio documental representa um valor afetivo de memória para aqueles que, por muitas gerações,

⁷⁵ Em seu sentido amplo: conhecer, proteger, conservar e promover.

tinham na indústria carbonífera (a mina e a usina) seu território e horizonte. É um valor de documento sobre uma fase daquelas comunidades da indústria e mineração carbonífera (CHOAY, 2006).

Diante destas perspectivas, sob o ponto de vista da sustentabilidade do patrimônio cultural representativo do auge da indústria carbonífera, conforme Varine (2012), o patrimônio cultural é um quadro, uma moldura para o desenvolvimento, e um território que representa o produto de toda uma história natural e humana. Mas também possui as condições de conflitos decorrentes de sua história – usos, desusos e ressignificações. E todo território determinado sem o respeito por seus componentes patrimoniais não poderá servir de base para um desenvolvimento local equilibrado e sustentável.

Apesar do Museu Estadual do Carvão apresentar problemas, assim como quase todas as instituições museológicas custodiadas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, seu espaço está aberto ao público na Rua Profª Silvana Narvaez nº 61, centro de Arroio dos Ratos/RS. Os horários de atendimento são de segunda a sexta das 9h às 12h e das 13h30 às 18h (atendimento presencial), e nos sábados e domingos a área externa está aberta para visita das 9h às 19h. Há vigilância 24h responsável pela segurança dos visitantes e do complexo cultural. Contatos: telefone (51) 36561211, correio eletrônico (e-mail) mcarvao@sedac.rs.gov.br, e o Facebook oficial é o www.facebook.com/museucarvao/.

5 O PATRIMÔNIO DA MINERAÇÃO COMO ACERVO DOCUMENTAL

Como apresentado anteriormente, a obra de Lopes (2009) foi um trabalho pioneiro ao afirmar que as instituições científicas, no caso, os museus, são percebidas enquanto locais nos quais as questões relativas ao conhecimento estão relacionadas com as demandas políticas e sociais. O trabalho teve como problema contrapor a visão de que não teriam existido pesquisa e produção científica no Brasil até o início do século XX. A metodologia utilizada foi a análise documental de farta documentação⁷⁶, estabelecendo locais (Museu Nacional no Rio de Janeiro e demais províncias), promovendo uma contextualização da produção do conhecimento científico (ciências naturais) no Brasil a partir do século XIX.

Um dos capítulos é referente a *idade de ouro* do Museu Nacional, entre 1876 e 1893), a partir dos ideais de Ladislau Neto que forjaram um novo estilo de museu que serviu de modelo às outras províncias: caráter universal com especificidades do país. Com espírito empreendedor e com ampla visão, apesar de autoritário, ele inseriu o Museu Nacional e o país no panorama científico internacional com os regulamentos, publicações, cursos públicos (conferências), participações em congressos e, principalmente, a contratação de naturalistas estrangeiros – muitos dos quais posteriormente foram importantes nos museus das outras províncias/estados (São Paulo, Pará, Paraná, Amazônia, etc.). Aliás, o trabalho desses pioneiros foi importante na coleta, classificação e organização das primeiras coleções (LOPES, 2009).

A documentação das antigas empresas mineradoras da região carbonífera já está disponível à pesquisa, mediante agendamento com a equipe do Museu Estadual do Carvão. Esse acervo é constituído basicamente por centenas de milhares de documentos diversos produzidos ou acumulados pelas empresas mineradoras da região carbonífera do baixo Jacuí do Rio Grande do Sul, a partir de meados do século XIX até o final do século XX. A preservação do acervo documental da mineração no Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão está relacionada com sua importância à história, memória e patrimônio cultural da região carbonífera.

⁷⁶ Relatórios, publicações técnicas, regulamentos, cartas, correspondências diversas, catálogos, documentação dos museus e arquivos, etc. A autora investigou minuciosamente as atividades que desenvolviam os diretores e naturalistas, processos de coleta, classificação e organização das coleções, etc.

O local é considerado um exemplar de patrimônio industrial e sítio arqueológico industrial porque ali funcionou o Poço Fraternidade ou Poço I, aberto em 1908, e a Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos, inaugurada em 1924 e com término das atividades em 1956.

Assim como os ideais de Ladislau Neto no Museu Nacional (1876-1893) forjaram um novo estilo de museu que serviu de modelo às outras províncias no século XIX, o papel da professora e museóloga Maria Luiza Flores Chaves Barcellos no período em que esteve responsável pela criação e direção do Museu Estadual do Carvão (1984-1991) são fundamentais para compreensão do processo histórico da criação do Museu e seu processo de patrimonialização, desde a concepção de museu, prática e o relacionamento complexo entre os gestores e a população (FREITAS, 2015; OLVEIRA, 2018).

Os objetos musealizados do MCAR possuem não apenas a representação ao observador das comunidades mineradoras, mas o próprio espaço (lugar) possui vestígios materiais e imateriais, visíveis e invisíveis, do outrora complexo industrial carbonífero que possuem outras representatividades. O acervo documental da mineração agora é mais um *objeto* à disposição que proporcionará a investigação e produção de conhecimento que responderão a muitas questões e problematizações.

Conforme Pomian (1984), a coleção é qualquer conjunto de objetos naturais e artificiais, temporariamente ou definitivamente sem valor econômico, sujeitos a uma proteção especial e expostos ao olhar do público. É a transformação do invisível no visível, isto é, uma representação. E a representação só tem sentido através do papel do observador, pois sem o *olhar* não há a questão da representação. O observador é o elo da relação entre o visível e o invisível.

O autor destaca que se de um lado estão as coisas, os objetos úteis, de outro lado estão os *semióforos*, objetos que não têm utilidade, isto é, que perderam a utilidade mas são dotados de um significado, se transformando num símbolo forte, alterando a realidade do momento que é compreendido, inclusive tornando-se objetos de estudos. Um novo saber, não pelo seu uso, mas por causa do seu significado. No entanto, se por um lado Pomian (1984) afirma que os semióforos são os objetos que não têm utilidade, mas são dotados de um significado, as próprias estruturas e remanescentes arquitetônicos do complexo do Museu, tombados pelo

IPHAE/RS, em 1985 e 1993, se não possuem mais sua utilidade original, econômica, mas ainda possuem utilidades administrativas e culturais, inclusive como locais de eventos culturais, de salvaguarda dos acervos e coleções, de pesquisa e de encontros e atividades diversas da população. São dotados de um significado, de um símbolo forte para a comunidade e, recentemente, são objetos de estudos com interesse crescente, especialmente pela contribuição do acervo documental da mineração à pesquisa.

Este acervo, por exemplo, perdeu seu valor de servir às empresas mineradoras como elemento de prova (apoio), mas hoje possuem um relevante valor permanente que retratam o cotidiano histórico da região carbonífera do baixo Jacuí no século XX, seus conflitos e resistências, portanto, considerados de interesse público e social, um inédito conjunto de documentos relevantes para a história e o desenvolvimento científico.

5.1 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO

O projeto cultural *Acervo Documental da Região Carbonífera RS*, iniciado em novembro de 2013 no Museu Estadual do Carvão, iniciante com recursos doados pela Copelmi e depois através de projetos culturais via LIC, teve por objetivo principal identificar, registrar e desenvolver ações relacionadas à documentação da atividade mineradora, bem como às referências culturais da região mineradora do Baixo Jacuí, especialmente em Arroio dos Ratos, Butiá e Minas do Leão⁷⁷.

O projeto completo previa a realização de organização arquivística do acervo documental e do inventariamento (realizado) e a divulgação das manifestações culturais características da região (não realizado). A divulgação dos resultados da pesquisa e os resultados do projeto incluíam a organização de acervo documental, documentário visual, sítio de internet e uma exposição museológica da documentação. Essas ações foram as principais estratégias de preservação do

⁷⁷ As informações estão disponíveis no Conselho Estadual de Cultura – CEC/RS (Pareceres nº 354/2014, nº 053/2016 e nº 126/2017); SEDAC/RS (expedientes administrativos nº 004027-11.00/14-0, nº 002334-11.00/15-2 e nº 001416-11.00/15-5); Surya Projetos Ltda. (produtora cultural); e no acervo do Museu Estadual do Carvão, pasta *Projeto Uma Luz no Fim do Túnel*.

patrimônio cultural através de sua promoção (difusão), concomitantemente ao trabalho técnico realizado.

As suas três etapas no Arquivo Histórico da Mineração previam: a) higienização qualificada dos documentos; b) organização dos documentos conforme plano de classificação de documentos (PCD), identificação preliminar das tipologias documentais (ofícios, notas fiscais, etc.), registro dos documentos em instrumento específico (não-digital), descrição sumária dos conjuntos documentais; e c) acondicionamento definitivo dos documentos em caixas específicas para este fim⁷⁸.

A primeira fase do projeto, conforme anteriormente apresentado, se estendeu de dezembro de 2013 até o segundo semestre de 2014 e permitiu, pela primeira vez, ter uma dimensão aproximada do tamanho real, estado geral e das potencialidades daqueles documentos. Apresentou indícios iniciais a respeito da massa documental acumulada (VIVAR et al., 2016).

Essa avaliação documental inicial serviu como reconhecimento da situação dos documentos recolhidos ao acervo doado pela Copelmi, permitindo, desde logo, a elaboração de ferramentas prévias para a organização desses documentos. Através do levantamento foram estabelecidas as metodologias utilizadas a partir da segunda etapa para o desenvolvimento das ações de organização e estruturação dos fundos documentais.

O trabalho inicial gerou inclusive um capítulo na obra *Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios* (2015), desenvolvido pelas arquivistas e historiadoras (GOMES et al., 2015) que trabalharam diretamente com o acervo documental da mineração, entre 2013 e 2014, durante o recolhimento, higienização e organização preliminar da documentação, da Copelmi ao Arquivo Histórico do MCAR. O capítulo apresentou as ações e experiências com o árduo trabalho que a equipe contratada realizou com muito carinho e profissionalismo (constatei pessoalmente!), pois fizeram o possível para higienizar e acondicionar esse material inédito e representativo da história da mineração na região.

⁷⁸ Essas etapas foram concluídas em dezembro de 2017 e o projeto finalizado em agosto de 2018. O processo para atingir as fases previstas iniciou-se com (a) a avaliação documental e levantamento preliminar de fontes (2013-2014); (b) o desenvolvimento das atividades de organização e estruturação parcial dos fundos documentais com a documentação a partir do que foi realizado (2015-2016); e, por fim, (c) com a conclusão da organização e estruturação completa dos fundos documentais, documentação final (arranjo e guia de fundos documentais) e o encerramento do projeto (2017-2018).

Concomitantemente, mesmo não havendo ainda o acesso à documentação para realização de pesquisa, Tassiane e eu utilizamos como estratégia de promoção do acervo documental da mineração a participação em eventos, congressos, encontros, seminários, etc. e a publicação de alguns artigos em anais e revistas, citando o acervo, apresentando informações sobre a importância e o potencial da documentação⁷⁹.

A segunda e a terceira fase do projeto, de dezembro de 2014 a outubro de 2015 e de junho de 2016 a agosto de 2018, respectivamente, tiveram a execução do projeto realizada pela organização não governamental (ONG) Arquivistas Sem Fronteiras do Brasil (ASF-Brasil), instituição internacional que foi criada na cidade de Barcelona e que atua no Brasil desde 2008 com sede em Porto Alegre, e cujos objetivos são proteger, conservar, organizar e difundir o patrimônio documental em perigo de extinção ou dano irreversível, incluindo as ações necessárias para o controle e recuperação do patrimônio documental relativo às garantias dos direitos humanos, individuais e coletivos dos cidadãos⁸⁰.

A execução – e fiscalização – do projeto contava com a anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (IPHAER/RS), declarando que o projeto contemplava as necessidades identificadas no diagnóstico que foi apresentado ao IPAHE/RS, que, a partir disso, deu orientações e contribuições, manifestando-se, assim, favoravelmente ao projeto⁸¹.

O projeto integrava o conjunto de ações estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica (2012) entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Copelmi Mineração Ltda., mais especificamente a restauração do acervo artístico, histórico, documental e fotográfico do Museu Estadual do Carvão, através de projetos específicos de qualificação desses acervos, tornando-os plenamente acessíveis, tanto ao público visitante quanto aos pesquisadores interessados em analisar as informações relativas aos marcos culturais do universo da mineração, do ofício do

⁷⁹ Por exemplo, as publicações nos anais do VIII Seminário Internacional em Memória e Patrimônio (2014), no capítulo *As Ações Educativas do Museu Estadual do Carvão – Arroio dos Ratos/RS* da obra *Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios* (2015), na dissertação de Tassiane (FREITAS, 2015), as publicações nos anais do I Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural (2016), entre outras atividades e participações em eventos.

⁸⁰ Parecer nº 354/2014 – Conselho Estadual de Cultura (CEC/RS). Acervo do Museu Estadual do Carvão, pasta *Projeto Uma Luz no Fim do Túnel*.

⁸¹ *Ibidem*.

mineiro de carvão, da vida cotidiana desses trabalhadores e das comunidades cujo desenvolvimento foi condicionado pela mineração.

Era objetivo do projeto a realização parcial do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), atingindo os municípios de Arroio dos Ratos, Butiá e Minas do Leão, visando identificar as principais manifestações culturais daquelas comunidades, as quais configuram o patrimônio imaterial. Seriam recolhidos registros bibliográficos, documentais e de depoimentos orais que possibilitariam as indicações de ofícios, lugares, celebrações, formas de expressão, de resistência à exploração e de solidariedade que são singulares, isto é, característicos da cultura vivida durante décadas pelas comunidades cujas trajetórias estão relacionadas ao ofício da mineração⁸².

No entanto, infelizmente, o INRC não foi realizado devido às readequações do projeto com o aumento das despesas geradas com a higienização contínua da documentação por causa da ausência de climatização adequada e a documentação não ter os devidos cuidados com as longas interrupções das fases do projeto⁸³.

Enfim, além da constituição de um patrimônio documental mineiro, o projeto pretendia valorizar uma parte da história destas comunidades, de pessoas simples e trabalhadoras que construíram com suas mãos e sua saúde a história da mineração daquele território. Esperamos que outro projeto específico seja desenvolvido para a realização do INRC, registrando na oralidade recolhida o sentimento de quem vivenciou essa história, gerando assim autoestima e sentimento de pertença com o lugar (territorialidade), transformando o patrimônio em herança cultural.

Retornando à segunda fase do projeto, voltada integralmente à organização e estruturação dos fundos documentais, este teve início em dezembro de 2014 com a formação de uma equipe interdisciplinar⁸⁴ que realizaram um minucioso trabalho de

⁸² Parecer nº 354/2014 – Conselho Estadual de Cultura (CEC/RS). Valor liberado: R\$ 370.634,42. Acervo do Museu Estadual do Carvão, pasta *Projeto Uma Luz no Fim do Túnel*.

⁸³ Parecer nº 126/2017 – Conselho Estadual de Cultura (CEC/RS). Valor liberado com as readequações do projeto: R\$ 651.100,00. Acervo do Museu Estadual do Carvão, pasta *Projeto Uma Luz no Fim do Túnel*.

⁸⁴ A equipe da organização, coordenada pelo professor Jorge Vivar (AsF-Brasil) era formada por Francisco Alcides Cougo Júnior, Sílvia Simões, Deise Formolo, Rejane Ávila Pedroso e Tiago Nuñez. O arquivista Alexandre Veiga teve contribuição permanente a partir da SEDAC/RS. Kátia Inês Berwanger e Simone Steigleder contribuíram com suas orientações na conservação e preservação do acervo (VIVAR et al., 2016).

pesquisa que permitiu, através dos dados obtidos, reunir informações necessárias para uma melhor e mais adequada estruturação dos fundos documentais.

Esse processo conseguiu elaborar o quadro de arranjo preliminar, permitindo cronologicamente a organização do acervo documental existente a partir do primeiro período da mineração, denominada como fase *Pré-CADEM*⁸⁵ (1891-1936) (VIVAR et al., 2016).

Figura 28 – Equipe da organização do acervo (2015).



Fonte: Jornal Portal de Notícias. Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Agora, finalmente, o Arquivo Histórico da Mineração era um *lugar de memória*. Para Pierre Nora (1993) os lugares de memória são restos, pois para sociedades sem memória era preciso que fossem criados os lugares de memórias. Esses lugares nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos.

Essa organização preliminar do acervo, ainda em 2015, permitiu ao senhor Rafael Lamera Cabral, professor universitário da Universidade Federal Rural do

⁸⁵ Constituído dos fundos: (a) CEFMSJ; (b) Companhia Minas de Carvão do Jacuí; (c) CCR; e (d) Estrada de Ferro do Jacuhy.

Semi-Árido (UFERSA) do Rio Grande do Norte, na época doutorando da Universidade de Brasília, analisar alguns registros das antigas empresas mineradoras. Documentos estes do AHM que contribuíram com seus estudos sobre a legislação trabalhista no Brasil da década de 1930 a partir dos rastros deixados por um processo trabalhista, mais precisamente uma reclamação trabalhista movida por sete mineiros demitidos da CEFMSJ, em 1934. A documentação permitiu reconstruir dados e informações levantes à pesquisa (CABRAL, 2016).

Figura 29 – Professor Rafael Cabral realizando pesquisa no acervo (2015).



Fonte: Jornal Portal de Notícias. Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Acompanhei a primeira fase e praticamente toda a segunda fase do projeto, até agosto de 2015 (fim de minha cedência ao Museu), procurando colaborar com o bom andamento dos trabalhos através do apoio material e humano da equipe do MCAR. Infelizmente, por questões administrativas e de ordem burocráticas com a aprovação da continuidade do projeto cultural via LIC, o projeto de organização do acervo paralisou suas atividades pelo período de nove meses (novembro de 2015 até julho de 2016).

O projeto foi retomado no mês de agosto de 2016 (terceira etapa) para continuação dos trabalhos de organização do acervo e o início do processo de desenvolvimento de uma descrição que permitisse a elaboração de instrumentos de pesquisas que facilitassem o acesso aos fundos já organizados no final do ano.

E, felizmente, em 06 de dezembro de 2016, mais de dez longos anos após nossa modesta publicação sobre o sindicato dos mineiros em Butiá, o objetivo foi alcançado: um prédio histórico foi requalificado para ser um arquivo permanente (AHM – 2012), a massa documental acumulada foi doada oficialmente para o Museu Estadual do Carvão em 2013 para ser organizada e, pouco mais de três anos, se tornar no acervo documental da mineração.

A publicação *Museu Estadual do Carvão: Guia do Arquivo Histórico (1891-1936)* é o resultado da segunda etapa do projeto Acervo Documental da Região Carbonífera RS, apresentado pela Surya Projetos à Lei de Incentivo à Cultura, no ano de 2014. No dia do lançamento da obra tivemos a presença do Secretário de Estado Adjunto da Cultura, senhor André Kryszczun; da professora e pesquisadora, Dra. Clarice Speranza, Universidade Federal de Pelotas (UFPEl); de Marcelo Cavalcanti da Silveira, Coordenador da 1ª Região Museológica do Estado e representante da Rede de Museus e acervos da UFRGS; de Manoel Henrique Paulo, ex-diretor da CCMQ e MCAR; Aleksandro Witkowski, historiador, ex-diretor do MCAR; Tassiane Freitas, historiadora e pesquisadora; e Clarissa Wetzel, historiadora e museóloga.

Figura 30 – Folder do lançamento do Guia Histórico (2016).



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão.

Figura 31 – Evento de lançamento do Guia Histórico (06 dez. 2016).



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

No ano seguinte, durante a organização final do acervo, como estratégia de preservação, a partir da promoção (difusão) da documentação, foram realizadas duas exposições museológicas da documentação, uma em Arroio dos Ratos e outra em Porto Alegre, organizada a partir dos documentos do Arquivo Histórico da Mineração e apresentando uma seleção de correspondências marcantes do período de ápice da mineração carbonífera no Rio Grande do Sul.

A primeira aconteceu entre 15 de maio a 09 de junho de 2017, no Museu, denominada *Cartas do Fundo do Poço*. O objetivo era apresentar ao público visitante um recorte do cotidiano das minas através das correspondências encontradas no acervo, cujo teor tratava de temas que iam das solicitações de emprego, tratando também das relações sociais entre os mineiros e a empresa, além de outros temas.

Essa exposição foi ampliada com painéis e posteriormente apresentada no Memorial do Rio Grande do Sul, no centro histórico de Porto Alegre/RS, no período de 27 de julho a 30 de agosto, com a denominação *Cartas do Fundo do Poço: as correspondências das minas de carvão do Baixo Jacuí (1891-1964)*, recebendo significativa visitação⁸⁶.

⁸⁶ Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul – Museu Estadual do Carvão – *Relatório de acompanhamento de projeto*, 2018, elaborado por Alexandre Veiga, arquivista supervisor do projeto.

Figura 32 – Cartaz da exposição dos documentos no Museu (2017).



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 33 – Cartaz da exposição dos documentos no Memorial do RS (2017).



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 34 – Imagem da exposição de documentos do Arquivo Histórico da Mineração no Memorial do RS (2017).



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Assim, custodiada no Arquivo Histórico da Mineração, a documentação está no local adequado, pois o conteúdo do acervo está diretamente identificado ao contexto histórico da região, portanto, relacionado ao complexo cultural do MCAR. Não vejo outro local na região carbonífera ou no estado onde o acervo deveria estar disponível, considerando o contexto de territorialidade do patrimônio cultural.

Estou considerando também a importância histórica regional, estadual e nacional do local e seus relevantes valores patrimoniais intangíveis (ofício do mineiro do subsolo, por exemplo) e tangíveis: histórico industrial, artístico, documental, arqueológico industrial e natural (ambiental). Enfim, considerando que o MCAR não está isolado, faz parte de um conjunto patrimonial urbano que merece, inclusive, um estudo técnico (pesquisa) para registro (inventário) dos bens patrimoniais do centro histórico e demais bairros do município: arruamentos (Avenida Espanha, largo dos Mineiros, etc.), prédios e lugares históricos (hospital Sarmiento Leite, sede do Esporte Clube Guarani, sede do clube negro Tesouras, sede da Secretaria Municipal

de Educação e Cultura, sede da Sociedade Última Hora, remanescentes das casas geminadas dos mineiros, igrejas, escolas, remanescentes das outras minas, etc.) e outros locais que são provas de testemunho e referência da mineração no século XIX e meados do século XX.

Para a documentação colaborar com esse processo, além da pesquisa neste acervo inédito, é preciso os cuidados permanentes para ventilação, desumidificação, higienização e conservação constante. Também é preciso uma equipe técnica específica para o AHM. E, de acordo com a legislação vigente já citada, cabe ao mantenedor (o estado) se responsabilizar pela equipe técnica e pelos equipamentos adequados à preservação do acervo documental e na conservação contínua do prédio. Nós, cidadãos, integrantes da sociedade civil organizada, devemos realizar essa fiscalização e promover a documentação em busca de novos parceiros e apoiadores, de mais pesquisadores e membros das comunidades interessados na preservação do patrimônio cultural local.

Uma vez finalizado o projeto cultural, em agosto de 2018, com o acervo devidamente organizado e com reconhecido e relevante valor histórico-cultural, estamos, como sociedade civil e poder público, habilitados para propor e iniciar novas ações de preservação (proteção e difusão: princípio da fruição coletiva⁸⁷), inclusive o processo formal de patrimonialização do acervo: reconhecimento através de registro e/ou tombamento.

Há um enorme potencial à pesquisa científica (humanas, exatas e da natureza), às ações culturais em – e para o – patrimônio (educação), à realização de eventos culturais reflexivos que respeitem os componentes patrimoniais, ao desenvolvimento local sustentável com geração de renda, ao turismo histórico-cultural, enfim, há outras potencialidades a serem fomentadas através de parcerias.

Apenas faço aqui um alerta sobre os perigos da municipalização⁸⁸ do MCAR. Uma parceria, através de acordo de cooperação técnica, com a prefeitura pode – e

⁸⁷ “O direito de acessibilidade aos bens culturais encontra fundamentos, ainda, no princípio da isonomia e no princípio da fruição coletiva do patrimônio cultural, segundo os quais todos os cidadãos devem ter iguais condições de conhecer, visitar e obter informações sobre os bens integrantes do patrimônio cultural nacional” (MIRANDA; NOVAIS, 2008). Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11684>>. Acesso em jul. 2019.

⁸⁸ O Jornal Portal de Notícias, de São Jerônimo, publicou uma matéria a respeito dessa possibilidade, de acordo com o interesse do poder executivo de Arroio dos Ratos. Notícia em 21 de julho de 2015, edição 766, com o título “Museu do Carvão de Arroio dos Ratos pode ser municipalizado”. Disponível em <<https://www.portaldenoticias.com.br/>>. Acesso em julho de 2017.

deve – proporcionar a potencialização do museu como equipamento cultural, disponibilizando avanços e melhoramentos em sua preservação e nos serviços oferecidos ao público visitante, principalmente nos finais de semanas e feriados.

No entanto, a municipalização pode se tornar numa alternativa perigosa na medida em que o Museu pode se resumir a um espaço de realização de eventos municipais, festas e outros eventos de lazer e entretenimento, descaracterizando o espaço museológico do MCAR, conforme já ocorreram no passado (FREITAS, 2015), inclusive com eventos predatórios e/ou agressivos ao patrimônio ambiental do Museu ou que coloquem em risco: a) a segurança dos funcionários, b) a segurança do público visitante e c) a preservação dos acervos e das estruturas arquitetônicas desse importante sítio arqueológico industrial do país.

Por fim, considerando notícias que circularam informalmente entre 2016 e 2017, retirar o acervo documental da mineração do MCAR é retroagir a tudo que foi feito até aqui para a requalificação do complexo cultural. É graças à documentação que existiu um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no IPHAN/RS que gerou um Termo de Doação com Encargos (2011)⁸⁹. É graças à documentação que existiu um Acordo de Cooperação Técnica (2012) entre o estado e a Copelmi para requalificação das estruturas arquitetônicas e o desenvolvimento de projetos culturais no Museu Estadual do Carvão, além de um novo Termo de Doação com Encargos (2013) que efetivamente iniciou as atividades profissionais necessárias até o desenvolvimento e conclusão dos projetos culturais com a documentação (2014-2018), organizando-a como um acervo arquivístico.

E, nestes tempos de crise, será graças à documentação que o museu terá a garantia de fruição do complexo cultural e de seus acervos às gerações vindouras. A documentação, hoje, é o *coração* do complexo cultural do Museu Estadual do Carvão. Está garantindo o *bombeamento* de recursos para o museu, através de novos projetos culturais e até mesmo com a preocupação do Ministério Público⁹⁰,

⁸⁹ Processo nº 01512.000693/2009-70, volume 2, folhas 186-292 (IPHAN/RS). Cópia disponível no Acervo do Museu Estadual do Carvão, pasta *Projeto Uma Luz no Fim do Túnel*.

⁹⁰ Recente matéria denominada *MP promove reunião em busca de soluções para manutenção e conservação do Museu Estadual do Carvão* foi publicada no site do Ministério Público (RS), alertando sobre a necessidade de buscar parcerias e auxílio para as reparações emergenciais no Museu, “em especial no que se refere ao acervo documental histórico”, conforme pertinente manifestação do promotor de Justiça de São Jerônimo Fernando Sgarbossa. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/49124/>>. Acesso em 20 jul. 2019.

enquanto o estado ainda não atende adequadamente os equipamentos culturais sob sua responsabilidade.

5.2 A ENCHENTE DE SÃO MIGUEL

Grupos humanos atribuem valor diferenciado ou materializam crenças ou ainda testemunham episódios marcantes da memória coletiva. Como se sabe, as culturas são realidades vivas e mutáveis, e sua produção, continuidade e mudança dependem de condições históricas e socioambientais específicas. Lugares são espaços apropriados pela ação humana, isto é, são realidades tangíveis e intangíveis, articulações entre sujeitos, práticas e referências espaços-temporais (memória e história) (ARANTES, 2009).

O senhor Sérgio Sotelo (*in memoriam*) em muito contribuiu para meu conhecimento sobre a história de Arroio dos Ratos, da mineração e, é claro, da enchente de outubro de 1936, durante o meu período de cedência ao Museu Estadual do Carvão (2012-2015). Por ironia do destino, *seu* Sérgio faleceu em 31 de agosto de 2015, meu último dia de trabalho no Museu.

Sua contribuição à história, à memória e ao patrimônio cultural está registrada em entrevista à historiadora Tassiane Mélo de Freitas (2015) e no vídeo *O Mineiro Fantasma*, uma tarefa realizada pela equipe Templários para a IV Gincana Municipal de Arroio dos Ratos (2014)⁹¹. Através de um conto há muitas histórias a partir da memória da população, passadas de geração a geração, inclusive no imaginário para a criação da lenda do “mineiro fantasma”, uma tarefa para a gincana municipal, utilizando-se do nome de Joaquim Correa da Silva – personagem que existiu e morreu no poço 1 durante a enchente de 3 de outubro de 1936, registrado pelo jornal *A Batalha* (1936).

Não me causava surpresa quando crianças e adultos contavam histórias de fantasmas, dos mineiros que ali morreram no Museu, outrora complexo industrial (1908-1956). A grande maioria citava a enchente de 1936, falavam dos 200, 300 ou 400 mineiros que morreram afogados, dos muitos esqueletos ou ossos que

⁹¹ Vídeo *O Mineiro Fantasma*, equipe Templários para a IV Gincana Municipal de Arroio dos Ratos (2014). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-8ySDXc4fTE>>. Acesso em 08 mar. 2019.

existiriam no subsolo daquele lugar. Alguns tinham receio de visitar o Museu a noite e até mesmo durante o dia. O outrora local de dor e sofrimento ainda está presente na memória e no imaginário coletivo da comunidade.

Simch (1943) em sua obra cita as enchentes mais significativas que houve na região carbonífera, em especial a de outubro de 1936. As enchentes citadas são as de 1873, 1912, 1928, 1936 e 1941. As maiores registradas foram a de 1873, que atingiu 11 metros acima do nível do Rio Jacuí, e a de 1936 que alcançou 12 metros.

A enchente de 1936 foi a que ficou mais marcada, pois atingiu não só a sede do município de São Jerônimo, como também as minas do Arroio dos Ratos. A população a intitulou de *enchente de São Miguel* porque em meio aos festejos no dia 29 de setembro a população foi surpreendida por uma torrencial chuva. O rio Jacuí, foz do arroio dos Ratos, subiu rapidamente. No dia 30 de setembro, durante a madrugada a parte central e ribeirinha estava toda imersa em São Jerônimo (sede).

A partir da enchente de São Miguel procuro fazer um breve recorte sobre os acontecimentos do dia 03 de outubro de 1936, a partir dos documentos disponíveis em jornais e no dossiê existente no acervo do Arquivo Histórico. E, depois, refletir sobre a história e a memória coletiva referente a este fato marcante na comunidade.

5.2.1 O dia 03 de outubro de 1936

O extremo desta enchente aconteceu no então distrito das minas de carvão do Arroio dos Ratos. No famigerado dia 3 de outubro de 1936 o curso d'água do arroio dos Ratos atingiu e cobriu os Poços 1 e 4 da CEFMSJ, mesmo com inúmeras tentativas de bloquear a força das águas. E todas as tentativas foram inúteis, pois a força das águas ultrapassava o peso das barreiras e derrubava tudo pela frente, adentrando nas galerias do subsolo (SIMCH, 1943).

Oficialmente, conforme os documentos (das empresas mineradoras, do CADEM e jornais), morreram quatro mineiros nas galerias do Poço 1 e um saldo de enorme destruição e prejuízos. Curiosamente, a enchente de 1941, que ficou marcada na história de Porto Alegre, no entanto, não foi tão forte e destrutiva quanto a anterior em Arroio dos Ratos devido algumas medidas e ações tomadas pela empresa mineradora após a enchente de 1936 (SIMCH, 1943; SULZBACH, 1989a).

Figura 35 – A enchente de 1936, em Arroio dos Ratos, Poço 4.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018)

Figura 36 – A enchente de 1936, em Arroio dos Ratos, Poço 1.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

Figura 37 – Subsolo do Poço 1, em 1937, durante o esgotamento da mina atingida.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

5.2.2 Jornais e documentos

Consultando mais especificamente os jornais *A Batalha* (RJ) de 8 de outubro de 1936, *Correio do Povo* (RS) de 6 e 7 de outubro de 1936 e o *Diário de Notícias* (RS) de 6 de outubro de 1936, além do dossiê *Inundação de 1936*: existente no Arquivo Histórico da Mineração (documentação das empresas) apresentaremos um breve contexto dos fatos e acontecimentos da *enchente de São Miguel* para a história, memória e imaginário da comunidade mineira sobre a tragédia de 3 de outubro de 1936 e seus desdobramentos presentes até hoje na sociedade arroio-ratense.

Conforme o jornal *A Batalha* (08 out. 1936), do Rio de Janeiro, o jornal que apresentou maiores informações sobre o sinistro nas minas, o volume de precipitação das chuvas em oito dias, de 29 de setembro a 06 de outubro de 1936, em Porto Alegre, conforme o Instituto Araújo, alcançou a impressionante marca de

233,1 mm. Mas a maior catástrofe ocorreu nas minas do Arroio dos Ratos. Com as primeiras chuvas em 29 de setembro de 1936, o arroio dos Ratos começou a avolumar as águas:

As barragens provisórias não foram suficientes para deter a enchente pelas várzeas onde ficam os poços. As águas espraíram-se, beirando a parte onde se encontra a administração das minas e a maior parte das residências operárias. As águas que cobriam a superfície da várzea realizavam a sua penetração lenta pelas galerias da mina. A crosta que encobre as minas foi aos poucos cedendo em certos pontos. No sábado, 03 de outubro, a tarde, deu-se a enchente fatal.

O amolecimento da terra entre as galerias de mineração com a superfície líquida produziu caimentos e depressões do terreno. Fendas enormes se abriram. Sem resistência mais para suportar a pressão com a infiltração das águas, as galerias desmoronaram. A penetração violenta das águas nos túneis acabaram por vencer todas as resistências dos operários. (A BATALHA, 08 out. 1936).

Neste momento são informados os nomes dos mineiros mortos no Poço 1, os operários: Luiz Nunes de Assis, Joaquim Corrêa da Silva, Waldemar Machado e Valquir Medeiros. Eles não conseguiram escapar. Segundo relato de dois sobreviventes, Alberto Ferreira Ramires e Romário Webster, quando se deu o caimento do solo (teto) com a abertura das fendas na terra, os operários que trabalhavam no interior das galerias sentiram um esguichamento de água das paredes e, em seguida, veio a erosão e a conseqüente inundação das galerias.

Os operários procuraram imediatamente as aberturas de salvamento. Os quatro citados, que trabalhavam mais afastados de qualquer *chafre*⁹², pereceram afogados e soterrados nas galerias onde trabalhavam. Os demais operários conseguiram salvar-se e, assim, relatar os acontecimentos finais da trágica enchente e a morte dos companheiros.

No dia 6 de outubro de 1936, o jornal *Correio do Povo* (RS) noticiou sobre as *inundações nas Minas de São Jeronymo* que ocasionaram a morte por afogamento de três operários. Até aquele momento os nomes das vítimas ainda eram desconhecidos porque as comunicações com as minas estavam interrompidas.

⁹² As *chafres* ou *chaminés*, na mineração, eram aberturas destinadas a provocar a ventilação subterrânea e assim aliviar a poluição (ar ruim) e o calor nas galerias do subsolo. Também eram utilizadas para o escapamento em caso de acidentes.

A grande enchente que assolava várias zonas de Porto Alegre e alguns municípios próximos foi uma catástrofe nas minas da CEFMSJ. A notícia da morte dos mineiros, em consequência da inundação dos poços da mina, veio a confirmar os efeitos das inundações provenientes do aumento do nível das águas do arroio dos Ratos, que passa a cerca de 800 metros do local onde estavam localizados os poços 1 e 4. A planície foi totalmente invadida, atingindo os poços. Em consequência da enxurrada verificou-se inesperado desmoronamento perto de um dos poços, justamente naquele onde se achavam os operários trabalhando.

Os dois poços das minas ficaram completamente cheios d'água, cuja superfície ultrapassou alguns metros do nível do terreno. Para o esgotamento completo dos poços, com o auxílio de bombas e outra aparelhagem moderna, a previsão otimista era de mais ou menos um mês.

Conforme a documentação das empresas e do CADEM, os poços ficaram diversos meses paralisados durante o trabalho de esgotamento das águas, manutenção e retorno das atividades de mineração. Durante o tempo em que a mina ficou paralisada, o fornecimento de carvão para a Viação Férrea e Energia Elétrica de Porto Alegre e Rio Grande foi feita por intermédio das minas de Butiá (CCR), que nada sofreram. No dia seguinte, em 07 de outubro de 1936, o *Correio do Povo* (RS) apresentava resumidamente a matéria do dia anterior, mas agora atualizando a informação de que “quatro mineiros sucumbem tragicamente” no interior de uma galeria.

O jornal *Diário de Notícias* (RS) de 6 de outubro de 1936, informou em sua edição que em 4 outubro o escritório da Companhia (CEFMSJ) em Porto Alegre não tinha mais informações a respeito, apenas que as minas estavam inundadas e que três mineiros, cujos nomes ignorava, haviam morrido. No dia seguinte, mais informações sobre a forma que a água penetrou nas galerias e matou os três operários. Previsão de que os serviços seriam paralisados por 1 mês, mas que “não faltaria carvão para abastecer o Estado”, pois as minas de Butiá não foram atingidas e que triplicariam a produção para atender as exigências do Estado.

O jornal *A Batalha* foi aquele que trouxe maiores informações a respeito da enchente, inclusive nomes e detalhes dos quatro mineiros mortos, pois já tinham passados cinco dias da tragédia e, provavelmente, receberam informações

diretamente dos proprietários da CEFMSJ ou do diretor do consórcio (CADEM), o engenheiro Roberto Cardoso, residentes na cidade do Rio de Janeiro⁹³.

Sobre o dossiê *Inundação de 1936*, entre outubro de 1936 e março de 1937 há diversos documentos sobre os prejuízos decorrentes da enchente de outubro de 1936. São relatórios sobre o esgotamento dos poços 1, 2 e 4 e despesas extraordinárias com a mão de obra, armazém (pão, carne, víveres diversos, etc.), materiais, socorros (atendimento aos operários), solicitações de indenização ao município, estado e união, etc.

O principal documento é o relatório denominado *Inundação – Laudo dos Peritos – Avaliação dos prejuízos com a inundação de outubro de 1936*, de 30 de março de 1937, de autoria dos engenheiros Walter Boehl e Mario Reis, nomeados pela prefeitura municipal de São Jerônimo para realizarem a estimativa das despesas com:

(a) *esgotamento da mina* (material, mão de obra e socorros), especialmente o bombeamento das águas de dentro das galerias do subsolo;

(b) *prejuízos ocasionados no material existente nos poços inundados*, incluindo os diversos reparos nos poços das minas de carvão do Arroio dos Ratos;

(c) *prejuízos verificados no Porto do Conde*;

(d) *previsão das despesas necessárias para completar o esgotamento dos poços 1 e 2, posterior a dezembro de 1936*; e

(e) *prejuízos sofridos indiretamente pela empresa em consequência da paralisação e condições anormais de serviço durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 1936 e janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 1937*, incluindo as estimativas de prejuízo com a não extração de carvão até maio de 1937. Na conclusão do relatório, o prejuízo estimado era de quase 5 mil contos de réis (5.000:000\$000).

Na época, como medida provisória adotada pelo Consórcio, os mineiros de

⁹³ A propósito, entre 1936 e 1964, eram comuns notícias e anúncios do CADEM publicados nos jornais do Rio de Janeiro, conforme breve pesquisa no site da Fundação Biblioteca Nacional – Biblioteca Nacional Digital Brasil: Hemeroteca Digital Brasileira. De 1930 a 1939, são 150 ocorrências; de 1940 a 1949, são 423 ocorrências; de 1950 a 1959, são 475 ocorrências; e de 1960 a 1964, são 295 ocorrências do termo *CADEM* em jornais do Rio de Janeiro. Grande parte dos anúncios era para a venda do carvão mineral e grande parte das notícias eram propagandas positivas a respeito das ações benevolentes do CADEM nas vilas operárias de Arroio dos Ratos e Butiá (provavelmente eram matérias pagas). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acessos em 03 jul. 2018 e 15 jul. 2019.

Arroio dos Ratos que tinham cargos mais remunerados tiveram redução de salário para 8 mil réis (8\$000) diários para trabalharem nos serviços de emergência (esgotamento da mina), com exceção daqueles mineiros que ganhavam até 7 mil réis (7\$000) e permaneceram com os mesmos ordenados. De acordo com a documentação, envolvendo negociações entre o CADEM e sindicato dos mineiros para o pagamento dos mineiros que estavam trabalhando no esgotamento da mina, uma vez normalizada a situação todos os operários voltariam a ocupar suas antigas posições (cargos) e salários, para evitar futuras complicações à Companhia (DOSSIÊ, 1936).

A previsão do relatório para a normalização das atividades era em junho de 1937. No entanto, em documento de 4 de novembro de 1937 endereçado ao prefeito Alfredo Simch, de São Jerônimo, o CADEM informava que até aquele momento nenhuma solução foi dada aos pedidos de indenização formulados. É informado também que teve reiniciada a exploração do poço 1, o mais gravemente atingindo, apenas em outubro, portanto, 5 meses após a previsão, e um ano após a enchente.

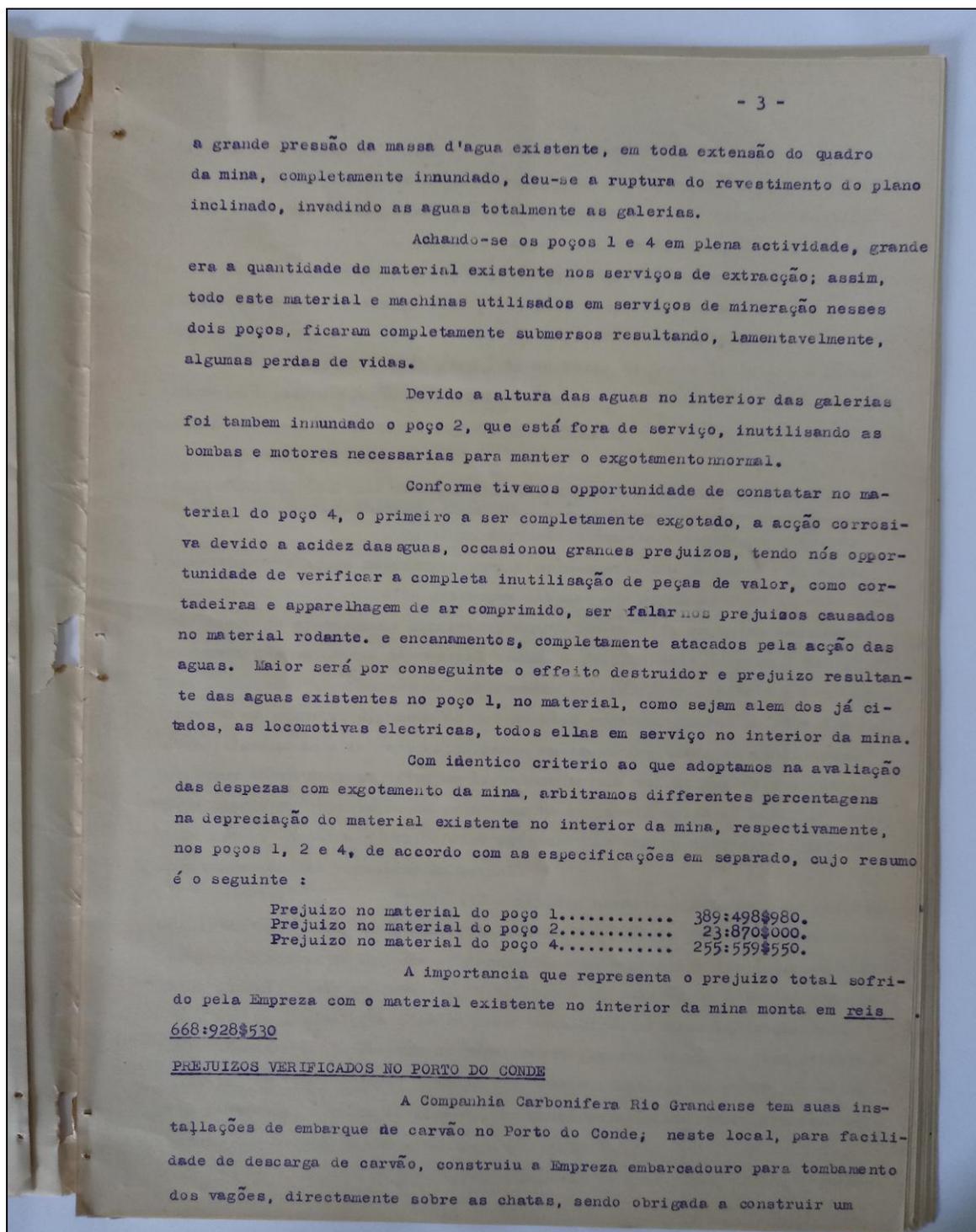
Em outros documentos fica comprovado que o CADEM não foi atendido no seu pleito de indenização pelos prejuízos causados pelos temporais e enchentes de outubro de 1936, aproveitando-se da lei federal nº 346 de 12 de dezembro de 1936. Mas a lei previa auxílio direto ao estado e não diretamente a particulares e empresas. Recorrendo à justiça (processo nº 15.001/38 e posteriormente nº 71.556/40), perdeu a ação em 14 de janeiro de 1949 e a decisão publicada no dia seguinte do Diário da Justiça, página 397.

Retornando ao documento de 30 de março de 1937, no item *Socorros*, folhas 2 e 3 do relatório é afirmado que “era natural que a Empresa tinha também responsabilidade com o pessoal existente no quadro da mina, com suas respectivas famílias”, pois o sinistro resultou nos poços inundados (submersos) e “resultando, lamentavelmente, algumas perdas de vidas.” (INUNDAÇÃO, 1937).

Num conjunto de 353 documentos existentes no dossiê *Inundação de 1936*, esta foi a única referência à morte dos quatro mineiros em 3 de outubro de 1936. Não constam nomes ou *socorros* prestados às famílias dos mortos, localização dos corpos e sepultamentos. Mas não devem ser os únicos documentos a respeito do sinistro, pois há centenas de correspondências diversas de 1936 e 1937 à

disposição que podem colaborar e complementar uma pesquisa específica sobre esse fato importante que marcou tragicamente na memória da comunidade de Arroio dos Ratos.

Figura 38 – Folha 3 do relatório de 1937 relatando as “perdas de vida”.



Fonte: Acervo do Museu Estadual do Carvão (2018).

5.2.3 A memória coletiva na comunidade

De acordo com Coutinho (2001), vivemos em um excesso de informações nos tempos atuais, em plena – assim denominada pertinentemente – sociedade da informação e do conhecimento. Assim, devemos utilizar dos recursos tecnológicos para salvaguarda, preservação e até mesmo proteção jurídica das manifestações culturais⁹⁴ de um povo.

A memória é uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence a uma época passada. Não se manifesta de imediato ou de forma linear. Ela é seletiva, é um fenômeno construído e passa por uma organização. Deve ser entendida também como fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído pela comunidade e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Assim, conscientizar a comunidade do valor de seu produto ou saber é uma forma de refletir sobre essas memórias (COUTINHO, 2001).

A autora afirma que para Halbwachs a memória coletiva se faz do conjunto de memórias individuais, que, guardadas no inconsciente, revelam, em algum momento, um conjunto de ações ou comportamentos de determinado segmento da sociedade. Enquanto a memória individual é um trabalho de reinventar a vida, a memória coletiva é um fenômeno social, não é fixa, possui pensamentos comuns compartilhados por grupos sociais (a memória é dinâmica).

A trágica enchente de 1936, em Arroio dos Ratos, reproduz algumas narrativas dos acontecimentos que carecem de fontes (documentos) que possam corroborar com os relatos da comunidade (memória coletiva). Se algumas situações sobre o famigerado dia 03 de outubro de 1936 são altamente exageradas (centenas de mortes), outras situações devem ser investigadas na documentação do AHM para que possamos nos aproximar desses vestígios do passado, compreender as relações entre a história e a memória.

E, inclusive, quem sabe, pensar em uma exposição de tempo curto no MCAR para o mês de outubro de cada ano, trazendo reflexões sobre esse saber a partir da documentação, objetos, paisagem, prédios e demais remanescentes do antigo complexo industrial carbonífero do poço 1 e usina termoelétrica de Arroio dos Ratos.

⁹⁴ A autora afirma que as manifestações culturais são fontes de informação disponíveis para a análise e estudo das características que definem a identidade de um povo.

Para Walter Benjamin (1993; 2006), a memória pode ser *involuntária*, que surge a partir da *experiência*, é um registro de viajante (exemplo do marinheiro comerciante que viaja para diversos lugares). Ou a memória pode ser *voluntária*, ativada pela *vivência* local, pelo cotidiano (exemplo do camponês sedentário). É a transmissão de uma ou mais experiências. Assim, a memória é constitutiva dos grupos sociais, é criativa e projetiva (não é voltada ao passado).

Neste sentido, para um membro da comunidade arroio-ratense, mesmo que não tenha vivido pessoalmente os acontecimentos (apenas através de relatos de familiares, amigos, etc.), a sua memória é voluntária a partir das lembranças acumuladas pelo seu cotidiano, onde muitas vezes a memória se confunde com a história. Geralmente, ele é o cronista ou memorialista (narrador da história)⁹⁵.

E, neste momento, habilitado, estou no papel do historiador (escreve a história) em busca dos *esquecimentos*, isto é, os silêncios, as manipulações da memória coletiva (LE GOFF, 2003). A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. A história é uma representação do passado, demanda análise e discurso crítico. Portanto, a memória é sempre suspeita para a história (NORA, 1992). Mas também tenho a consciência de que hoje faço parte desta comunidade e, assim, tenho alguma relação com o lugar, com uma parte do espaço (HALBWACHS, 2006). Assim como facilita a compreensão da memória coletiva local, também representa um risco de inversão dos papéis.

Quando iniciei minhas pesquisas acadêmicas (graduação) na região carbonífera, em 2005, então residente em Porto Alegre (distância espacial), registrei minhas experiências baseado em percepções sobre aquela massa documental (ainda não organizada) e nos relatos de membros da comunidade que vivenciaram (ou possuíam informações) daquele período do auge da mineração em meados do século XX.

No entanto, a partir de 2011, ao residir, e principalmente trabalhar em Arroio dos Ratos, no Museu Estadual do Carvão (por quatro anos), não apenas acumulei as experiências anteriores como passei a vivenciar o cotidiano da comunidade, a conhecer melhor a localidade e suas especificidades e peculiaridades. E a partir

⁹⁵ Para Le Goff (2003), a memória coletiva é diferente da memória histórica. Normalmente, no senso comum, existe a confusão entre os papéis e atuações do historiador (história) e do memorialista (memória).

dessas experiências (minhas e dos outros), hoje, ainda residente na localidade, esse processo concomitante entre experiências e vivências contribui para minha reflexão sobre a função social que exerço na comunidade, seja através da pesquisa ou do cotidiano, e o papel que desempenho atuando na defesa e promoção do patrimônio cultural local como cidadão, como historiador e até mesmo, involuntariamente, como *narrador* (BENJAMIM, 1993) a partir das experiências que procede e alimenta a tradição oral.

O acervo documental da mineração representa um valor afetivo de memória para aqueles que tinham na indústria carbonífera (usina, mina e vila operária) seu território e horizonte. Tem um valor de documento sobre uma fase daquelas famílias das comunidades das vilas-operárias (CHOAY, 2006). Mesmo na atualidade, onde os mineiros transformaram-se em operadores de máquinas nas *minas a céu aberto*, a identidade mineira parece continuar assentada nas memórias daqueles que enfrentaram os perigos da profissão, quando esta se encontrava em sua forma mais rudimentar. E o desaparecimento das memórias em torno da mineração tradicional afeta os membros da categoria, mesmo estes não exercendo as mesmas atividades ou correndo riscos inerentes à profissão no subsolo (FREITAS, 2015).

Através da memória coletiva da comunidade, a famosa enchente de 1936 continua a assombrar (e impressionar os viajantes). As *centenas* de mineiros que morreram afogados e os muitos *esqueletos* no subsolo do Museu continuam a atormentar a comunidade, mesmo que os documentos apontem para algo bem menos trágico. Não importa, para alguns, o Museu continua sendo um local de dor e de sofrimento na memória e no imaginário coletivo da comunidade. Os espaços de memória e os lugares comuns da vida cotidiana são os melhores testemunhos das genuínas estruturas culturais e sociais do passado e do presente. Inclusive para as ressignificações da memória coletiva.

Por fim, destacamos novamente que o patrimônio cultural é um conceito amplo que não envolve apenas o valor histórico dos bens. Comumente observa-se um olhar reducionista em relação ao patrimônio cultural, atrelando-o apenas à questão do valor histórico, quando este abarca também questões que envolvem a memória e a identidade dos diversos grupos sociais, pois as camadas populares, com suas personagens e fatos, também fazem parte do motor que faz girar a história.

5.2.4 As comunidades e o museu

Há muitos desafios envolvidos na aproximação entre as comunidades da região carbonífera e o Museu Estadual do Carvão. Ocorre que muitas vezes imersos numa visão romântica esquece-se dos inúmeros entraves para esta aproximação, encontrados tanto na instituição quanto dentro das comunidades. É a falta de diálogo que gera a incompreensão acerca da missão do Museu, inclusive do recém-criado Arquivo Histórico da Mineração. A partir daí observa-se a forma inapropriada de usos, promovidas muitas vezes pelos próprios agentes públicos, que se destacam por sua ação geralmente deturpada, em desacordo com os interesses coletivos em defesa e promoção do patrimônio cultural.

No entanto, acreditamos que a promoção, o interesse e a pesquisa ao acervo documental da mineração têm a potencialidade que colaborará com a garantia de fruição do complexo cultural e de seus acervos às gerações vindouras, de acordo com a legislação vigente, e, concomitantemente, conforme Chaumier (2018), trabalhando com os problemas das comunidades envolvidas no processo.

Apesar da existência de legislação em prol da preservação – conhecimento, proteção, conservação e promoção – dos acervos documentais (Decreto-Lei nº. 25/1937⁹⁶, Constituição Federal de 1988, Lei nº. 8.159/1991⁹⁷, Decreto nº. 4.073/2002⁹⁸, entre outros), ainda persiste no senso comum a ideia do *papel velho* ou do *arquivo morto*. Mas, então, como aproximar a comunidade ao Museu e ao Arquivo Histórico? Não basta apenas o atendimento ao cidadão ou o atendimento ao pesquisador que vai ao local com um fim específico, isto é, não basta a disponibilização dos documentos para profissionais, acadêmicos, genealogistas e demais pesquisadores ou interessados.

É preciso que a comunidade conheça o espaço e participe em oficinas e projetos de ações educativas ou de educação patrimonial, com atividades teóricas e, principalmente, oficinas práticas com documentos previamente selecionados (material de descarte, documentos pessoais, etc.) ou com a reprodução da

⁹⁶ Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁹⁷ Dispõe sobre a política nacional de Arquivos públicos e privados e dá outras providências.

⁹⁸ Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

documentação do acervo (higienização, leitura, classificação, inventário, descrição, catálogo, acondicionamento, etc.), através de parcerias com instituições e voluntários coordenados por profissionais capacitados (equipe técnica).

É um caminho para que a comunidade se aproprie e valorize o conhecimento adquirido, compreendendo a importância do papel do MCAR e do AHM ao servir à sociedade em geral: aos historiadores/pesquisadores e a todos os cidadãos interessados em conhecer parte da nossa história e também ao cumprir o papel (função) social de proteção, garantia dos direitos e da cidadania ao legar a possibilidade de conhecimento do passado. Isto é, protegendo a memória histórica, servindo de fonte e testemunho de fatos e dados (SANVICENTE, 2007). Valorizando o passado e trazendo à luz a identidade dos fatos através da interpretação e/ou reinterpretação das fontes (documentos).

Partindo para a reflexão acerca das políticas públicas que envolvem a preservação do patrimônio cultural, segundo Siqueira Júnior e Oliveira (2009), aquelas são as ações que o governo realiza com a finalidade de atingir as metas estabelecidas e que serão realizadas pela administração pública. Desta maneira elas revelam a orientação política do governo, no que tange as tarefas de interesse público. As políticas públicas surgem de um interesse da sociedade civil organizada conjuntamente com partidos políticos e o governo, mas a efetivação destas deve ser uma responsabilidade também dos cidadãos, não somente dos governos, mas uma situação muito complicada em um país marcado por fortes traços patrimonialistas.

Porém, muitas vezes, acabamos por nos acostumar a somente vislumbrarmos situações em que as políticas públicas apresentam uma parcela considerável de chances de serem implementadas justamente pelos patrimônios culturais terem uma forte representação, ou do âmbito político ou do âmbito econômico. Muitas das políticas implementadas foram em patrimônios culturais que representam algum tipo de relação de poder: clube social dos grupos sociais mais favorecidas, poder executivo local, igreja católica, lugares memoráveis, entre outros locais escolhidos pelos *donos do poder*.

Nestes casos as políticas públicas parecem funcionar justamente por contarem com um aparato que as fazem ser implementadas. Por outro lado, constatamos movimentos da sociedade civil organizada que, muitas vezes sem ao

menos contar com recursos financeiros, está conseguindo visibilidade e publicidade para várias histórias e memórias *esquecidas*, ainda que isto seja muito complicado devido à ausência de consciência (ou ignorância) em torno das políticas públicas: não está solidificada na formação dos cidadãos brasileiros.

Um exemplo bastante significativo neste longo caminho que ainda temos que percorrer em relação à reflexão e promoção de políticas públicas em torno da questão do patrimônio cultural, certamente, é o acervo documental da mineração, pois se trata de uma política aplicada que visa suprir uma lacuna deixada pela falta de representabilidade cultural que remete à invisibilidade social de grupos sociais menos favorecidos das antigas comunidades mineiras na região carbonífera do baixo Jacuí. Essa é a importância deste olhar comprometido das políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural (seja ele tangível ou intangível), especialmente a fim de preservar a herança deixada por muitos daqueles considerados *excluídos* da história.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo documental da mineração não é *papel velho*, sem importância, portanto, dispensável. O reconhecimento de sua importância à história e ao desenvolvimento social, cultural e científico aconteceu no momento em que o Museu Estadual do Carvão recebeu a doação da documentação. É o próprio poder público estadual reconhecendo a importância da documentação, justamente em um local de origem de grande parte do acervo, pois o atual complexo cultural carbonífero do Museu outrora foi o complexo industrial carbonífero de Arroio dos Ratos, entre 1908 e 1956.

As recentes e diversas publicações e pesquisas acadêmicas realizadas com a documentação, entre 2016 e 2019, têm demonstrado que o acervo documental da mineração é sim importante à (re)construção da história da região carbonífera do baixo Jacuí, trazendo informações e dados inéditos sobre temas como a saúde, o futebol, o operário, a justiça, entre muitos outros, enfim, acontecimentos até então desconhecidos sobre o cotidiano da região, do estado e até mesmo da história nacional. É o museu cumprindo com sua função social, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento social, cultural e científico.

Para a elaboração deste trabalho, realizei a pesquisa de campo no Museu Estadual do Carvão e no Arquivo Histórico da Mineração, consultando o acervo documental da mineração e a própria documentação administrativa gerada através do processo de salvaguarda do acervo no andamento dos projetos voluntário e cultural: levantamento de documentos administrativos (atas, ofícios, relatórios, etc.) e as notícias publicadas em jornais, periódicos, internet, etc.

Na verdade, iniciei minha trajetória acadêmica, militante e cidadã, na pesquisa acerca da história, memória e patrimônio cultural da região carbonífera do baixo Jacuí, com o contato direto com a massa documental acumulada que estava em estado precário no antigo engenho Novak: a documentação das antigas empresas mineradoras carboníferas da região.

Como esta documentação (livros, mapas, plantas, carteiras de trabalho, entre outros) estava depositada de maneira totalmente inadequada no antigo engenho de arroz abandonado, iniciamos um processo de higienização da documentação e

procuramos por parcerias que pudessem auxiliar na salvaguarda adequada desta massa documental, pensando na constituição futura de um acervo e de um espaço (prédio) específico para o arquivo permanente.

Diante da ameaça constante de mais perdas ou que colocasse em risco esse importante patrimônio documental, os abnegados membros do projeto *Uma luz no fim do túnel*, do qual fiz parte, realizaram algumas ações de salvamento da documentação. Após indefinições e perdas, com a documentação deteriorada e sem perspectivas, mas sempre batalhando na comunidade local e acadêmica, militando perante os órgãos públicos e a empresa Copelmi, fomos premiados com a doação da documentação ao Museu do Carvão.

Esta foi a nossa contribuição social através das políticas públicas de preservação do patrimônio: batalhar pelo reconhecimento do valor histórico da documentação e batalhar pelo espaço adequado (prédio) e pelo desenvolvimento de projeto cultural para a constituição do tão sonhado acervo documental da mineração.

O Museu Estadual do Carvão está em sintonia com o acervo documental da mineração, pois foi um dos locais em que ela foi produzida e/ou acumulada na época da mineração. A documentação vai agregar novas informações para historiadores e demais pesquisadores investigarem a importância cultural do Museu, sua inserção social e política, temporalidades, legitimidades, revalorização de heranças do passado pelo presente, reconstruções históricas, entre outros.

Preservar, requalificar ou restaurar uma estrutura arquitetônica ou um acervo que testemunhou as atividades cotidianas do homem de diferentes segmentos sociais é a forma mais coerente e democrática de preservar o patrimônio cultural e os seus vestígios, restos e testemunhos. Sinto-me honrado por cumprir minha função social como historiador engajado na preservação do patrimônio ao participar desta contribuição social e política em favor do patrimônio cultural local.

Durante a organização final do acervo documental da mineração, apesar de alguns contratempos pelo caminho, a elaboração de instrumentos de pesquisas que facilitassem o acesso aos fundos já organizados gerou a publicação *Museu Estadual do Carvão: Guia do Arquivo Histórico (1891-1936)* em dezembro de 2016. Um guia fundamental para o início oficial (público) das pesquisas na documentação. Em 2017, como estratégia de preservação, a partir da promoção da documentação,

foram realizadas exposições museológicas da documentação, em Arroio dos Ratos e Porto Alegre. E em 2018 o projeto encerrou suas atividades com o acervo disponível à sociedade, concomitantemente com a disponibilidade da segunda parte do *guia*, disponibilizando a descrição dos fundos documentais do período pós Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM, abrangendo os anos de 1936 até 1996.

Enfim, como profissional e cidadão atuando voluntariamente em defesa e promoção do patrimônio cultural, em especial, na região carbonífera, este trabalho acadêmico colaborou no avanço dos meus conhecimentos em torno da atuação em espaços culturais (museus, arquivos, memoriais, etc.) e para a produção de conhecimento científico, aperfeiçoando e qualificando minha atuação como profissional, tanto no meio acadêmico quanto na comunidade onde atuo nos processos de preservação do patrimônio cultural.

Além disso, em tempos de crises, a cultura está diante da constante ameaça de perdas. O conteúdo do acervo documental da mineração está diretamente identificado ao contexto histórico da região carbonífera, portanto, relacionado ao complexo cultural do Museu Estadual do Carvão: o local público adequado para que o acervo possa ser consultado pela comunidade. Assim, almejo estar cada vez mais qualificado para contribuir socialmente no Museu com a fruição do patrimônio e de seus acervos às gerações vindouras.

Há muitos desafios envolvidos na aproximação entre comunidades e museus e arquivos (lugares de memória). Ocorre que muitas vezes imersos numa visão romântica, esquece-se dos inúmeros entraves para esta aproximação, encontrados tanto nas instituições quanto dentro das comunidades. A falta de diálogo, que gera a incompreensão acerca da missão dos museus e arquivos na sociedade, destaca-se entre as questões problemáticas proeminentes nesta situação. A partir daí observa-se a forma inapropriada de usos, promovidos muitas vezes pelos próprios agentes públicos, que se destacam por sua ação pouco ou nada reflexiva, predatória ou de acordo com interesses particulares de alguns grupos sociais.

O Museu Estadual do Carvão tem como missão básica (função social) preservar o patrimônio histórico-cultural da mineração do carvão no Rio Grande do Sul. Amparando-se no aporte teórico existente sobre o tema do patrimônio e na

legislação vigente em defesa do patrimônio cultural, argumento que o espaço territorial do Museu não é um tradicional parque de eventos. Seu complexo não deve ser utilizado para atividades que não dialoguem com a sua missão, que sejam predatórios ou coloquem em risco as estruturas arquitetônicas deste importante sítio arqueológico industrial do país, referência e testemunho de uma fase importante da história do Rio Grande do Sul e do Brasil.

O conteúdo do acervo documental da mineração está diretamente identificado ao contexto histórico da região, portanto, relacionado ao complexo cultural do Museu Estadual do Carvão. É o local público adequado para que o material possa ser consultado pela comunidade e demais interessados na história da região carbonífera, considerando seus relevantes valores patrimoniais intangíveis (ofício do mineiro do subsolo, por exemplo) e tangíveis: histórico, industrial, artístico, documental, arqueológico, natural (ambiental), entre outros.

O Museu Estadual do Carvão não está isolado, faz parte de um conjunto patrimonial urbano que merece um estudo técnico para registro (inventário) e até mesmo a ampliação do tombamento de bens patrimoniais: arruamentos (Avenida Espanha, Largo dos Mineiros, etc.), prédios históricos (antigo Hospital Sarmento Leite, sede do Esporte Clube Guarani, sede do Esporte Clube Brasil, sede do clube social negro Tesouras, remanescentes das casas geminadas dos mineiros, igrejas Santa Bárbara e São José, escolas, etc.) e outros locais que são provas de testemunho e referência da mineração no século XIX e meados do século XX.

O complexo cultural do MCAR possui um potencial à pesquisa científica em várias áreas do conhecimento, às ações culturais educativas em – e para o – patrimônio, à educação patrimonial, à realização de eventos culturais reflexivos que respeitem os componentes patrimoniais, ao desenvolvimento local sustentável com geração de renda, ao turismo cultural, etc.

Com a promoção (difusão), o interesse e a pesquisa no acervo documental da mineração, preservado no complexo do Museu, há uma esperança, potencialidade e garantia de fruição do complexo cultural e de seus acervos às gerações vindouras, aparado com a legislação vigente em defesa e promoção do patrimônio cultural, e, concomitantemente, trabalhando com os problemas das comunidades envolvidas no processo.

É dever do poder público e da coletividade a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural, preservando-os às presentes e futuras gerações. Sustentabilidade no patrimônio é a garantia de fruição das obras do passado pelas gerações vindouras. Os lugares comuns da vida cotidiana são os melhores testemunhos das genuínas estruturas culturais e sociais do passado e do presente. E o direito de propriedade sobre o patrimônio, seja privado (individual) e/ou público (coletivo), não está acima dos deveres que estão ligados a ele.

O complexo cultural do Museu Estadual do Carvão, incluindo-se o acervo documental da mineração, é um patrimônio cultural reconhecido institucionalmente, seja como função social de testemunho, seja como referência, portanto, protegido pela legislação vigente. É uma ação de cidadania preservar esse belo e importante equipamento cultural da região carbonífera do nosso estado. E a produção do conhecimento (pesquisa) é uma importante contribuição social. Aguardo por mais pesquisas e obras sobre o Museu. E espero que o acervo documental da mineração possa contribuir nesse processo de preservação deste belo equipamento cultural. E de muitos outros!

REFERÊNCIAS

A BATALHA. *A ação destruidora da inundação em Porto Alegre e a grande catástrofe das minas do Arroio dos Ratos*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 8 de outubro de 1936 – ano IV – num. 2119. Fundação Biblioteca Nacional – Biblioteca Nacional Digital Brasil: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em 03 jul. 2018.

ACERVO do Arquivo Histórico da Mineração.

ACERVO do Museu Estadual do Carvão.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História*, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

ARANTES, Antônio A. Patrimônio Cultural e Cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs). *Plural de Cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

ARROIO DOS RATOS. Lei municipal nº 639/89, de 18 de abril de 1989 (a). Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/rs/a/arroio-dos-ratos/lei-ordinaria/1989/64/639/lei-ordinaria-n-639-1989-decreta-o-tombamento-dos-remanescentes-historicos-da-mineracao-e-da-outras-providencias?q=639>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

ARROIO DOS RATOS. Lei municipal nº 646/89, de 26 de junho de 1989 (b). Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/rs/a/arroio-dos-ratos/lei-ordinaria/1989/65/646/lei-ordinaria-n-646-1989-institui-normas-de-protecao-para-o-entorno-de-area-tombada-onde-se-localiza-parte-dos-remanescentes-da-antiga-usina-termoeletrica-de-arroio-dos-ratos-poco-1-disciplinando-uso-e-ocupacao-do-solo-autorizando-o-poder-publico-a-realizar-convenios-e-da-outras-providencias?q=646>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. A função social dos museus históricos. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 144-152, jan.-jun. 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENJAMIM, Walter. *Passagens. O colecionador*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p. 237-246.

_____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Experiência e pobreza, magia e técnica, arte e política. *Ensaio sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1993, p. 197 a 221.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 2. ed., São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.

BRAGHIROLI, Ângelo. *O patrimônio industrial e os novos paradigmas da preservação*. [s.n.; s.d.] Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/>>. Acesso em 08 set. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Artigos 215, 216 e 225. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/>. Acesso em 02 jul. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 31 mar. 2019.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em 29 dez. 2018.

BREFE, Ana Cláudia F. Os primórdios do Museu: da elaboração conceitual à instituição pública. *Projeto História*, São Paulo, n.17, p. 281-315, nov. 1998.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 123-127; 203-211.

CABRAL, Rafael Lamera. *Nos rastros de um processo: trabalho, conflito e uma experiência de micro-história*. 2016. 421 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CARDOSO, Jéssica Fernanda Cherer. *A definição de tipologias documentais para o acervo da mineração*. 2014. 87 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, 2014.

CARTA DE NIZHNY TAGIL. Rússia, julho de 2003. The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH). Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/808/788>>. Acesso em 09 set. 2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural. Conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

CASTRO, Sônia Rebello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHAUMIER, Serge. L'objet de musée. Qu'est-ce qui définit un objet de musée? Disponível em: <<http://docplayer.fr/10026615-L-objet-de-musee-serge-chaumier.html>>. Acesso em 7 jan. 2018. 12 p.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia R. *Os arquitetos da memória*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Data da reunião: 15 set. 2009, 09h30. Local: Sala Prof.º Salzano Vieira da Cunha. Audiência Pública. Ata nº 41. Publicado no D.A. de 07 out. 2009.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 set. 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes/textos/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CORREIO DO POVO. *As inundações nas Minas de São Jeronymo*. Porto Alegre, terça-feira e quarta-feira, 6 e 7 de outubro de 1936. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

COUTINHO, Graça. Mosaico da Memória. *Revista TB*, Rio de Janeiro, 147: 101/106, out.-dez., 2001.

CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

DAHNE, E. S. Eugenio. *A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento typographico de Gundlanch, 1893.

DAL BÓ, Juventino; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Memória, Educação e Cidadania. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 259-276, jan.-jun. 2000.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François; SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier. *Conceitos-chave de Museologia*. [S.l: s.n.], 2013.

D'EU, Isabel Cristina. Viagem ao Rio Grande do Sul de S. A. Imperial a Princesa Isabel, Condessa D'EU. ANTUNES, Paranhos. *Anuário do Instituto Anchieta de Pesquisas*, v.1, p. 68-92, 1957.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *As águas do arroio dos Ratos, transbordando, inundaram as minas de carvão dali, perecendo tragicamente três operários*. Porto Alegre, terça-feira, 6 de outubro de 1936 – ed. 185, p. 9. Fundação Biblioteca Nacional – Biblioteca Nacional Digital Brasil: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acessos em 15 jul. 2019.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf>. Acesso em 25 jun. 2019.

DOSSIÊ *Inundação de 1936*. Acervo do Arquivo Histórico da Mineração.

ECKERT, Cornelia. *Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França)*. Curitiba: Appris, 2012.

_____. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas – Rio Grande do Sul*. 1985. 565 f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 1985.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FRANÇOIS, Etienne. As novas relações entre memória e História após a queda do Muro de Berlim. *Revista Memória em Rede*, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9553/6393>>. Acesso em 31 jul. 2018.

FREITAS, Tassiane Mélo de. *De complexo carbonífero a museu: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983 – 1994)*. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas, 2015.

FREITAS, Tassiane Mélo de; WITKOWSKI, Aleksandro. As ações educativas do Museu Estadual do Carvão - Arroio dos Ratos/RS. In: Hilda Jaqueline Fraga; Claudira do Socorro Cirino Cardoso; Éverton Reis Quevedo; Véra Lucia Maciel Barroso; Renata de Cássia Andreoni de Souza. (Org.). *Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios*. 1. ed. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2015. p. 216-238.

GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri. *O Museu e a vida*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional pró-memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Alda Leote; OLIVEIRA, Jéssica Dias; CARDOSO, Jéssica Fernanda Cherer; SENA, Marcia Rodrigues de; PEDROSO, Rejane Ávila; BITENCOURT, Sonia Jussara Machado. Projeto uma luz no fim do túnel: ações, experiências e perspectivas. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; CARDOSO, Claudira do Socorro

Cirino; QUEVEDO, Éverton Reis; BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOUZA, Renata Cássia Andreoni de. *Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios*. 1. ed. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2015. p. 431-445.

GREGOROVÁ, Ana. A discussão da Museologia como disciplina científica. *Cadernos Museológicos*. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação e Educação: Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos: IBPC. 1990, p. 45-49. V. 3.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.

INUNDAÇÃO – Laudo dos Peritos – *Avaliação dos prejuízos com a inundação de outubro de 1936, de 30 de março de 1937, de autoria dos engenheiros Walter Boehl e Mario Reis*. Acervo do Arquivo Histórico da Mineração.

KLOVAN, Felipe Figueiró. *Sob o fardo do ouro negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930*. 2009. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009.

_____. *Sob o fardo do ouro negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930*. 2014. 233 f. Dissertação. (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.^a ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Belo Horizonte: Hucitec, 2005.

LUPORINI, Teresa Jussara. Lugares da memória: políticas pela preservação do patrimônio cultural. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 205-217, jan.-jun. 2000.

MAMBRO, Galba Ribeiro Di. *Glossário básico de arquivologia*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora – Arquivo Central, 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/arquivocentral/files/2013/09/di_mambro_glossa_130520.pdf>. Acesso em 25 jun. 2019.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Para que serve um museu histórico? Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista, 1992.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Relatório de Gestão – 2011*. Brasília-DF, 30 mar. 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relat%C3%B3rio%20de%20Ge>

[st%C3%A3o%20%202011.pdf](#)>. Acesso em 16 jul. 2019.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Lei do tombamento comentada: Decreto-Lei n. 25/1937 – doutrina, jurisprudência e normas complementares*. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; NOVAIS, Andrea Lanna Mendes. Direito de acessibilidade aos bens culturais. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1892, 5 set. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11684>>. Acesso em 11 jul. 2019.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO. Memorando MEC nº 009/2013 – Arroio dos Ratos – 07 de junho de 2013. Acervo do Museu Estadual do Carvão.

MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO. Proposta de Plano Museológico do Museu Estadual do Carvão encaminhado ao Sistema Estadual de Museus (SEM/RS), 2014 (não implementado). Acervo do Museu Estadual do Carvão.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, (10), dez. 1993.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. *Faces da História*, Assis-SP, v. 3, n. 2, p. 194-212, jul.-dez., 2016.

NUÑEZ, Tiago Fernando Machado. *Organização da mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão*. 2016. 61 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, 2016.

OLIVEIRA, Clarissa Wetzel de. “*Nós criamos uma raça*”: o discurso identitário na narrativa expositiva do Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos/RS). 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PADRÓ, Carla. La museología crítica como una forma de reflexionar sobre los museos como zonas de conflicto e intercambio. In: LORENTE, Jesús Lorente; ALMAZAN, David. *Museología crítica y arte contemporáneo*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003, p. 51-70.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989, p. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1, Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 1ª edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103-130.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente: séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POSSAMAI, Zita Rosane. O ofício da História e novos espaços de atuação profissional. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 15, n. 28, dez. 2008, p. 201-218.

_____. Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 13-24, jan./jun. 2000.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS – Novembro de 1972. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em 2 jul. 2019.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. *RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 110-125, fev. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846>>. Acesso em 28 jun. 2019.

SANVICENTE, Beatriz Zoratto. A importância da preservação da memória. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina. *Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão*. São Paulo: LTR, 2007, p. 155-157.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SENA, Márcia Rodrigues de. *Memória e mineração do Rio Grande do Sul e sua relação com os arquivos*. 2014. 49 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Ângela Fernandes da. *De uma massa documental acumulada à formação do arquivo, da PROGESP!*. 2014. 70 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Cristina Ennes da. *Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul*. 2007. 380 f. Tese (Doutorado) – Programa de

Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, nº 44, p. 425-438, 2002.

SIMCH, Carlos Alfredo. *Monografia de São Jerônimo*. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1943.

SIMON, Pedro. *Alberto Pasqualini: obra social e política*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de. *Direitos Humanos e Cidadania*. 2. ed. São Paulo: RT, 2009.

SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

SULZBACH, Ervino Lothar. *Arroio dos Ratos: berço da indústria carbonífera nacional*. 2. ed. Arroio dos Ratos: PBS, 1989a.

_____. *Perfil de um minerador*. Arroio dos Ratos: PBS, 1989b.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VIVAR, Jorge Eduardo Enriquez; SIMÕES, Silvia; COUGO JÚNIOR, Francisco Alcides. *Museu Estadual do Carvão: guia do Arquivo Histórico (1891-1936)*. Porto Alegre: Arquivistas sem Fronteiras, 2016.

VIVAR, Jorge Eduardo Enriquez; SIMÕES, Sílvia Sônia; BORGES, Marlana Alvares. *Arquivo Histórico da Mineração Carbonífera: guia de fundos documentais pós-CADEM (1936-1996)*. Porto Alegre: Arquivistas sem Fronteiras, 2018. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/422682276/Descricao-AsF-Pos-Cadem>>. Acesso em 5 out. 2019.

WITKOWSKI, Alexsandro. *A cidadania e o (não) acesso às informações: a questão cultural e a situação do fazer arquivístico ontem e hoje (1962-2010)*. 2010. 92 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão em Arquivos) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

WITKOWSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane Mélo de. A fundação do Sindicato dos Mineiros de Butiá. *Cadernos FAPA*, v. 2, p. 90-103, 2005.

WITKOWSKI, Aleksandro. FREITAS, Tassiane Mélo de. *Sobre os homens desta terra: a trajetória de fundação do sindicato dos mineiros de Butiá - Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: edição dos autores, 2006.